

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

MST pode ter curso em área de floresta – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 02/11/2008	5
ONG aponta 345 km2 de degradação na Amazônia – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 03/11/2008	6
'Crise não vai fazer com que ambiente seja esquecido' – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 04/11/2008.....	7
Reservas mais desmatadas que assentamentos – Bernrdo de Mello Franco – O Globo – O Pís – 04/11/2008	7
Protesto por conservação fecha rodovia na Bahia - Cristina Laura – O Globo – O País – 04/11/2008.....	9
CE: Coordenação Nacional e Comitês Estaduais do Territórios se reúnem – Sítio Eletrônico do MDA – 05/11/2008.....	10
Reservas ambientais desmatam mais que assentamentos agrários – Sítio Eletrônico da Contag – 06/11/2008	11
Pagar para preservar – Giobana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008 .	12
Desmatamento não favorece crescimento – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	14
Manancial preservado, agricultor recompensado – Giovana Girardi – Estdo de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	16
Borracha e urucum protegem AC – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	18
Florestas: a diferença entre ter valor e dar lucro – Mary Allegretti – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	19
Bolsa-Floresta fortalece idéia de negociação em mercado – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	21
Turismo protege e gera negócios – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008.....	23
OIT apresenta relatório sobre criação de empregos verdes - Sítio eletrônico da Contag - 07/11/2008.....	25
O tempo é curto na área do clima – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/11/2008.....	26
Terra a caminho do pior cenário climático – O Globo – Ciência – 08/11/2008.....	28
Estabilizar clima pode ser inviável, diz agência – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2008.....	28
Amazonas monta plano de controle do desmatamento – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 08/11/2008.....	29
Plano de eleito romperá impasse ambiental – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008	30
Para cumprir meta, Obama precisa driblar lobby do carvão – Folha de São Paulo- Mundo – 09/11/2008	31
Novo modelo – Rolf Hackbart – O Globo – Opinião – 10/11/2008.....	32
MDA, MAPA e MMA retomam discussões sobre legislação ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 11/11/2008.....	33

'Brasil pode ser líder em sustentabilidade' – Renato Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/11/2008	34
Agricultura quer tornar lei ambiental mais "viável" – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 12/11/2008	35
Reservas ambientais terão R\$ 7,9 milhões - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 13/11/2008	36
Nuvem assassina – O Globo – Ciência – 14/11/2008	37
Ambientalismo é guiado pelo medo' – Roberta Jansen entrevista Patrick Moore – O Globo – Ciência – 14/11/2008	38

Segunda Quinzena

O desafio da Amazônia – Reinhold Stephanes – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 16/11/2008	40
E o prêmio vai para... – Isto é Dinheiro Rural – novembro – 2008	41
Salvar os bancos ou o meio ambiente? – José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/11/2008	43
Zoneamento agroecológico pode gerar desemprego à médio prazo – Sítio Eletrônico da Contag - 18/11/2008	45
Reserva legal – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/11/2008	46
Pará é prioridade na regulação do clima – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 18/11/2008	48
EUA vão liderar pós-Kyoto, diz analista – André Lobato – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2008	48
Mistério climático - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 18/11/2008	51
Minc defende consenso para revisão das leis ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 18/11/2008	51
Minc quer autarquia para combater desmate – Estado de São Paulo – Vida & - 19/11/2008	52
'Chance para produção e consumo sustentáveis' – O Globo – Defesa do Consumidor – 19/11/2008	52
'Ponto sem retorno' para a Amazônia é 50% de corte – Herton Escobar – Estado de São Paulo- Vida & - 21/11/2008	54
Amazônia some com 50% de desmate – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2008	55
Governadores pedem ajuda de países ricos para salvar Amazônia – Warner Bento Filho – Estado de São Paulo – Vida & - 22/11/2008	56
Lula regulamenta lei da mata atlântica – Estado de São Paulo – Vida & - 22/11/2008 ..	58
Grupo vê ambientes escondidos na terra firme da Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2008	58
Lei da mata atlântica ganha regulamentação – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2008	59
Lula quer prefeituras no combate a desmatamento – O Globo – O País – 22/11/2008 ..	60
ONGs criticam ação do governo na Amazônia – Estado de São Paulo – Nacional – 23/11/2008	60
Legislação não reflete a realidade na Amazônia, dizem pesquisadores – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 23/11/2008	60

Clima de campanha – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/11/2008.....	61
Ainda há tempo – Fernando Almeida – O Globo – Opinião- 24/1/2008.....	63
Sociedade quer mudanças no modelo de desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico da Contag - 25/11/2008	64
Plano Amazônia prevê doar lotes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2008	64
Crise climática vai reduzir área cultivável na Região Nordeste – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 26/11/2008.....	65
ONGs propõem política climática – Estado de São Paulo – Vida & - 26/11/2008.....	66
ONU aponta emissão recorde de gases-estufa – Jamil Chade – Estado de São PAULO – Vida & - 26/11/008.....	66
Dilma declara que é urgente regularizar terras – Folha de São Paulo – Brasil – 26/11/2008.....	67
ONGs querem que desmatamento termine em 2015 – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2008.....	68
Petrobras é excluída de índice "verde" da Bolsa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008.....	68
Governo pode ter meta contra desmate – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 27/11/2008	69
Governo admite falha em plano antidesmatamento – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2008.....	70
Incra denuncia retirada ilegal de madeira em Pernambuco – Sítio Eletrônico do MDA – 27/11/2008.....	71
A visão da sociedade e o futuro amazônico – Washington Novaes – Estado de São Paulo – 28/11/2008.....	72
Até debaixo d"água – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008	74
A revolta da natureza – José Sarney – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008.....	74
O futuro das chuvas – Fernando Gabeira – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008.	75
Desmatamento muda muito, mas aumenta pouco – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 29/11/2008.....	76
Entenda o sistema – Estado de São Paulo – Vida & - 29/11/2008.....	77
Brasil adota meta contra aquecimento – Cláudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2008.....	78
Taxa anual de desmatamento na Amazônia cresce 3,8% - AfraBalazina e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2008.....	79
Ministro diz ver "viés de baixa" para 2009 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2008.....	80

MST pode ter curso em área de floresta – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 02/11/2008

O conselho consultivo da Floresta Nacional de Ipanema (Flona), em Iperó, região de Sorocaba, deu parecer favorável à instalação de um curso especial de agronomia para assentados da reforma agrária na unidade de conservação federal. O curso havia sido vetado pela Coordenadoria de Florestas do Instituto Chico Mendes, órgão superior na hierarquia do Ministério do Meio Ambiente, porque a atividade não está prevista no plano de manejo da Flona.

A chefe da unidade de conservação, Fabiana Bertoncini, pediu a reconsideração do veto. “Não é um curso de agronomia comum, mas voltado para a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, que tem tudo a ver com a Flona”, disse.

Técnicos da unidade alertaram para o impacto do aumento na presença de pessoas e veículos no interior da floresta. O curso vai atender 60 integrantes de assentamentos paulistas, ligados, na maioria, ao Movimento dos Sem-Terra (MST).

Os movimentos trabalharam pela aprovação do curso na Flona por causa da proximidade dos assentamentos de Iperó e Porto Feliz.

Segundo a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), o curso terá duração de cinco anos e as aulas serão alternadas com períodos em que os alunos permanecem nos assentamentos.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Paulo. Os candidatos têm de comprovar a condição de assentado e passarão por um processo seletivo específico. As aulas começam em 12 de janeiro.

O curso, gratuito, será custeado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Enquanto a área não for liberada, as aulas serão em Iaras, a 250 quilômetros de Iperó.

A direção do MST considera o veto “preconceito”. O coordenador substituto de Florestas do Instituto Chico Mendes, José Carlos Menezes, informou que prevalece a posição contrária.

ONG aponta 345 km² de degradação na Amazônia – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 03/11/2008

O Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que faz um monitoramento independente do desmatamento da Amazônia, apresenta pela primeira vez informações sobre degradação florestal. O levantamento do instituto indica que um total de 345 km² de florestas da Amazônia Legal foi degradado em setembro deste ano.

Apesar de não se tratar de desmatamento efetivamente (de longe, as pessoas podem até confundir a área com uma floresta intacta), as florestas degradadas são um fenômeno preocupante. Elas estão sujeitas a pegar fogo mais facilmente e são sérias candidatas a serem desmatadas no futuro.

O Imazon incluiu nessa conta somente florestas que estavam inteiras em agosto de 2008 e que sofreram o efeito da degradação em setembro. Portanto, não existe um dado da degradação acumulada. "Sabemos que cerca de 18% da Amazônia foi desmatada. Mas ninguém sabe o que já foi degradado", disse Beto Veríssimo, coordenador do Projeto Transparência Florestal do Imazon.

Do total degradado, a maior parte ocorreu no Mato Grosso (43%), seguido por Pará (40%) e Rondônia (14%). No Amazonas e no Acre, a taxa de degradação foi menor do que 1%. No caso do desmatamento, o Pará ficou na frente em setembro. Segundo o SAD (Sistema de Alerta do Desmatamento), dos dez municípios da Amazônia Legal que mais desmataram, cinco estão no Pará: Cumarú do Norte, São Félix do Xingu, Altamira, Novo Progresso e Santa Maria das Barreiras. Juntas, somam cerca de 180 km². Na lista, estão ainda duas cidades do Mato Grosso, duas de Rondônia e uma do Amazonas (veja quadro).

No mês de setembro, o sistema detectou 348 km² de desmatamento na Amazônia - uma queda de 69% em relação a setembro do ano passado, quando foi registrado desflorestamento de 1.112,5 km². O que chama a atenção é que no Amazonas, em agosto e setembro, o desmatamento acumulado ultrapassou o de Rondônia. "Apesar de sempre falarem que está tudo sob controle no Amazonas, os dados mostram que o problema vem se agravando na região", afirmou Veríssimo. No período, Amazonas teve 46,3 km² de desmatamento, contra 38,2 km² de Rondônia. Nos meses de agosto e setembro de 2007, a situação era bem diferente: Amazonas tinha 55,8 km², enquanto Rondônia teve 281 km².

Segundo Veríssimo, o anúncio do asfaltamento da BR-319 (Porto Velho-Manaus) tem gerado uma corrida especulativa na região e provocado aumento do desmatamento. As nuvens atrapalharam a visualização dos Estados do Amapá e Roraima, além do norte do Pará e de regiões esparsas de Amazonas, Pará e Acre. A área do Maranhão que faz parte da Amazônia Legal não foi analisada.

'Crise não vai fazer com que ambiente seja esquecido' – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 04/11/2008

O economista inglês sir Nicholas Stern, autor de um importante relatório homônimo sobre a economia das mudanças climáticas, de 2006, disse ontem em São Paulo que a atual crise econômica mundial pode alterar a forma como os países vão lidar com o problema ambiental. Ele, porém, não acredita que o tema será deixado de lado. “Esperava que só uma fração do que deve ser investido no desenvolvimento de novas tecnologias viesse do setor público. Mas, agora, a finança da inovação terá de vir desse setor, mais do que imaginávamos”, disse durante palestra na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Stern também afirmou que a liderança européia na questão será mantida, a despeito da oposição de alguns países. A União Européia tem sido a voz mais consistente dentro do debate internacional sobre ações contra o aquecimento global. Porém, com a crise, alguns integrantes do bloco - especialmente os ex-comunistas e a Itália - reclamam que não terão recursos para enfrentar a recessão e, ao mesmo tempo, cortar suas emissões de gases do efeito estufa. “Quem está protestando agora já não estava muito disposto (a colaborar com o plano climático)”, disse Stern. “Se a Europa vacilar agora, isso vai minar as discussões com a China e a nova presidência dos Estados Unidos.”

O economista acredita que, após a resposta financeira emergencial, uma resposta fiscal pode incentivar uma “nova Revolução Industrial”, baseada na geração limpa de energia. Ele também defende que o novo acordo global de redução das emissões de gases-estufa, a ser fechado em 2009, deve ter metas duras para os países desenvolvidos - com cortes de até 80% em 2050 - e a participação dos países em desenvolvimento, que hoje não têm a obrigação de reduzir suas emissões. “O acordo não funciona se os países em desenvolvimento não contribuírem, pois 8 bilhões das 9 bilhões de pessoas do mundo estarão nessas nações.”

Reservas mais desmatadas que assentamentos – Bernrdo de Mello Franco – O Globo – O Pís – 04/11/2008

BRASÍLIA. Novos dados sobre o desmatamento da Amazônia mostram que o ritmo da devastação está mais acelerado nas reservas ambientais, cuja proteção cabe ao Ministério do Meio Ambiente, do que nos assentamentos da reforma agrária. Relatório divulgado ontem pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) afirma que o corte raso em áreas protegidas fez desaparecerem, em setembro, 22,1 km² de floresta, o equivalente a 6,3% da devastação no período. Nos assentamentos, a destruição foi de 19,8 km², ou 5,7% do total.

Para o pesquisador Adalberto Veríssimo, um dos coordenadores do estudo, os resultados são preocupantes tanto nas reservas quanto nos assentamentos.

No entanto, ele afirma que as áreas protegidas deveriam estar totalmente imunes ao avanço das motosserras: — É esperada tensão nos assentamentos, onde a maioria dos agricultores ainda se baseia no modelo de corte e queima.

Mas as unidades de conservação ambiental foram criadas para proteger a floresta e deveriam ter desmatamento zero.

Há um mês, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, abriu polêmica no governo ao divulgar uma lista em que seis assentamentos lideravam o ranking dos cem maiores desmatadores da Amazônia. A lista irritou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que acusou o colega de divulgar dados incorretos e jogar a culpa pelas derrubadas na reforma agrária.

Minc disse ter divulgado a lista sem conhecer seu conteúdo, mas depois afirmou que os números estavam certos.

Terras griladas e particulares concentram 87,1% do desmate Segundo o Imazon, a destruição nas reservas ambientais atingiu o índice mais alarmante na Floresta Nacional do Jamanxim (PA), onde foram derrubados 4,8 km² em setembro. Em segundo ficou a Floresta Nacional do Bom Futuro (RO), com 4,2 km² de devastação. Em terceiro, empatadas, aparecem as florestas nacionais de Altamira (PA) e Saracá-Taquera (PA), com 3,8 km² destruídos.

O resultado nessas quatro reservas foi pior que o registrado no assentamento Terra Nossa, em Altamira (PA), onde os satélites flagraram a derrubada de 3,4 km² de florestas. Em seguida aparecem os assentamentos Campos do Pilar, em Alenquer (PA), com 3,1 km² devastados; e Mercedes-Benz, em Tabaporã (MT), com 2,7 km².

Mas o relatório indica que as terras griladas e particulares ainda são as grandes vilãs do desmatamento da Amazônia.

Nessas áreas, a devastação foi de 303 km², ou 87,1% do total. A destruição em terras indígenas foi de 2,8 km² (0,8%).

Minc disse que vai anunciar amanhã a criação de 40 planos de manejo para unidades de conservação. O ministro do Meio Ambiente voltou a culpar a gestão anterior pela vulnerabilidade das reservas federais: — Recebemos um quadro de unidades muito abandonadas.

A maioria não tinha gestor nem fiscal, e o dinheiro da compensação ambiental não estava sendo aplicado corretamente.

A direção do Inra evitou polemizar com Minc. Em nota, o órgão informou apenas que a proteção do meio ambiente é prioridade da reforma agrária.

Esta foi a primeira vez em que o Imazon também divulgou números sobre a devastação progressiva da Amazônia. Somando essas áreas com as de corte raso, o instituto registrou um desmatamento total de 693 km² em setembro. O resultado é 18% maior do que os 587 km² constatados oficialmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) semana passada.

CASA NOVA (BA). Dois toldos, redes armadas para dormir, um freezer e alimento para passar várias semanas acampados.

Esse acampamento improvisado foi montado ontem de manhã na rodovia federal BR-235, entre os municípios de Casa Nova e Remanso, no Norte da Bahia, a 650 quilômetros de Salvador, impedindo completamente a passagem de veículos. O bloqueio é comandado por um grupo de moradores e motoristas da região, cansados de esperar por obras de manutenção do asfalto, repleto de buracos naquele trecho.

À tarde, o engarrafamento de veículos já era bastante extenso nos dois sentidos da rodovia, mas nenhum policial havia aparecido para tentar desfazer o bloqueio. Motoristas pisam no freio e são assaltados. Dispostos a só sair depois que houver um compromisso formal dos governos estadual e federal para a recuperação da BR-235, os manifestantes, que representam a população dos municípios de Casa Nova, Remanso e Campo Alegre de Lourdes, intitularam-se Movimento dos Sem Estrada, com a sigla MSE, e listaram os problemas enfrentados por eles nos últimos quatro anos.

— O número de assaltos assusta todo mundo que precisa passar por essa rodovia, em especial nos pontos onde o asfalto nem existe mais, os buracos são muitos e os motoristas são obrigados a dirigir devagar, tornando-se alvo fácil para os bandidos — afirma o motorista Iata Anderson Almeida Silva.

Ele diz que a população das cidades vizinhas está cansada de esperar, e os prejuízos atrapalham o trabalho pelos altos custos com consertos dos veículos, “sem falar na ausência de segurança para a vida não só de motoristas e passageiros, mas também de quem mora nos povoados à margem da estrada”. O movimento tem ainda apoio das empresas de ônibus que circulam pela estrada entre municípios da Bahia e do Piauí. Renato Ribeiro, subchefe de uma dessas empresas, diz que há necessidade de uma solução urgente. Marconio da Silva, presidente de uma associação de transportes alternativos de Casa Nova, no ramo há 14 anos, lembra que as promessas políticas eram de que a BR-235 seria recuperada há dois anos, mas nada foi feito.

Na divisa com o Piauí, 265 quilômetros sem asfalto. O trecho em pior estado da BR-235 fica entre os municípios de Casa Nova e Campo Alegre de Lourdes, já na divisa com o Piauí. São 265 quilômetros praticamente sem asfalto.

O piso desapareceu entre os inúmeros buracos, assim como toda a sinalização. Os 130 quilômetros entre Juazeiro e Casa Nova ainda estão em bom estado, após o trabalho de recuperação concluído em 2006 após uma intensa campanha, que incluiu muitos apelos feitos às autoridades estaduais e federais, além de diversas manifestações e bloqueios de pista, como o que está sendo feito agora.

Em setembro de 2007, moradores e motoristas interromperam o tráfego no mesmo local onde está montado o acampamento (próximo ao povoado de Barragem, em Casa Nova) e durou 36 horas, com um congestionamento superior a dez quilômetros.

— O Derba (Departamento de Infra-Estrutura e Transporte da Bahia) tripudiou da gente no ano passado e saiu dizendo que nos venceu pelo cansaço, mas desta vez viemos preparados para ficar muito tempo e não vamos sair daqui enquanto não houver certeza de que a estrada finalmente será feita — afirma Zacarias Ribeiro.

A diretoria do Derba, responsável pela manutenção da rodovia, não quis comentar o bloqueio da BR-235.

CE: Coordenação Nacional e Comitês Estaduais do Territórios se reúnem – Sítio Eletrônico do MDA – 05/11/2008

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Daniel Maia, participou da abertura da Reunião da Coordenação Executiva Nacional com os membros das Coordenações Executivas dos Comitês Estaduais do Programa Territórios da Cidadania. O evento aconteceu às 9h desta quarta-feira (5), no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste (BNB), em Fortaleza (CE).

Está é a primeira vez que a Coordenação Executiva Nacional do programa se reúne com membros das Coordenações Executivas dos Comitês Estaduais. Essa reunião tem um papel organizativo e servirá para acompanhar o que está acontecendo em 2008 nos municípios que integram os territórios e preparar as ações de 2009.

Na abertura, Maia enfatizou o desafio que o Estado enfrenta há séculos ao tentar integrar políticas públicas para reduzir as desigualdades e combater a pobreza rural, dois dos principais objetivos do Territórios da Cidadania. “Para buscar a efetiva integração de nossas políticas sem pulverizar recursos, precisamos que esses recursos estejam inseridos em ações articuladas também com os governos estaduais e municipais”, afirmou.

Ainda em seu discurso, o secretário destacou os três programas do governo brasileiro que, em sua opinião, devem estar bem articuladas no Territórios: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos e Bolsa Família.

Para o coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e membro da coordenação do programa, Carlos Guedes de Guedes, na fase atual, essa reunião é importante para nivelar o entendimento entre os gestores federais, estaduais e municipais que fazem parte do programa. “A idéia é que, nesse espaço, possamos ter cada vez mais uma compreensão comum do objetivo do programa, de seu funcionamento, e conjuntamente construir uma agenda futura de trabalho”, defendeu o coordenador.

Participaram da reunião, entre outros, o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA (SDT/MDA), Humberto Oliveira, o sub-chefe de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF/PR), Alexandre Padilha, o diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste (BNB), Pedro Rafael Lapa, o secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Camilo Santana, e a prefeita de General Sampaio, Eliane Leite Araújo Brasileiro, representando os prefeitos cearenses dos municípios que compõem o programa.

Territórios Cearenses - Inhamuns/Cratéus, Itapipoca e Sertão Central foram os três territórios cearenses contemplados na primeira fase do programa. Ao todo, 50 municípios serão beneficiados até o final de 2008. Nessa fase, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 748,4 milhões para serem aplicados em ações de acesso a direitos sociais, infraestrutura e apoio a atividades produtivas.

Para 2009, o Comitê Gestor Nacional do Territórios da Cidadania aprovou, em setembro deste ano, a inclusão dos Territórios do Cariri, Sertões do Canindé e Sobral, estendendo para mais 50 municípios as ações desenvolvidas pelo programa em parceria com estados, municípios e a sociedade civil.

Com a ampliação das ações, o Territórios da Cidadania passará a beneficiar no Ceará 172,3 mil agricultores familiares, 13,4 mil famílias assentadas, 5,6 mil famílias de pescadores, 11 comunidades quilombolas e três terras indígenas.

O delegado federal do MDA/CE, Francisco Sombra, também destaca a importância da racionalização dos recursos e da integração das políticas públicas. “O envolvimento dos 19 ministérios nessa ação nos possibilita trabalhar a questão hídrica, educacional, saúde, cultura, turismo, etc, lembrando a todos que o trabalho do governo no campo deve ir muito além das questões agrícolas e agrárias. Deve buscar também a melhoria do bem estar do homem do campo”, enfatiza.

Territórios da Cidadania - O programa é uma estratégia de desenvolvimento regional e garantia dos direitos sociais realizada pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil. Até o final de 2008, serão investidos, por meio da ação integrada de 19 ministérios, R\$ 12,6 bilhões nos 60 territórios atendidos nesta etapa em todo o País.

Em 2009, outros 60 territórios passarão a integrar o programa, ampliando para 1.808 o número de municípios atendidos. A inclusão dos 60 novos territórios foi definida com base nos mesmos critérios adotados na seleção das primeiras regiões atendidas: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reduzido dinamismo econômico e número de assentamentos da reforma agrária, de agricultores familiares, de famílias de pescadores, de quilombolas, de terras indígenas e beneficiários do Bolsa Família. Desta vez, também foi considerado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Reservas ambientais desmatam mais que assentamentos agrários – Sítio Eletrônico da Contag – 06/11/2008

O ritmo de devastação na Amazônia está mais acelerado nas reservas ambientais dos que nos assentamentos da reforma agrária. É o que revela um relatório divulgado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) nesta segunda-feira (3). De acordo com a pesquisa, o corte raso em áreas protegidas fez desaparecer no mês de setembro 22,1km² de floresta, o equivalente a 6,3% de devastação, enquanto nos assentamentos a destruição foi de 19,8km² ou 5,7% do total.

De acordo com o Imazon, o Estado do Pará foi o que teve as áreas mais desmatadas em setembro: na Floresta Nacional do Jamanxim foram derrubados 4,8km² e nas florestas de Altamira e de Saracá-Taquera, a destruição alcançou 3,8km². Em Rondônia o

desmatamento também foi grande. A Floresta Nacional do Bom Futuro teve 4,2km² devastados.

O resultado de desmatamento nas reservas ambientais foi pior do que os registrados nos assentamentos agrários paraenses Terra Nossa, em Altamira; Campos do Pilar, em Alenquer; e Mercedes-Benz, em Tabaporã. O relatório indicou também que as terras griladas e particulares ainda são as grandes vilãs do desmatamento da Amazônia, chegando a 303km² ou 87,1% do total.

Pagar para preservar – Giobana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Por muito tempo, o discurso em defesa do meio ambiente tentava sensibilizar as pessoas pela importância que matas, rios e biodiversidade têm para toda a humanidade, seja no sequestro de carbono, na regulação do clima, no fornecimento de água limpa e até mesmo na eventual possibilidade de se encontrar em plantas e animais a cura para as mais diversas doenças. O pensamento continua o mesmo, mas agora se percebeu que o apelo tem de ser mais pragmático. É necessário pagar para poder conservar. E também é possível lucrar com conservação.

- [Leia entrevistas na íntegra](#)

Vários mecanismos estão surgindo no Brasil e no mundo com esse fim, mas a base de todos eles é a mesma - até hoje os serviços que o ambiente nos presta, como os citados acima, foram aproveitados de graça. Sem terem um valor real de mercado, ou foram consumidos sem muito controle ou vêm sendo destruídos sob a justificativa do desenvolvimento econômico.

A idéia passou a ser destinar recursos a quem garante a oferta do serviço, o chamado Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O exemplo clássico é o da cidade de Nova York, que percebeu que compensava mais investir em fontes de água limpa do que em estações de tratamento.

Tanto que, até hoje, a população consome a mesma água que sai da montanha, a centenas de quilômetros dali, e direto na torneira. A cidade não trata a água, só filtra. Isso foi possível porque se investiu nos agricultores. A prefeitura paga para que eles mantenham preservadas as nascentes em suas terras, com um custo avaliado em cerca de US\$ 1,5 bilhão. Se essa água chegasse contaminada na cidade, o gasto com tratamento passaria dos US\$ 6 bilhões.

Projetos semelhantes, mas ainda tímidos, começam a surgir no Brasil, enquanto o governo tenta aprovar no Congresso um plano nacional para pagamento por serviços ambientais.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a Fundação O Boticário está premiando financeiramente proprietários de terras que se comprometem a conservar integralmente remanescentes de mata atlântica localizadas na Bacia do Guarapiranga. Na cidade de Extrema (sul de Minas), a prefeitura investe nos agricultores que preservam as nascentes que vão ajudar a formar o Sistema Cantareira (mais informações na pág. 4).

Outros modelos de PSA também aparecem na Amazônia, onde o foco é manter a floresta em pé, com o objetivo de combater o aquecimento global. Moradores de unidades de conservação também estão recebendo incentivo financeiro para combater o aumento do desmatamento.

RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA - Essas posturas estão diretamente relacionadas a momentos de crise e escassez, defende o ambientalista Michael Jenkins, diretor da ONG Forest Trends, que pesquisa o tema. “Sempre que uma crise acaba com algum recurso, as pessoas começam a querer pagar por ele. Onde há stress hídrico, pessoas estão mais propensas a investir naquela água. Do mesmo modo, a crise climática e o aumento das emissões de carbono estão colocando um preço real nesse desafio, reconhecendo o papel que a floresta desempenha no seqüestro e armazenamento de carbono. O preço é estabelecido ali, mas só porque temos uma crise”, diz.

Ele afirma que dessa valorização depende a vitória na guerra ambiental. “Nos últimos 50 anos, temos tentado convencer o mundo de que a infra-estrutura natural do planeta é crítica de muitas maneiras. Mas temos perdido essa batalha, porque forças econômicas, como a produção de soja, foram mais atrativas a investimentos do que as florestas. Por isso, o conceito básico agora é que temos de tornar as florestas tão ou mais valiosas do que todos os outros usos concorrentes da terra. Se conseguirmos fazer a floresta ter o mesmo valor da soja, então os proprietários de terra vão querer preservá-la.”

Jenkins explica que ainda falta compreensão. “Todos na sociedade entendem que temos de construir infra-estrutura, como estradas, hospitais, etc. Nós precisamos igualmente investir na infra-estrutura natural do planeta. Temos de começar a descrever os produtos e serviços de conservação do planeta em termos que homens de negócios possam entender.”

Para Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), as mudanças climáticas deixaram evidente que a conservação do meio ambiente está conectada com tudo “e pode ser para o bem do próprio agronegócio”. Basta lembrar que o aquecimento global pode tornar várias áreas do País de alto risco para o plantio de diversas culturas, principalmente a soja, como mostrou recente estudo da Embrapa e da Unicamp.

A maioria dos pesquisadores que trabalha com a área defende que o pagamento por serviços ambientais é uma das maneiras de garantir essa valoração. Outra, e talvez mais abrangente, é incluir o assunto em mecanismos de mercado que negociem aspectos da natureza (como água, carbono e biodiversidade), que Jenkins chama de “commodity global perfeita”.

O mais conhecido é o mercado de carbono, que pode ser expandido após 2012 para incluir a redução das emissões por desmatamento evitado, o RED, que será um dos focos da reunião da Conferência das Partes (COP) da Convenção do Clima em dezembro, na Polônia.

VALOR -De acordo com Moutinho, somente um programa como esse pode trazer um impacto realmente significativo para conter a perda da mata. No ano passado, no dia em que começava a reunião da COP em Bali (Indonésia), a equipe do Ipam apresentou um cálculo de que para manter a floresta em pé com desmatamento zero seria necessário desembolsar US\$ 257 bilhões. Pelos cálculos dos pesquisadores, esse seria o valor do “custo de oportunidade” - no caso de toda a Amazônia ser convertida em pasto e soja.

“Isso significa que todas as ações que o Brasil fez em implementar unidades de conservação na Amazônia e todo o esforço de povos da floresta em proteger esses estoques de floresta foram feitos de graça. Porque, se tudo aquilo fosse transformado em algo que o mercado reconhece e remunera, estaríamos trazendo divisas para o País”, afirma Moutinho. Segundo ele, essa conservação pode se tornar lucrativa em mecanismos como o RED. “Por princípio, ele reconhece esse esforço, inclusive o de deixar de ganhar dinheiro com outra coisa para proteger a floresta”, complementa.

Ele acredita que programas como o Bolsa-Floresta, do governo do Amazonas (mais informações na pág. 5), que está pagando para os moradores de UCs estaduais que deixam a floresta em pé, são interessantes como experimento de distribuição dos recursos. Mas só vai ser suficiente se atingir toda a Amazônia.

Desmatamento não favorece crescimento – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Não são apenas ambientalistas e cientistas que falam que conservação dá lucro. O economista Carlos Eduardo Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vem há anos fazendo uma série de cálculos que mostram que floresta em pé é melhor para a economia do País do que derrubada.

▪ [Leia entrevistas na íntegra](#)

Seu grupo de pesquisa mostrou, há alguns anos, que cidades do Sul e do Sudeste (com exceção de MG) com alto índice de destruição da mata atlântica apresentavam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inversamente proporcional.

“Regiões que se sacrificaram em prol do crescimento da cana, por exemplo, na verdade continuaram estagnadas. Depois que passa a fase inicial de ganho, elas entram em declínio”, afirma Young. Ele lembra que só enriquecem os grandes proprietários rurais. “E as atividades estão tão mecanizadas que nem muito emprego elas geram. É um ganho concentrado e há pouco avanço social”, critica.

O economista contabiliza também o prejuízo ambiental. Para colocar um boi na Amazônia é derrubado cerca de 1,5 hectare, considerando a baixa produtividade da região. Na queima dessa mata são emitidas 110 toneladas de carbono por hectare, segundo suas contas. “Com um boi, então, são emitidas 165 t de carbono. Um automóvel pequeno que circule 10 mil quilômetros por ano vai emitir 1 t.”

Young defende que incluir o RED no mercado de carbono, investir em recuperação florestal e aumentar as práticas de pagamentos por serviços ambientais é que são medidas benéficas socialmente e economicamente. “O que as pessoas precisam entender é que um choque de ambientalismo é pró-crescimento do País. Fazer política de conservação é ao mesmo tempo fazer política de inclusão social, porque os pobres são os mais prejudicados com contaminações e serão mais prejudicados com a mudança do clima.”

O setor financeiro aos poucos está se dando conta dessa vantagem econômica. O Bradesco, por exemplo, criou um título de capitalização voltado para investimentos na Fundação Amazonas Sustentável e viu a carteira ser vendida muito mais rapidamente que outros títulos. O Citibank e o Real criaram, respectivamente, um CDB e um fundo que revertem parte dos lucros para projetos de reflorestamento da mata atlântica.

De acordo com a diretora executiva de sustentabilidade do Real, Maria Luiza Pinto, os clientes buscam cada vez mais serviços que tenham um “algo a mais”. “Vemos que eles procuram diferenciais na hora de investir e são preocupados com seus impactos na sociedade. Mais do que uma aplicação com bom retorno, os clientes que optam por um produto com estas características estão preocupados com aquilo que não só impactará nele próprio, mas também em toda a sociedade”, diz.

Para Alexandre Prado, gerente de Economia de Conservação da Conservação Internacional (CI), esse interesse dos bancos é bom porque tira o caráter de doação aos programas. “Projetos de extrativismo, por exemplo, são interessantes, mas ainda muito dependentes de doação. E a primeira coisa que se corta em uma crise como a atual são as doações”, diz. “Quando o investimento é vinculado ao produto de um banco é diferente, porque ele também sai ganhando. Quanto mais vende, ganha o banco e o projeto.” Os lucros do CBD do Citibank vão para uma parceria com a CI.

INFORMAÇÕES NA INTERNET

www.fas-amazonas.org

www.ana.gov.br

www.forest-trends.org

www.ipam.org.br

www.csr.ufmg.br/simamazonia

www.cristalinolodge.com.br

Manancial preservado, agricultor recompensado – Giovana Girardi – Estdo de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

O município de Extrema, no sul de Minas, tem apenas 24 mil habitantes, mas as águas que nascem e correm pela cidade ajudam a formar um sistema que vai abastecer mais de 8 milhões de pessoas a pouco mais de 100 quilômetros dali, na Grande São Paulo.

O Sistema Cantareira é um dos maiores do mundo e compensa a deficiência hídrica da capital paulista ocasionada em parte pela poluição das Represas Billings e Guarapiranga. Sua boa qualidade vem sendo garantida pelo fato de parte de suas nascentes e corpos d'água estar inserida em áreas com remanescentes de mata atlântica. Mas isso é cada vez mais ameaçado por mudanças no uso e na ocupação do solo.

Nesse movimento, proprietários rurais que têm manancial em suas terras - caso dos moradores de Extrema -, e os mantêm preservados, prestam de graça um enorme serviço ambiental para quem se beneficia na outra ponta da torneira.

É a presença da mata que, entre outras coisas, favorece a absorção da água da chuva nos lençóis subterrâneos e impede o assoreamento dos rios. Sem ela, o gado pode pisotear a terra em torno de minas d'água, impedindo que elas voltem a se encher após um período de seca.

Foi para evitar que isso ocorra - e a quantidade e a qualidade da água que passa pela cidade mineira acabe prejudicada - que a prefeitura decidiu pagar para preservar. Em uma das primeiras iniciativas brasileiras de pagamento por serviços ambientais, agricultores estão, desde o começo do ano passado, recebendo uma verba do município por protegerem as nascentes e cursos d'água existentes em suas propriedades.

A lei prevê que proprietários rurais que queiram participar do projeto abram mão de ter alguma atividade agrícola nos trechos de suas terras onde haja alguma fonte hídrica para que elas possam ser preservadas ou recuperadas. Em compensação, eles recebem R\$ 159 por hectare da sua propriedade por ano, valor dividido em parcelas mensais. Como o valor total está vinculado ao tamanho da terra, alguns chegam a receber mais de R\$ 1 mil por mês.

“Se o dono da terra fosse arrendar a área que está sendo cercada para alguém colocar pasto, ele receberia em torno de R\$ 120 por hectare ao ano. É menos do que pagamos”, afirma o biólogo Paulo Henrique Pereira, diretor do Departamento de Meio Ambiente de Extrema.

CERCAR, PLANTAR E SANEAR - O projeto, apelidado de Conservador das Águas, está, na prática, pagando para que a lei ambiental seja cumprida. O Código Florestal estabelece que nascentes, mananciais e matas ciliares são áreas de proteção permanente (APP), ou seja, onde a vegetação original não pode ser removida. E, se fosse, teria de ser recuperada.

“A verdade é que só o modelo clássico de comando e controle para fazer cumprir a lei não tem trazido resultados”, explica Pereira. “Na nossa realidade vimos que o agricultor sozinho não faria isso. Ele não tem renda para investir em conservação, então decidimos fazer isso e pagar para aqueles que acabam agindo como verdadeiros guardiães da água”, afirma.

Por enquanto, o programa está sendo implementado somente na Bacia das Posses, mas a expectativa é que alcance, ao longo dos próximos anos, todas as sub-bacias do município. Posses é a mais degradada - ao longo dos anos teve quase toda a sua cobertura vegetal substituída por pastagens.

Desde o começo dos trabalhos, em março de 2007, as APPs já foram cercadas e se iniciou o plantio de árvores nativas e a recuperação da mata ciliar. A segunda etapa do trabalho, também já em andamento, é a de conservação do solo, que prevê, por exemplo, a criação das chamadas barraginhas, uma espécie de minipiscina nos morros para evitar a erosão com a descida da chuva. A última etapa será de saneamento ambiental, com a construção de fossas sépticas e coleta de lixo. “O plano é fazer a adequação ambiental das propriedades rurais do município”, comenta Pereira.

Até o momento, já foram cercados 200 hectares em 40 propriedades, cerca de 17% da área da Bacia das Posses. Mais 50 ha ainda devem ser incluídos na região. Só nessa bacia a prefeitura deve investir R\$ 1,2 milhão.

Como o projeto tem pouco mais de um ano, ainda não foi feito nenhum balanço sobre as eventuais melhorias que ele possa ter promovido, mas os moradores envolvidos dizem já notar algumas diferenças. Teresinha de Moraes Oliveira, proprietária, com o marido Benedito de Oliveira, de um dos terrenos já cercados, conta que percebeu o aumento do volume de água em uma das minas de sua terra, que tinha fluxo esporádico, alternando cheia e seca.

“Depois da última seca, ela parecia que não ia mais ter água, mas, um mês depois de ser cercada, eu vi que tinha voltado”, diz. Os dois lembram que há 50 anos, antes do avanço da pecuária sobre a mata, a água era muito mais abundante. “Dava até para pescar bagre, hoje só aparece sapo no brejo e mais nada”, afirma Benedito.

O projeto de Extrema é uma parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e a ONG The Nature Conservancy. É da ANA a idéia original de pagamento. Seu programa, proposto em 2002, é o Produtor de Águas, que prevê um incentivo financeiro para quem conserva o solo. “É mais barato pagar por isso antes do que ter de investir em captação e tratamento da água depois”, afirma Oscar de Moraes Cordeiro Netto, diretor da ANA.

Borracha e urucum protegem AC – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Não faltam no Brasil projetos que tentam aliar conservação da natureza com lucro para as comunidades do entorno - vide as diversas iniciativas de extrativismo na Amazônia -, mas são poucos os que conseguem se firmar como uma alternativa viável. Bons exemplos dessa persistência são dois projetos acreanos que acabam de ser premiados pela Organização das Nações Unidas (ONU) por combater a pobreza ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade.

Impulsionados pela crise da borracha a partir do fim dos anos 80, quando o preço do látex despencou e muitos seringueiros ficaram desempregados, vendo-se obrigados a buscar opções menos sustentáveis, os dois projetos trouxeram saídas lucrativas para manter a floresta em pé, um deles utilizando o próprio seringal e o outro, o urucum.

“Naquela época eu trabalhava com cooperativas de borracha, vendia o material para São Paulo e, de repente, não tinha mais como sobreviver, voltei a dar aula e comecei a pesquisar alguma outra forma de lidar com a borracha”, conta o professor de português Francisco Samonek, paranaense que se mudou para o Acre achando ter encontrado na seringueira uma forma mais fácil de ganhar dinheiro.

Ele queria criar uma maneira de beneficiar a borracha para produzir algo além do preparo tradicional vendido para a produção de pneus. A idéia veio de povos indígenas kaxinawá e shanenawá, que habitavam a região e antes dos seringueiros já misturavam fibras vegetais ao látex para fazer uma borracha líquida, o chamado “encauchado”, base do couro vegetal.

“Recuperamos essa técnica artesanal e juntamos uma nova tecnologia de elevar o pH do látex com uma mistura de água e cinzas de fornos e roçados”, conta Samonek, coordenador do Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Poloprobio), instituto criado para viabilizar o negócio. Como é mais maleável, o encauchado pode ser usado para a confecção de artesanato, mas também substitui barro na produção de telhas e tijolos.

O negócio deu tão certo que hoje 580 pessoas em 28 unidades trabalham na produção do material e dos seus vários subprodutos, como embalagens, camisetas pintadas com grafismos indígenas, mantas, jogos americanos e porta-lápis.

A Universidade Federal do Acre encampou a proposta e contratou Samonek para coordenar a qualificação de mais pessoal. Recentemente, depois de ganhar vários prêmios (fora os US\$ 5 mil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Poloprobio fechou convênios com Sebrae e Petrobrás para abrir mais unidades na região.

Segundo Samonek, pelo sistema convencional o seringueiro tirava cerca de R\$ 2,50 por quilo de borracha vendida para os fabricantes de pneus. Para fazer um quilo do produto são necessários dois litros de látex. Hoje, esse mesmo volume pode render de R\$ 40 (preço de uma manta emborrachada que serve para fazer mochilas, por exemplo) a R\$ 80 (valor de

dez porta-lápis de fibras e borracha) ou até R\$ 120 (obtidos com a venda de 15 embalagens). “E, se um litro do encauchado for usado só para pintar camiseta, dá para fazer umas cem, rendendo até R\$ 1 mil”, diz.

PELES VERMELHAS - A saída encontrada pelos índios yawanawás para lidar com a crise da borracha foi uma árvore muito familiar deles, o urucum. Tradicionalmente usado para a confecção de elaborados desenhos corporais, o fruto virou negócio. “Com o declínio da borracha, o povo ficou sem função, foi trabalhar em fazendas. Aconteceu uma dispersão total”, conta Tashka Yawanawá, um dos idealizadores da cooperativa Coopyawa, que viria a ajudar a gerar renda por meio da promoção do urucum na comunidade.

A virada começou com a Rio-92, quando representantes da tribo foram ao evento. Lá tiveram contato com um empresário da indústria de cosméticos americana Aveda, que se mostrou interessado por aquele corante natural usado pelos índios para expressar sua cultura. “Ele queria agregar um diferencial étnico ao seu produto e uma consciência socioambiental”, lembra Tashka.

No entanto, seriam necessários ainda alguns anos para que o povo passasse a cultivar o urucum com fins comerciais e aprendesse a lidar com dinheiro. “O índio não pode ser empregado de uma empresa. Tem de ter o tempo para pescar, caçar, fazer suas festas”, diz. O contrato com a Aveda foi feito em 2003 e dura até hoje. O investimento trouxe melhorias para a tribo e levou até à criação de uma grife com os grafismos yawanawás. “O melhor foi que isso nos juntou e fortaleceu nossa cultura. Trouxe o orgulho de ser índio”, conta.

Florestas: a diferença entre ter valor e dar lucro – Mary Allegretti – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Difícil dizer qual tarefa tem sido mais árdua: provar que a floresta tem valor ou fazer esse valor se transformar em retorno financeiro para quem a explora. Nos últimos 20 anos, desde que Chico Mendes morreu, conseguimos dar conta, em parte, da primeira; mas isso assegurou muito pouco da segunda.

A Amazônia tem hoje mais de 21 milhões de hectares protegidos para uso sustentável de comunidades tradicionais: 64 Reservas Extrativistas e 16 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em 4,4% da região. A criação dessas unidades de conservação valoriza um estoque de recursos naturais estratégicos porque elimina conflitos pelo acesso aos recursos - pré-requisito para seu uso. Mas essa é apenas a primeira etapa de uma enorme e complexa agenda que visa a transformar esse capital de recursos naturais em renda monetária permanente, hoje e no futuro.

Chico não foi o único nem o primeiro a falar que “a floresta vale mais em pé do que derrubada”, mas essa afirmação passou a ser associada a ele depois do seu assassinato. Ele construiu esse argumento com base na dependência direta dos seringueiros em relação à

borracha, à castanha e a outros produtos da floresta que lhes assegura renda há gerações. Mas também como um cenário de futuro, como disse em julho de 1988.

“Meu sonho é ver toda essa floresta preservada, conservada, porque ela é a garantia do futuro dos povos da floresta. E não é só isso... nós estamos conscientes de que a Amazônia não pode ser um santuário intocável... basta que o governo leve a sério a proposta dos seringueiros e dos índios, que eu acredito que em poucos anos a Amazônia poderá se transformar numa região economicamente viável não só para nós, mas para o País e para toda a humanidade, para todo o planeta... Que eu considero a Amazônia uma região rica, ela tem uma enorme variedade de produtos extrativistas. Ela pode ser preservada e economicamente importante para todos nós.”

Argumentos como esses começaram a ser defendidos por cientistas logo depois. Em 1989, Peters, Gentry e Mendelsohn publicaram resultados de pesquisa em uma área ribeirinha próxima de Iquitos, no Peru, demonstrando que a renda líquida total gerada pela exploração sustentada de produtos florestais não-madeireiros era duas a três vezes maior do que a gerada pela conversão da floresta. O estudo apontou que o problema não estava no valor real dos recursos das florestas tropicais, mas na falta de reconhecimento desse fato pelas políticas públicas.

“Enquanto as madeiras tropicais são vendidas nos mercados internacionais, geram recursos em moeda estrangeira, são bens de exportação controlados pelo governo e apoiados por investimentos federais, os recursos não-madeireiros são coletados e vendidos em mercados locais por um número incalculável de coletores florestais, intermediários e pequenos comerciantes. Essas redes comerciais descentralizadas são extremamente difíceis de controlar e podem ser facilmente ignoradas nas contas nacionais”, afirmaram os autores.

Quando o artigo foi publicado, Chico já havia sido assassinado. Mas as falas dele e os dados destes e de outros cientistas nos anos seguintes deram início a uma nova etapa na história, onde a questão deixou de ser provar o valor da floresta, mas pressionar por investimentos para torná-la lucrativa.

Hoje a floresta dá lucro para extrativistas, agricultores familiares, pequenos e grandes empresários sempre que os seguintes fatores estão presentes: investimentos públicos ou privados em infra-estrutura social e produtiva, tecnologia, parceria para a gestão de empreendimentos e mercados especializados.

Alguns exemplos: processamento de óleos para indústria de cosméticos na RDS do Rio Iratapuru no Amapá, na Reserva Extrativista do Médio Juruá no Amazonas e no Projeto Reça em Rondônia; produção de preservativos e outros artefatos de borracha nativa no Acre; comercialização de pescado no Amazonas e no Pará e de camarão no Pará e no Amapá; exportação de polpa de frutas tropicais, especialmente açaí no Pará e no Amapá.

Mas o retorno financeiro dessas atividades não tem escala nem para se contrapor ao agronegócio nem para neutralizar a exploração clandestina de madeira. O que se alcançou até hoje resulta mais do esforço de cada comunidade e parceiros do que de uma política de

desenvolvimento. Não há infra-estrutura de produção adequada aos produtos da floresta: crédito, assistência técnica, escoamento, armazenamento, pesquisa e capacitação.

A questão é que não podemos esperar mais 20 anos para que o valor de hoje se transforme na economia de amanhã. Além disso, a razão para valorizar a floresta deixou de ser exclusiva dos que moram lá, porque hoje todos dependem dos serviços ambientais providos por ela. Essa realidade requer uma equação radicalmente nova que, no meu entender, deve combinar o pagamento pelos serviços ambientais associado ao preço dos produtos florestais, à tecnologia e inovação e a um modelo de industrialização apropriado, cujos impactos serão regionais e criarão novos ordenamentos do espaço florestal, rural e urbano. Se conseguimos o impensável - reservar imensos territórios de alto valor -, por que não seríamos capazes de inventar uma forma adequada de explorá-los? * *É antropóloga e doutora em desenvolvimento sustentável. Trabalha desde 1978 com o assunto na Amazônia*

Bolsa-Floresta fortalece idéia de negociação em mercado – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Moradores de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, em especial de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, estão recebendo dinheiro para deixar a floresta em pé e investir em fontes alternativas de renda que não envolvam mais o corte da mata.

É algo que, por lei, já deveria ser cumprido de qualquer maneira, e muitas populações tradicionais e indígenas já vinham fazendo sem ganhar nada. Com a compensação financeira, se espera valorizar o trabalho dessas pessoas e incentivar que, aquelas que não agiam em prol da conservação, passem a atuar como guardiãs da floresta.

O chamado Bolsa-Floresta foi instituído em 2007 dentro da Lei Estadual de Mudanças Climáticas com a intenção de “evitar que as florestas virem fumaça e contribuam para a mudança do clima do planeta”, como explica a cartilha distribuída nas reservas. Nesse sentido, remunera-se o serviço ambiental prestado pela população quando esta deixa a floresta cumprir seu papel no armazenamento de carbono e na regulação do clima.

O dinheiro é entregue para as comunidades de cada unidade de conservação, beneficiadas de quatro formas diferentes. A primeira, de R\$ 50 por mês, vai diretamente para cada família participante que se comprometa com o desmatamento zero. “Isso não é para servir como um salário, mas um reconhecimento por sua atuação como guardiães. Mesmo assim, dá uma ajuda, se considerarmos que a maioria vive de subsistência”, diz Virgílio Viana, diretor-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que implementa o Bolsa-Floresta nas reservas.

O segundo é entregue para as associações de moradores de cada unidade de conservação, que é quem, de fato, controla o projeto localmente. A verba, equivalente a

10% do valor total repassado para as famílias, é destinada para garantir organização e controle do programa.

O terceiro, de R\$ 4 mil por ano para cada comunidade, é destinado ao apoio da produção sustentável de peixe, óleos vegetais, frutas, mel, castanha, etc. A idéia aqui é que se consiga beneficiar o produto para aumentar o rendimento. “Hoje uma lata de castanha sai por R\$ 4. Com a bolsa será possível ter armazéns e um secador, elevando o valor para R\$ 12 a R\$ 15”, afirma Viana.

A última parte, do mesmo valor, vai para melhorias em aspectos sociais, como educação e saúde. Para distribuir o Bolsa-Floresta, a fundação recebeu um investimento de R\$ 20 milhões do governo do Estado e mais R\$ 20 milhões do Bradesco. Esse dinheiro foi aplicado em um fundo e se usa apenas o rendimento.

O programa complementa uma política estadual que começou em 2003 com a criação da Zona Franca Verde, que promoveu a valorização dos produtos florestais para que seus produtores não se sentissem impelidos a trocar a atividade por outra mais rentável que desmatasse.

De acordo com Viana, secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 2002 a 2007, ações como essa contribuíram para a queda de 63% na taxa de desmatamento do Estado no período. Neste ano, no entanto, ela voltou a subir, em especial nas cidades ao sul do Amazonas, na fronteira com Rondônia e Mato Grosso, por onde avança o arco do desmatamento.

VIABILIDADE - Viana defende que só ações que visem aos moradores das unidades de conservação podem frear a pressão. Um exemplo disso vem sendo mostrado pela RDS do Juma, localizada no município de Novo Aripuanã, um dos que deve fechar o ano com maior desmatamento. “O investimento no Juma é estratégico para barrar isso”, diz.

A reserva ganhou, no fim de setembro, uma certificação por desmatamento evitado, concedida pela auditora alemã Tüv Süd. Segundo os cálculos auditados, cerca de 366 mil hectares deixarão de ser derrubados nos próximos anos por causa da ação do Bolsa-Floresta. Em outras palavras, se os moradores estivessem por sua própria conta, a mata sucumbiria, emitindo, até 2016, cerca de 3,6 milhões de toneladas de CO₂.

Para Viana, a certificação mostra a viabilidade de incluir o RED (redução de emissões por desmatamento) no mercado de carbono após 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto. Hoje o carbono de florestas não é negociado, entre outros motivos, porque se considera que é difícil medir a chamada adicionalidade, ou quanto da queda do desmatamento se deve à ação de um dado projeto ou se ocorreu por causa de uma queda do valor da soja. “Com a certificação é possível superar isso”, diz.

Os técnicos da FAS tomaram como base um estudo divulgado em 2005, na revista Nature, por pesquisadores da Universidade Federal de Minas e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Ele mostra que até 2050, se o modelo econômico continuar avançando como hoje, 40% da Amazônia terá desaparecido.

Na projeção é possível ver a área do Juma quase desaparecendo. O trabalho considera que a mera presença de várias unidades de conservação no meio do caminho não é suficiente para conter isso. “Só criá-las não basta. É fundamental investir em recursos adicionais que coloquem em prática políticas efetivas de conservação”, diz Viana.

Outro argumento combatido é de que o carbono de florestas seria muito mais barato que o de mudança de matriz energética, por exemplo, e isso inundaria o mercado, reduzindo o valor negociado. “Ora, é só criar uma cota para florestas”, defende.

Turismo protege e gera negócios – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2008

Na teoria, talvez uma das formas mais óbvias de lucrar com a conservação do meio ambiente seja o ecoturismo, mas, na prática, ainda há muitos equívocos nesse sentido, em especial no Brasil. Por aqui não são raros os casos em que a atividade adota uma postura oposta à conservacionista. E o governo ainda não conseguiu emplacar o turismo como uma maneira de trazer renda para suas unidades de conservação (UCs).

Só de parques nacionais, uma das categorias de UC que permitem visitação, o Brasil possui 63, mas nem metade está aberta aos turistas e mesmo alguns dos que estão carecem de infra-estrutura adequada. Em razão disso, por ano, em média somente 3,5 milhões de pessoas visitam os parques, sendo que a maior parte se divide em dois, o da Tijuca e o do Iguaçu.

Historicamente, o País não associou turismo com conservação. “A verdade é que os órgãos administrativos sempre foram resistentes a visitantes dos parques, com medo de que eles pudessem ameaçar a preservação. Nós não abrimos os parques eficientemente”, admite o coordenador-geral de visitação e do uso público do Instituto Chico Mendes, Julio Gonchorosky.

Agora, o governo quer tentar melhorar essa situação e, em setembro, lançou um programa de incentivo ao turismo. “Queremos ter um bom usuário nos parques para poder coibir o mau, que é o madeireiro, o caçador, o palmiteiro”, diz.

Inicialmente, serão investidos R\$ 28 milhões em seis parques nacionais considerados prioritários: de Aparados da Serra (SC/RS), da Chapada dos Veadeiros (GO), dos Lençóis Maranhenses (MA), da Serra dos Órgãos (RJ), do Jaú (AM) e da Serra da Capivara (PI). Os parques de Fernando de Noronha, de Abrolhos e o próprio Iguaçu também receberão atenção, especialmente para o fechamento de contratos de concessão de serviços.

De acordo com Gonchorosky, esse investimento está previsto para continuar nos próximos cinco anos, quando se espera que pelo menos dois terços dos parques nacionais

tenham infra-estrutura interna e de acesso para o turismo. Os demais, porém, devem continuar isolados por mais um tempo.

MAU EXEMPLO - Mas os desafios da área não param aí. Fora dos parques, o problema passa a ser cuidar do que é feito nas áreas particulares. Segundo especialistas do setor, os principais problemas estão aí. “O turismo é a indústria que cresce mais rápido no mundo e o ecoturismo é o segmento que cresce mais rápido dentro do turismo. Mas a verdade é que há um placar muito desigual sobre as contribuições desse turismo para a conservação”, comenta o ambientalista Michael Jenkins, presidente da ONG Forest Trends.

Um exemplo de preocupação zero com preservação vem ocorrendo no Pantanal. Nos últimos anos, a região passou a atrair milhares de turistas interessados em ver os animais típicos. Obviamente essa é uma experiência que depende de sorte, mas alguns proprietários de pousadas têm dado um jeitinho de inflar essa sorte.

“Temos visto o pessoal tentar atrair onça com comida para mostrar ao turista. Mas isso é muito perigoso, porque muda o comportamento do bicho. Quando dão alimento e acostumam as onças a pegar comida sempre em um determinado lugar, elas perdem o medo de gente e passam a associar o homem ao alimento”, afirma o biólogo Peter Crawshaw, maior especialista brasileiro no felino.

De acordo com Jenkins, o ecoturismo verdadeiro tem de responder a dois princípios fundamentais. “O primeiro é: (os empresários) estão apoiando a ecologia e a conservação da área da qual estão se beneficiando? O outro é sobre o negócio em si. As pessoas empregadas pertencem às comunidades locais? Elas estão se beneficiando dessas atividades? Há salários adequados? Porque muitas vezes há comunidades locais vivendo em torno das áreas de operação de ecoturismo e elas devem participar e se beneficiar do ecoturismo”, defende.

BOM EXEMPLO - Foi com mais ou menos esse espírito que, há 16 anos, a empresária paulista Vitória da Riva Carvalho iniciou a construção de um pequeno hotel na região do Rio Cristalino, no município de Alta Floresta (MT), no meio da Floresta Amazônica e na beira do arco do desmatamento.

No início dos anos 90, ela tinha comprado ali uma área de 700 hectares, que posteriormente seria transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Filha de um dos fundadores de Alta Floresta, Vitória tinha o sonho de poder manter a mata em pé com seu próprio negócio.

A idéia, que começou com o ecoturismo, acabaria se transformando em uma das principais iniciativas para a conservação da região. “As primeiras pessoas que recebemos foram cientistas, em especial ornitólogos, que perceberam que a área era a melhor da Amazônia para a observação de aves”, conta a empresária. Logo se notou que o Cristalino tinha o potencial de ser uma das regiões mais biodiversas da Amazônia.

“Isso tudo nos mostrou que era preciso preservar tudo aquilo. Na frente do hotel havia mais três áreas particulares que eu sabia que, se eu não comprasse, seriam

desmatadas”, lembra a empresária. Duas dessas propriedades já viraram RPPNs. Pouco tempo depois, na rabeira desse trabalho conservacionista, seria criado o Parque Nacional do Cristalino, que recebe hoje, por influência de Vitória, pesquisadores de todo o mundo.

Neste ano, foram descobertos, em uma das RPPNs e no parque, três novas espécies de plantas. Mais de 570 espécies de aves já foram observadas no local. Os turistas colaboram. Deles, Vitória cobra uma taxa de US\$ 50, que é revertida para o ambiente.

OIT apresenta relatório sobre criação de empregos verdes - Sítio eletrônico da Contag - 07/11/2008

Criar empregos que ajudem a preservar ou restabelecer a qualidade do meio ambiente em países desenvolvidos e também emergentes. Esta é a proposta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que elaborou o estudo "Empregos Verdes: Trabalho Decente em um Mundo Sustentável e com Baixas Emissões de Carbono". De acordo com o relatório, os segmentos da agricultura, indústria, serviços e administração serão beneficiados com os empregos verdes.

Atualmente, o Brasil destaca-se pela geração de empregos no setor da reciclagem e na gestão de dejetos, segmento que cria 500 mil empregos diretos em todo o País. No mesmo setor, a China chega a empregar cerca de 10 milhões de pessoas. Dados do relatório mostram que a energia renovável gera mais trabalho do que os combustíveis fósseis em todo o mundo. Até 2030, estão previstos investimentos no valor de US\$ 30 bilhões, que se traduziriam em pelo menos 20 milhões de novos empregos.

Na avaliação do secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais, Antônio Lucas, que representou a Contag na apresentação do estudo em Brasília, a criação de empregos verdes poderá trazer benefícios futuros à agricultura familiar brasileira. "Esse tipo de iniciativa pode mudar a mentalidade do que está sendo discutido no Brasil em relação ao cumprimento das leis ambientais e debates sobre aquecimento global. Também pode trazer oportunidades para a agricultura, já que temos que preservar o homem no campo", acredita o dirigente sindical.

O estudo revela também que cerca de 12 milhões de pessoas podem ser empregadas no segmento da biomassa para produção de energia e em indústrias afins do setor. Na Venezuela, por exemplo, uma mistura de 10% nos combustíveis poderá gerar um milhão de empregos no setor canavieiro até 2012. Para socializar as entidades sociais, incluindo a Contag, sobre a criação de empregos verdes no País, a OIT agendará um encontro, que ainda não tem data prevista, para discutir o assunto.

O tempo é curto na área do clima – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/11/2008

Avivou muito as discussões a presença em São Paulo, esta semana, do afável e cordial - mas não menos contundente - sir Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial e coordenador do relatório sobre mudanças climáticas pedido pelo governo britânico em 2006. Nesse documento, que mudou o rumo das discussões, Stern afirmara que tínhamos dez anos para enfrentar a questão do clima, aplicando em soluções pelo menos 1% do produto bruto mundial (cerca de US\$ 600 bilhões) a cada ano; se não o fizermos, corremos o risco da “mais grave recessão econômica da História”, que pode significar a perda de 20% do produto mundial.

Há poucas semanas, Stern corrigiu - e agora reiterou em São Paulo: “Em 2006 eu fui muito otimista, não temos dez anos.” As emissões cresceram muito no mundo e os custos já seriam de 2% do produto ao ano. E será preciso estabilizar a concentração de carbono na atmosfera em nível mais baixo (450 partes por milhão) do que fora imaginado (500 a 550). No ritmo atual, a temperatura do planeta subirá de 2 a 3 graus Celsius até 2050 e 5 graus até 2100 (a média é de meio grau por década). A média de emissões por pessoa precisará baixar das atuais 7 toneladas anuais (nos países industrializados varia de 10 a 24 toneladas per capita; no Brasil é superior a 2 toneladas) para que se consiga uma redução de pelo menos 50% nas emissões totais até 2050, o que implica 80% para os países industrializados. Mas a crise financeira está agravando tudo. Porque o custo da redução inclui de US\$ 20 bilhões a US\$ 75 bilhões no comércio de carbono, que empresas de países industrializados já estão contendo. E mesmo na Europa - mais empenhada em reduções que outras áreas - países como Itália, Polônia e outros estão pedindo que seja adiado o compromisso de reduzir as emissões em 20% até 2020.

Na televisão e em outros lugares, Stern fez uma advertência oportuna para o Brasil: a questão do clima não se pode confinar no Ministério do Meio Ambiente, “precisa da participação da Casa Civil, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, da Fazenda” - isto é, das áreas governamentais hoje mais empenhadas num crescimento econômico quase a qualquer preço do que em esforços para conter o desmatamento, mudar matrizes energéticas e do transporte, reduzir as emissões industriais. Também colocou condicionantes claras para a exploração do petróleo da camada pré-sal: vai depender da cotação do petróleo (que, aos preços atuais, pode inviabilizá-la); de mudanças nos transportes (para veículos menos poluidores); e da viabilidade da tecnologia de capturar as emissões na sua fonte (usinas de energia, indústrias e outras) e sepultá-las debaixo da terra ou no fundo mar - é uma tecnologia que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas avaliou como tecnicamente possível, mas dependendo do que acontecerá na terra, em termos geológicos e de recursos hídricos, e no mar, com a biodiversidade marinha.

A discussão no Brasil continua à espera do plano nacional para a área do clima, que teve sua proposta inicial severamente criticada pelo Fórum das ONGs e dos Movimentos Sociais e pelo ex-ministro José Goldemberg, para quem o texto preliminar não chega a ser um plano - “é um emaranhado de iniciativas já existentes”. Diz o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que está discutindo com o Itamaraty a adoção de metas de redução

de emissões que correspondam a um terço das que vierem a ser adotadas para os países industrializados (Folha de S.Paulo, 25/10). Essa fórmula, diz ele, já teria sido aceita pela área econômica; o Itamaraty concordaria, mas quer impor outras condições. Para o ministro do Meio Ambiente, o custo da redução para o Brasil seria “zero”: bastaria baixar em um terço o desmatamento na Amazônia e receber tecnologias dos países mais ricos.

Seja qual for o rumo, aguarda-se o novo inventário brasileiro de emissões, que atualize o de 2004. Segundo este, o Brasil já emitia, em 1994, pouco mais de 1 bilhão de toneladas equivalentes de carbono, das quais 776,3 milhões correspondentes a mudanças no uso da terra, desmatamentos e queimadas. Uma estimativa recente fora do Brasil indicou que teria havido acréscimo de 40%. De qualquer forma, o governo brasileiro tem prazo até o fim de ano para divulgar os novos números. Divulgará antes das novas discussões da Convenção Do clima, em dezembro, na Polônia?

Uma das questões mais complicadas internamente é a da matriz energética. O planejamento governamental dá forte ênfase à expansão de termoelétricas (até a carvão) e das hidrelétricas na área amazônica, debaixo de críticas dos ambientalistas - que não a consideram necessária (o consumo até caiu nos últimos meses) e, além disso, favorecedora da ocupação de novas áreas, com desmatamentos e queimadas. Numa discussão recente em Brasília, o professor Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, apontou a contradição: implantam-se mais usinas, mas o aquecimento global e o desmatamento podem reduzir a vazão dos rios e a produtividade das hidrelétricas. A seu ver, uma das melhores alternativas para o Brasil seria o aproveitamento do potencial eólico, de 60 GW, dos quais apenas 0,28 GW está sendo utilizado.

Em São Paulo, Stern advertiu que é preciso eliminar os subsídios ao consumo de energia (o Brasil subsidia nos chamados eletrointensivos, assim como na agricultura). Lembrou que o derretimento de gelos andinos já reduz o fluxo de água inclusive para o Brasil. E que um aumento de 3 graus na temperatura da Amazônia pode ter conseqüências irreversíveis (quando a produção econômica decorrente do desmatamento não passa de 1% do PIB).

E assim vai a discussão. À espera também do que um governo e um Congresso democratas farão com a política do clima nos Estados Unidos. Mas com a ciência endurecendo suas advertências: todos os continentes estão se aquecendo.

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Terra a caminho do pior cenário climático – O Globo – Ciência – 08/11/2008

Agência Internacional de Energia diz que temperatura pode subir 6 graus Celsius

O consumo cada vez maior de energia está levando à Terra para o pior cenário de mudanças climáticas. O alerta é da Agência Internacional de Energia. No relatório “Panorama Global de Energia 2008”, a agência diz que a temperatura média do planeta poderá subir 6 graus Celsius até o fim do século.

Uma elevação dessa magnitude pode transformar o clima da Terra e é maior do que a prevista no mais grave cenário traçado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês). O IPCC tinha previsto uma elevação de até 5 graus.

Se a temperatura subir 6 graus, o equilíbrio climático pode se romper. Em consequência, regiões temperadas poderiam se tornar quentes, o degelo de pólos seria dramático e eventos extremos, como furacões e secas, se tornariam mais frequentes e intensos.

Hoje, a temperatura média do planeta é de cerca de 14 graus Celsius. Na última Idade do Gelo, terminada há aproximadamente 11 mil anos, ela era 5 graus mais baixa e as geleiras avançavam até o meio dos Estados Unidos e da Europa, por exemplo.

O motivo da previsão pessimista, segundo a agência, é que o mundo não dá sinais de que vá consumir menos energia. E o petróleo também não deverá se esgotar nas próximas décadas.

Mesmo se o consumo continuar a crescer no ritmo atual, haverá reservas de petróleo pelo menos até 2030.

A Agência Internacional de Energia diz que a única chance real de reverter esse cenário será estipular metas mais rigorosas de cortes de emissões na próxima grande cúpula climática, marcada para dezembro de 2009, em Copenhague.

O relatório destaca que o aumento do consumo não tem trazido benefícios para a população pobre de países ricos em petróleo. Exemplos são Nigéria e Angola.

Estabilizar clima pode ser inviável, diz agência – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2008

A Agência Internacional de Energia tem uma má notícia para o planeta: na melhor das hipóteses, o aquecimento global neste século deverá ser de trágicos 3C em relação à era pré-industrial. A redução de emissões de gases-estufa necessária para evitar a mudança climática perigosa pode não ser tecnicamente viável.

O veredicto está no "Panorama Global de Energia 2008", documento que apresenta as tendências do cenário energético mundial. O período analisado vai de 2006 a 2030.

Segundo o relatório, a estabilização da concentração de gás carbônico (CO₂) em 450 ppm (partes por milhão) na atmosfera -que produziria um aumento "seguro" da temperatura global de 2C- dificilmente será obtida. O máximo a que o mundo pode aspirar, e a um custo alto, é a estabilização em 550 ppm, o que produziria um aquecimento de 3C.

"Mesmo sem considerar a viabilidade política, é incerto se a escala da transformação vislumbrada é tecnicamente alcançável", diz o relatório.

Segundo a AIE, o mundo pode ficar até 6C mais quente se o cenário atual de emissões for mantido. O primeiro passo para reverter essa tendência é alcançar um acordo global significativo de redução de emissões no ano que vem, na conferência do clima de Copenhague. "As conseqüências para o clima da inação política são chocantes", continua a agência.

As dificuldades para alcançar uma estabilização em 450 partes por milhão de CO2 são de diversas ordens. Primeiro, a demanda por energia deve crescer 45% entre 2006 e 2030. Os combustíveis fósseis, como o petróleo, continuarão respondendo por 80% da demanda.

Mesmo com o pico dos preços em 2008 e com a redução da taxa de crescimento do PIB global devido à crise financeira, as emissões projetadas neste ano pela agência para 2030 são apenas 1 bilhão de toneladas de CO2 mais baixas que o projetado em 2007. Elas devem crescer 45%, das atuais 28 bilhões de toneladas por ano para 41 bilhões de toneladas por ano.

Por fim, continua o relatório, há um problema estrutural do setor de energia, que é sua taxa lenta de substituição de capital. Uma tecnologia nova demora muitos anos para se espalhar pelo setor. Mesmo com o crescimento das energias renováveis, como eólica e solar -que devem se tornar a segunda fonte de geração de eletricidade no planeta em 2010-, três quartos da eletricidade em 2020 virá de usinas já existentes. "Se todas as usinas construídas de hoje em diante fossem livres de carbono, as emissões de CO2 do setor de energia seriam apenas 25% menores em 2020 que em 2006", diz a AIE.

Amazonas monta plano de controle do desmatamento – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 08/11/2008

O governo do Amazonas coloca, na próxima semana, um plano estadual de redução do desmatamento em consulta pública por 30 dias. O Estado pleiteia recursos do Fundo Amazônia, formado por doações feitas por países ricos. O fundo pode ser usado caso o País diminua a área de floresta cortada justamente em projetos que mantenham a tendência de queda.

O plano é um dos pré-requisitos para os Estados amazônicos terem acesso aos recursos, que serão administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele foi apresentado ontem na 1ª Conferência Latino-Americana de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, realizada em Manaus, e estará disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (www.sds.am.gov.br).

Durante o evento, a secretária do Meio Ambiente, Nádya Cristina D'Ávila Ferreira, assumiu a intenção de ampliar o plano contra o desmatamento para um plano estadual de controle das emissões de gases-estufa, que levam ao aquecimento global. O corte e as queimadas, especialmente na Amazônia, respondem por 75% das emissões brasileiras. O governo federal, contudo, não aceita metas de controle.

Plano de eleito romperá impasse ambiental – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008

Ao mencionar o desafio de "um planeta em perigo" como uma de suas prioridades no discurso de vitória da última terça-feira, Barack Obama deixou claro que acabou a era da negação da mudança climática global na Casa Branca.

No entanto oito anos de inação durante o governo Clinton e mais oito de franco retrocesso nessa área sob George W. Bush tornaram virtualmente impossível para os EUA cumprirem uma agenda ambiciosa de redução de emissões de gases-estufa na próxima década.

Isso significa que as políticas de clima e energia de Obama, por melhores que sejam, ainda estarão distantes do corte real de emissões necessário para livrar o mundo de um aquecimento maior do que 2C -potencialmente catastrófico- ao longo do século 21.

Pelo Protocolo de Kyoto, rejeitado por Bush, os EUA deveriam cortar 7% de suas emissões em relação aos níveis de 1990 até 2012. Nos últimos anos, no entanto, as emissões do país cresceram 14%. Hoje, a proposta mais radical em debate no Congresso, a chamada lei Lieberman/Warner/Boxer, fala em devolver as emissões ao nível de 1990 em 2020. "Eu não esperaria uma lei final mais ambiciosa que essa", disse à Folha Elliot Diringer, do Centro Pew para Mudança Global do Clima e ex-porta-voz de Bill Clinton. "Esses números tampouco casam com a meta da União Européia, de 20% de redução abaixo do nível de 1990 em 2020."

Diringer e outros especialistas, no entanto, concordam que o sinal político dado por Obama para as negociações internacionais deve quebrar o impasse na construção de um acordo que amplie e substitua Kyoto após o fim de sua primeira fase, em 2012.

Mesmo assim, diz, uma legislação definitiva no tema dificilmente sairá em 2009 - razão pela qual afirma ser improvável um acordo internacional substancial no ano que vem.

Liderança - "Com Obama eleito, minha esperança é que os EUA possam assumir um papel de liderança", disse o holandês Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU.

Obama angariou simpatia entre os ambientalistas e os líderes europeus ao prometer na campanha reduzir as emissões americanas "na quantidade que os cientistas dizem que é necessária": em 80% abaixo dos níveis de 1990 até 2050.

Para isso, quer colocar em vigor um esquema de comércio de emissões no qual as empresas ganham cotas de emissão anuais. Quem excedê-la leva uma multa pesada; quem ficar abaixo ganha o direito de vender créditos de carbono.

Mas o principal público do discurso de Obama na área de ambiente e energia é interno: uma de suas principais propostas é apelidada de "New Deal verde", que consiste em investir US\$ 150 bilhões na criação de 5 milhões de empregos na área de energia limpa.

Outra promessa é economizar em petróleo, em dez anos, o equivalente àquilo que os EUA importam do Oriente Médio e da Venezuela: 4,3 milhões de barris por dia. O último corte dessa dimensão foi no choque do petróleo de 1973.

Obama espera assim matar de uma vez os três maiores coelhos de seu governo: tirar o país da crise econômica estimulando um setor no qual os EUA são competitivos (a indústria de base tecnológica), solucionar a crise do clima e livrar o país de sua assumida dependência de combustíveis sujos, que direta ou indiretamente o levou à lama do Iraque e do Afeganistão.

Para cumprir meta, Obama precisa driblar lobby do carvão – Folha de São Paulo-Mundo – 09/11/2008

As mudanças vislumbradas por Barack Obama para reduzir a emissão de gases e reduzir a dependência do petróleo não serão fáceis num país cuja política energética é chamada pelo jornalista Thomas Friedman, do "New York Times", de "a soma de todos os lobbies". E no qual um lobby poderoso, o do carvão -o mais sujo de todos os combustíveis fósseis-, passou oito anos ditando as regras para o setor em Washington.

As empresas de energia e os Estados carvoeiros, como Ohio e Pensilvânia (que também são Estados sem preferência partidária definida -e, diz Friedman, isso não é coincidência), devem liderar a resistência a uma futura legislação de cotas de emissão, pressionando os republicanos no Congresso. A tática tem dado certo e impediu que a lei que prevê baixar as emissões ao nível de 1990 em 2020 passasse neste ano.

A seu favor para implementar o "New Deal verde", Obama -que ainda prevê regulações que aumentem a eficiência energética, como um padrão de consumo mais estrito para automóveis- tem a oportunidade criada involuntariamente pela crise, que reduziu a demanda por energia (e as emissões). Também conta com a imensa boa vontade que sua

eleição gerou dentro e fora dos EUA e com o crescimento exponencial das energias renováveis, como a solar e a eólica.

Essas tecnologias, segundo a Agência Internacional de Energia, crescem 7,2% ao ano -mais do que qualquer outra fonte-, mas dependem de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento para ganhar escala e se tornarem tão baratas quanto o carvão mineral.

Como Bush não conseguiu matar a inovação tecnológica, o motor do capitalismo americano, a dose certa de regulação estatal pode fazer dos EUA, o país mais sujo do mundo, exportador de tecnologia limpa. "Agora energia e clima estão na lista [de prioridades], mas vamos ver como as coisas mudam até janeiro", diz Diringer. "Certamente o governo Obama terá uma posição proativa, mas as coisas não vão mudar do dia para a noite." (CA)

Novo modelo – Rolf Hackbart – O Globo – Opinião – 10/11/2008

A história do Brasil nos conta que as políticas públicas sempre incentivaram o desmatamento. A família assentada tinha de provar que conseguia derrubar, no mínimo, 50% da floresta existente no seu lote.

Isso era a garantia da regularização da posse.

Na Amazônia, esse modelo vigorou até 2001, quando a lei passou a exigir a preservação de 80 por cento da área do assentamento. Hoje, para criar um assentamento, é preciso obter a licença do órgão ambiental do Estado.

Mas o que realmente muda a história da reforma agrária é o novo modelo de destinação de terra. Já são 314 assentamentos criados para produzir alimento com a floresta em pé, sem cortar a vegetação, aproveitando a vocação natural ao extrativismo, ou planos de manejo totalmente controláveis. Portanto, esse modelo já existe e incorpora milhares de famílias ao programa de reforma agrária. Não se leva ninguém de outras regiões: valorizam-se o saber e as práticas seculares de obtenção de renda das comunidades tradicionais da Amazônia. Construir modos de vida a partir de uma nova matriz de produção, pautada pelos conceitos agroecológicos, longe da monocultura e do veneno, constitui-se na base dos 10 assentamentos florestais criados a partir de 2003, dos 194 assentamentos agroextrativistas e dos 81 projetos de desenvolvimento sustentável, em um território de 13 milhões de hectares.

Tomemos um exemplo: criado em 2005 pelo Incra, com área de mais de 8 mil hectares, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha das Onças, no município de Barcarena, no Pará, abriga mais de 500 famílias. A renda vem do açaí, da pesca, das árvores frutíferas e da farinha.

Com a criação do assentamento, as famílias tiveram acesso aos créditos de instalação (1,2 milhão de reais), habitacional (2,5 milhões de reais), energia e saneamento básico. Também é assim com os programas de dessalinização nos assentamentos do sertão nordestino, da produção do cacau orgânico no Sul da Bahia, do palmito orgânico do Acre, do arroz orgânico nos assentamentos do Sul do país.

Ainda há problemas e o Incra trabalha para resolvê-los. Além da regra dos 50 por cento — cujas conseqüências ainda são bem visíveis —, o Incra obtém imóveis rurais com enormes passivos ambientais. A partir da nossa gestão, assumimos o ônus de recuperar a área e, efetivamente, descontamos o passivo ambiental do preço da indenização paga ao antigo proprietário.

Mas a área já vem degradada, e é nessa área, por vezes totalmente desmatada, que construiremos um assentamento. O lado bom é que essa nova comunidade, formada por centenas de famílias historicamente alijadas da república brasileira, agora é inserida no território por uma ação do Estado chamada Reforma Agrária. Uma política pública que considera prioridade a proteção do meio ambiente.

ROLF HACKBART é presidente do Incra.

MDA, MAPA e MMA retomam discussões sobre legislação ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 11/11/2008

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA) vão reativar o grupo de trabalho sobre revisão e atualização da legislação ambiental brasileira. A decisão veio do encontro desta terça-feira (11), em Brasília, com parlamentares, representantes de setores agropecuários e ambientalistas. A expectativa é retomar o diálogo entre produtores do campo, defensores do meio ambiente e o governo para aprimorar a legislação em consonância às atividades econômicas do meio rural.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, reforçou que a legislação ambiental é um patrimônio do povo brasileiro. “Ela é avançada e não podemos mexer para rebaixá-la. Temos que levar isso em conta nas nossas discussões”, salientou. Na avaliação do ministro, essa reunião pode ser considerada como uma primeira conquista dentro do princípio do Governo Federal de mais produção e mais preservação. “O encontro mostrou a todos que um tema complexo como a questão ambiental pode ser discutido de forma coletiva. Temos muitos acordos que vão, certamente, facilitar o trabalho deste grupo no avanço de propostas concretas para serem apresentadas ao legisladores e ao executivo”, afirmou.

Cassel lembrou ainda o papel da regularização fundiária, sobretudo na Amazônia Legal, para garantir a efetividade das políticas agrárias e ambientais na região. O ministro enfatizou que não é adequado opor produção e preservação. “Temos que preservar e produzir, além de garantir os direitos das populações tradicionais, dos ribeirinhos, dos indígenas e dos pescadores”, defendeu. Ele destacou, ainda, a necessidade de assegurar direitos e deveres entre os diferentes produtores rurais. “Em dois anos, pretendemos regularizar todos os produtores que estão em até dois módulos rurais na Amazônia Legal e, em 5 anos, cadastrar as propriedades com até cinco módulos. Desta forma, poderemos também enfrentar a grilagem”, afirmou.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ressaltou a importância de reunir os diferentes setores para trabalhar em conjunto problemas de curto, médio e longo prazo. “Este encontro mostra a maturidade do setor ambientalista e a capacidade de diálogo com produtores rurais para buscar uma solução conjunta, estimulando o entendimento por meio de propostas que ainda serão debatidas e aperfeiçoadas”, disse.

Já o ministro da Agricultura, Reinold Stephanes, explicou que, embora de forma preliminar, o grupo pode se debruçar sobre pontos de consenso entre os diferentes setores. “Percebemos, com esta reunião, que, apesar das diferenças, há consenso sobre pontos a serem resolvidos a curto prazo e, por meio do grupo, será mais fácil pensar em propostas que não prejudiquem os produtores”, contou.

A reunião também teve a presença de parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), de parlamentares da Frente Parlamentar Ambiental, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

'Brasil pode ser líder em sustentabilidade' – Renato Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/11/2008

Para Daniel Esty, professor de Yale e autor do livro *O verde que vale ouro* (Editora Campus), quase nenhum país está tão bem preparado quanto o Brasil para assumir um papel global de liderança no desenvolvimento sustentado. “O País tem várias empresas que são líderes mundiais, e o ambiente é encarado muito seriamente pela comunidade empresarial, o que posiciona o Brasil como um líder global em potencial”, disse Esty, em entrevista ao Estado. Ele participou, na segunda-feira, do evento Expo Management, em São Paulo.

Para que isso aconteça, segundo o professor, o governo brasileiro precisa cumprir seu papel. “O governo não conseguiu desenvolver uma estrutura de políticas que aborde seriamente a necessidade de inovação e não conseguiu abordar seriamente a necessidade de o Brasil assumir um papel de liderança em termos de compromissos globais”, afirmou Esty.

O professor defendeu mudanças nas políticas de comércio exterior para energias limpas, para que as diversas alternativas possam concorrer entre si e haja um teste que mostre quais serão de interesse da sociedade no longo prazo. “Nesse contexto, o etanol brasileiro parece um competidor forte”, completou. Atualmente, os Estados Unidos e outros países impõem obstáculos comerciais ao etanol brasileiro, o que dificulta a sua exportação.

Esty criticou o pensamento de que sai mais caro ser ambientalmente responsável. “Uma parte importante de se adotar uma estratégia ambiental é alcançar uma eficiência ecológica, o que significa um uso mais cuidadoso da energia e dos recursos. As empresas

podem reduzir o montante de energia que consomem para fabricar seus produtos. Ou podem reduzir o desperdício e os resíduos, diminuindo os custos”, disse.

O professor de Yale citou algumas empresas brasileiras como exemplos de estratégia ambiental. “Acho que o trabalho do Banco Real em tentar assegurar uma atenção maior ao ambiente e à sustentabilidade em suas práticas bancárias é um bom exemplo de uma empresa de ponta. E acho que a Natura é outra empresa que tornou as ofertas ambientais ao mercado uma parte central de sua estratégia de negócios.”

Mas entender que o mundo está se tornando verde não basta. Segundo Esty, o principal erro que pode ser cometido pelas empresas é achar que qualquer iniciativa ambiental dará resultado. “As empresas precisam ter muito cuidado ao escolher as iniciativas ambientais que irão tomar”, disse. “Como num novo plano de marketing ou numa nova campanha publicitária, é necessário que as empresas que querem se tornar verdes façam sua lição de casa e analisem com sofisticação onde as oportunidades verdes estão, e o que é preciso para executá-las com sucesso.”

Esty não acredita que a crise financeira irá prejudicar a busca por alternativas energéticas mais limpas, mesmo com a queda do preço do petróleo. “Ele ainda é hoje duas vezes maior do que há três anos. A lógica para a eficiência energética ainda é muito forte.”

Agricultura quer tornar lei ambiental mais "viável" – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 12/11/2008

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) propôs ontem que produtores rurais façam doações em dinheiro para um fundo ambiental como alternativa à recomposição da vegetação devastada em suas propriedades.

A proposta foi apresentada pelo ministro na primeira reunião técnica para discutir mudanças no Código Florestal. A lei proíbe a atividade agropecuária em parte das propriedades e é vista como um obstáculo ao agronegócio.

Segundo Stephanes, a legislação de proteção ambiental em vigor "tem pontos inviáveis". O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) concorda com a revisão do Código Florestal, mas ainda não deu aval a nenhuma mudança. Também participaram da reunião no Ministério da Agricultura o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e representantes do agronegócio, dos ambientalistas e congressistas.

Stephanes também formalizou uma proposta que permite aos Estados reduzirem de 80% para 50% a área protegida em propriedades na Amazônia, independentemente da existência de zoneamento econômico ecológico. Alega que o processo, coordenado pelo Meio Ambiente, é "extremamente moroso e complexo".

Outra medida já condenada por ambientalistas e levada pelo ministro à reunião é a compensação da reserva legal fora da bacia hidrográfica ou mesmo do Estado em que se localiza a propriedade rural. Stephanes defende a possibilidade de recompor áreas desmatadas ilegalmente com espécies exóticas. Os ambientalistas aceitam discutir essa proposta, desde que ela não alcance áreas de proteção permanente, como margens e nascentes de rios. (MARTA SALOMON)

Reservas ambientais terão R\$ 7,9 milhões - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 13/11/2008

Cerca de 80% dos planos de manejo serão feitos em unidades da Amazônia BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem a destinação de R\$ 7,9 milhões para a elaboração de 49 planos de manejo em unidades de conservação ambiental de todo o Brasil. Os recursos são da União e de outras fontes, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e das ONGs ambientalistas WWF e SOS Mata Atlântica.

A Amazônia, dona da maioria das 299 unidades de conservação do Brasil, é a região onde há menos planos de manejo em todo o país. Dos 49 planos anunciados, cerca de 80% são da Região Amazônica.

Das 107 unidades de conservação da Amazônia, 86% não têm plano de manejo.

O plano norteia o uso da área e indica os locais de proteção intensiva e aqueles onde pode haver algum tipo de extrativismo. A elaboração do documento pode levar, segundo o Ministério do Meio Ambiente, até dois anos para ser concluída.

Desde a criação do Instituto Chico Mendes, no ano passado, cabe ao órgão cuidar de todas as unidades de conservação do país. Mas o próprio Minc admite que o órgão ambiental do governo não dá conta dos 131 planos que ainda faltam ser feitos. Dos anos 70 até hoje, somente 77 documentos como esse foram feitos no Brasil, uma média de dois por ano.

O Instituto Chico Mendes continuará fazendo os planos de manejo, mas o governo federal lançará editais de licitação, ainda este ano, autorizando outros órgãos oficiais a também fazerem, sob instrução técnica do órgão ambiental governamental.

Minc diz que, até 2010, serão feitos cem planos no país. Minc diz que a idéia é concluir, até 2010, cem planos de manejo em todo o país.

— O plano de manejo é o que dá vida, defesa e desenvolvimento para as unidades de conservação — defende o ministro.

Dados sobre o desmatamento indicam que cerca de 20% da destruição da Amazônia ocorrem em unidades de conservação e áreas indígenas.

Cerca de 74% das áreas de preservação do Brasil ainda não têm plano de manejo.

Entre os parques nacionais, mais da metade (51%) não têm critérios para uso sustentável da terra. Das 56 reservas extrativistas brasileiras, 96% também não têm plano de manejo.

De acordo com Minc, que informou que cerca de 40% das unidades de conservação não tinham fiscal até recentemente, não haverá uma unidade sequer sem esse profissional até o final do mês de novembro.

Segundo a OAB, o Parque Ibirapuera, em São Paulo, tem 300 fiscais, a mesma quantidade de fiscais que o Ibama tem atuando, atualmente, em toda a Floresta Amazônica. O Instituto Chico Mendes informou que, neste momento, 180 fiscais estão sendo treinados para o cargo.

Nuvem assassina – O Globo – Ciência – 14/11/2008

Algumas das piores previsões sobre os efeitos da poluição se concretizaram na Ásia sob a forma de uma nuvem gigante. Composta de fuligem e outros poluentes, ela é marrom, se estende da Península Arábica à costa do Pacífico e tem cerca de três quilômetros de espessura. Um relatório das Nações Unidas apresentado ontem alertou que a nuvem mudou o clima local, causa perdas à agricultura e escurece o céu de muitas cidades. A ONU identificou como pontos críticos Pequim, Bangcoc, Cairo, Nova Délhi, Seul e Teerã. Os autores do estudo estimam que 340 mil pessoas morrem prematuramente a cada ano somente em Índia e China devido a doenças respiratórias, cardiovasculares e cânceres associados à péssima qualidade do ar.

A nuvem é um coquetel de fuligem, substâncias químicas tóxicas, ozônio e outros gases expelidos por indústrias, usinas a carvão, um número crescente de veículos e na queima de florestas e campos agrícolas. O uso intensivo de fornos à lenha em muitos países asiáticos também contribui para a formação da nuvem.

Paradoxalmente, observou a ONU, a nuvem tem enfraquecido os efeitos do aquecimento global na região. Ela contém partículas que refletem os raios solares, diminuindo a capacidade da superfície em reter calor. O que parece uma boa notícia, na verdade, é ruim, pois somente disfarça os efeitos do aquecimento global em todo o planeta, destacou o diretor do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, Achim Steiner. Se a nuvem se dispersar, a temperatura global poderia subir 2 graus Celsius.

Nuvens como essa se formam todos os anos também sobre o sul da África, Amazônia, Europa e América do Norte. Porém, elas são maiores e mais intensas sobre Ásia devido à combinação de poluição com condições ambientais locais, como desertos e montanhas.

Nem mesmo o teto do mundo escapou da sujeira. Amostras de neve coletadas numa estação próxima ao Everest, o ponto culminante do planeta, têm o mesmo nível de poluentes do que o registrado em grandes cidades, como Pequim.

Dias de sombra e escuridão

De acordo com o relatório, a quantidade de luz solar que alcança a superfície foi reduzida a um quarto nas áreas mais afetadas. O relatório identificou numerosos pontos escuros, muitos deles na China, país com economia baseada em usinas de carvão.

A nuvem causa um impacto complexo. Ela esfria áreas próximas à superfície da Terra e aquece o ar em grande altitude. O resultado parece ser o encurtamento da estação das monções na Índia e enchentes mais severas no sul da China. A água potável também sofre.

A fuligem se deposita na geleiras dos Himalaias, que alimentam rios que fornecem água para bilhões de pessoas.

O impacto sobre a agricultura ainda está em estudo. Mas a tendência é de redução das colheitas, pois há menos luz para a fotossíntese.

Partículas ácidas e tóxicas também afetam as plantas. E, além disso, a mudança de padrões climáticos e da oferta de chuva tem efeitos negativos sobre o crescimento das plantas.

O relatório diz que se a poluição fosse reduzida, a nuvem poderia desaparecer em semanas. Ela é gerada não só pela poluição originada na Ásia, mas também a de outras partes do mundo, espalhada pela circulação atmosférica, a cerca de 3 quilômetros de altitude.

Ambientalismo é guiado pelo medo' – Roberta Jansen entrevista Patrick Moore – O Globo – Ciência – 14/11/2008

Ele enfurece os ambientalistas tradicionais desde que deixou o Greenpeace — do qual foi co-fundador e onde trabalhou por nove anos — e passou a defender a energia nuclear como a grande solução para o combate ao aquecimento global. Polêmico, Patrick Moore é atualmente diretor da NextEnergy Solutions, a maior distribuidora de energia geotérmica do Canadá, e conselheiro do setor nuclear. Ele participa, na terça-feira, no Rio, do XII Congresso Brasileiro de Energia, patrocinado pela Indústrias Nucleares do Brasil e Eletronuclear, e do Fórum Internacional de Energia Renovável, em Florianópolis.

Roberta Jansen

O GLOBO: O senhor costuma dizer que o movimento ambiental não é guiado pela ciência. Por quê?

PATRICK MOORE: Porque em muitas áreas não é mesmo. A produção de energia é uma delas.

Muitos grupos, o Greenpeace entre eles, defendem a eliminação da energia fóssil, nuclear e hidroelétrica, que respondem por 99% da energia do mundo. Então não acho que estejam sendo realistas, nem baseando suas opiniões em ciência. É impossível eliminar tudo isso e ainda termos a nossa civilização. Eles dizem que as energias renováveis são suficientes. Talvez estejam desinformando as pessoas, contando histórias da carochinha impossíveis de serem atingidas. No caso dos transgênicos é a mesma coisa. Não há evidência científica de que esses grãos causem danos, mas sim de que são benéficos. E se recusam a ouvir isso. Muitos são contra também o manejo sustentável das florestas. Então, não se baseiam em ciência.

O que guia o movimento ambiental hoje? Interesses políticos, industriais?

MOORE: O movimento ambiental se tornou uma indústria global. Não sou contra isso. O ambientalismo é guiado hoje por campanhas de desinformação e medo, nas quais não há ciência para embasar. A maioria dos militantes é ingênua, acredita naquilo. Mas os líderes lançam essas campanhas apenas para arrecadar fundos.

Não há problema em arrecadar fundos, desde que não seja baseado em desinformação. Acho que a tendência é que percam credibilidade ao não ouvirem a ciência, mas isso leva tempo ainda.

Quando foi que o senhor mudou de idéia a respeito da energia nuclear? Por que isso aconteceu?

MOORE: Nos 90, por conta das mudanças climáticas. Acho que, de qualquer forma, reduzir o uso de combustíveis fósseis é uma boa idéia. E é uma boa idéia também para a saúde da população, para a conservação. E ampliar o uso da energia nuclear é a melhor forma de fazer isso. A nuclear é a única que pode ser usada em larga escala para a redução das emissões porque é viável do ponto de vista econômico e, ao mesmo tempo, atende à crescente demanda por energia. Uma das coisas mais irônicas hoje é que, como o movimento ambiental é contra a energia nuclear e a hidroelétrica, que poderiam reduzir em muito o uso de combustíveis fósseis, ele é hoje o maior entrave para essa redução.

Por que a energia solar e a eólica não seriam a solução? E a hidroelétrica? MOORE: Não dá para fechar uma usina de carvão, por exemplo, contando com energia solar e eólica. Precisamos de energia quando não estiver ventando e à noite. Mas a energia nuclear pode substituir sim. Ela não é apenas a melhor alternativa hoje, mas para o futuro também. A hidroelétrica depende da capacidade dos rios. O Brasil tem sorte. Mas há nações que não têm isso.

Muitas pessoas o acusam de ser pautado pelos interesses da indústria nuclear. O que o senhor diz? MOORE: Eu digo as coisas que eu digo porque acredito nelas. Em minhas apresentações exponho as minhas próprias opiniões baseadas em fatos. Estudo seriamente esse assunto há quase 40 anos, sou reconhecido por meu conhecimento nessa área. Eu sei o que as pessoas dizem, mas isso não é verdade. Eu apóio a energia nuclear porque acho que ela é a solução para um futuro sustentável.

E faço isso por razões ambientais: a energia nuclear não mata gente todos os dias como as emissões de combustível fóssil. É uma energia limpa, seus resíduos não são jogados no meio ambiente, como os do carvão por exemplo.

1 Mas os resíduos nucleares são uma das maiores preocupações.

MOORE: Os resíduos não são um problema porque sabemos onde eles estão e sabemos que estão em segurança, isolados, não sendo lançados no meio ambiente.

1 O senhor defende o plantio de árvores para o uso da madeira.

Todo o movimento ambiental quer matar o senhor? MOORE: Bem, eu acho que eles discordam de mim. E eu também acho que eles estão errados. Acho que deve haver reservas, áreas protegidas sim. Mas também precisamos de madeira para a nossa civilização, para fazer casas, móveis, papel.

E é bom porque é um recurso renovável. Por que não maximizar o volume de madeira de forma sustentável? Precisamos plantar mais árvores para, então, usá-las.

1 O Brasil está entre os maiores emissores de CO₂ graças ao desmatamento da Amazônia. Isso não é uma má idéia? MOORE: Acho que precisamos plantar mais árvores. Mas acho que o desmatamento da Amazônia vem sendo exagerado. Mais de 80% da floresta estão de pé. Em que outra parte do mundo se vê isso? Em lugar nenhum. E a maior parte da área desmatada é para a agricultura. Acho que ninguém está queimando a floresta porque é divertido. E não vejo nenhum mal nisso se você tem áreas protegidas — quesito no qual o Brasil é campeão. O país tem uma das melhores legislações do mundo sobre uso da terra, tem um alto nível de preocupação ambiental. Mas é mostrado internacionalmente pelo movimento ambiental como um país que está destruindo sua floresta. Resumindo, acho que o país está sendo tratado de forma injusta, mas acho também que os brasileiros têm um complexo de inferioridade forte. Acham que são ruins quando, na verdade, estão fazendo coisas melhores do que o resto do mundo. O país tem 95% de sua energia proveniente de hidroelétricas e boa parte dos carros movida a álcool, deveria estar orgulhoso disso.

O desafio, agora, é dimensionar o nível de responsabilidade de cada agente, adotando alternativas sustentáveis

NÃO É preciso derrubar mais árvores na Amazônia para expandir a agropecuária brasileira, mas o mero congelamento da atividade não garantirá a preservação da floresta. Quem conhece a realidade local, bem distante de Brasília, identifica melhor as causas do desmatamento, originadas, principalmente, pela forma como a região foi ocupada, em uma época em que a própria lei estimulava a derrubada da selva.

Hoje, carvoarias, madeireiras, assentamentos, produtores rurais e a população que, literalmente, vive da floresta dividem, em vários níveis, a responsabilidade pela redução gradual do bioma. Porém, o Estado brasileiro merece, também, uma parcela de culpa por ter subestimado a importância da Amazônia no passado.

O desafio, agora, é dimensionar o nível de responsabilidade de cada agente, adotando alternativas sustentáveis -e viáveis economicamente- que contribuam para o equilíbrio entre o homem e a natureza na região. Sob pressão externa, trata-se o desmatamento na Amazônia de forma emocional e nem sempre com base em dados confiáveis, que, por sua vez, acabam justificando medidas inconseqüentes. Tampouco a estrutura tecnológica disponível é capaz de detectar as ocorrências em tempo real, a fim de reprimi-las. Perdem-se meses discutindo a credibilidade das listas de desmatadores, quando, na verdade, desconhecemos os proprietários das terras. Aliás, a regularização fundiária da Amazônia é tão necessária que deverá merecer a criação de mecanismos próprios de acompanhamento, propostos pelo ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, com aval do presidente da República.

A legislação ambiental contribui, também, para engessar o debate sobre as melhores alternativas para a região. As leis mudaram, os critérios foram alterados, mas a realidade persiste. Por exemplo, até 2001, o Código Florestal obrigava os produtores a preservar 50% da área, e não 80%, como atualmente. Quem derrubou metade da propriedade passou a ser obrigado a reflorestar. Foi o que aconteceu com os assentamentos incluídos recentemente na lista dos maiores desmatadores da Amazônia.

Vale lembrar que a legislação ambiental contempla o território nacional, mas não considera as diferentes realidades nem as regiões nas quais a agricultura se instalou há décadas. Se as normas forem cumpridas à risca, praticamente a metade das propriedades rurais do Centro-Sul do país, no qual a agropecuária está consolidada, está ou estará fora da lei. Outra questão é a existência de duas Amazônias constantemente confundidas: a do bioma e a legal.

Sobre o bioma amazônico, é simples: abrange a marca da floresta, embora registre outros sub-biomas. A Amazônia Legal é uma ficção geográfica, fruto da busca pelos benefícios fiscais da União por parte dos Estados vizinhos à floresta. Alguns destes com parte predominante dos territórios fora do bioma amazônico, sobretudo no Centro-Oeste, onde estão os biomas de cerrado, pantanal ou caatinga. Mesmo assim, a

lei ambiental equiparou áreas desses biomas às da floresta amazônica, impondo-lhes, em grande parte, as mesmas restrições.

No que se refere ao agronegócio, repito, o Brasil tem alternativas para a expansão. Há estudos técnicos apontando para o uso preferencial de áreas agricultáveis, atualmente ocupadas por pastagens e que se encontram em vários níveis de degradação. E isso deve acontecer fora do bioma amazônico. Basta lembrar que a pecuária utiliza 200 milhões de hectares em todo o país para um rebanho estimado de 180 milhões de cabeças de gado.

Ninguém em sã consciência discorda que essa distribuição pode ser refeita e até incentivada pelo governo federal. Além do apoio à atividade econômica, a utilização correta das áreas degradadas evita a erosão e a desertificação, que levam ao assoreamento dos rios e ao empobrecimento do solo, respectivamente.

A questão, porém, é que há áreas degradadas na região amazônica que poderiam ser recuperadas com culturas perenes, como o dendê e outras espécies nativas, que, além de seqüestrarem carbono da atmosfera, recuperam o solo e geram empregos em quantidade suficiente para absorver os que por falta de opção sobrevivem consumindo a riqueza da floresta.

Compreende-se que a defesa da Amazônia exija uma posição protecionista mais rígida. Isso não pode impedir, porém, que ignoremos áreas agrícolas consolidadas há gerações, sem encontrar formas de flexibilização do uso do solo. Ambas as posições são necessárias para alcançarmos o desenvolvimento sustentável que a Amazônia e sua gente merecem.

REINHOLD STEPHANES, 69, economista, deputado federal licenciado (PMDB-PR), é o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi ministro do Trabalho e Previdência Social (1992-1995) e da Previdência e Assistência Social (1995-1998).

E o prêmio vai para... – Isto é Dinheiro Rural – Ibiapaba Netto - Nov. 2008

Foi com uma grande sensação de mal-estar que o presidente do Incra, Rolf Hackbart, escutou do ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, que seus assentamentos estavam destruindo a Amazônia. Entre produtores, a notícia não chega a ser uma novidade. A falta de estrutura dessas áreas e de preparo dos assentados faz do negócio da madeira uma tentação irresistível.

Novo dono do troféu motosserra, Hackbart não gostou do "prêmio", ainda mais sendo titular das dez primeiras colocações do ranking da destruição, e partiu para o ataque. Questionou a metodologia do estudo, apontando que as fotografias eram antigas e desatualizadas. O expediente, aliás, foi o mesmo utilizado pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, quando seu Estado foi acusado de avançar demasiadamente sobre matas até então intactas.



Depois de muita pressão, Minc retornou com uma "nova lista", desta vez colocando o Incra numa posição muito mais confortável e politicamente aceitável. A questão, contudo, levantou dúvidas sobre a lisura das listas. O primeiro questionamento é quanto à qualificação técnica. Se a primeira lista estava de fato errada, por que foi divulgada? A segunda dúvida que tomou conta do debate argüiu a validade do segundo ranking. "Independentemente de quem é o primeiro ou o segundo, essa coisa de divulgar lista deveria acabar", analisa o presidente da comissão de meio ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assueiro Veronez. **Segundo ele, ao divulgar uma lista, a opinião pública faz um prejulgamento, sem direito à defesa. "Depois descobrem que não era bem assim," diz o representante.**

A questão, no entanto, é bem mais complexa. "É um problema fundiário grave, que precisa ser resolvido", analisa o presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Glauber Rocha. Segundo ele, os processos são muito demorados e mesmo produtores que não queiram ficar na ilegalidade muitas vezes se vêem abandonados pelo Estado. "Um georreferenciamento pode demorar mais de um ano, além de uma série de processos que ficam parados nas gavetas de gabinetes", lamenta. Quando questionado sobre a lista, Hackbart disse ter "sentido falta" dos grandes desmatadores, segundo ele, os produtores de soja. **Para o cientista político Dennis Roselfeld, especialista em questões fundiárias, a grilagem por assentados e a venda de madeira ilegal deixaram de ser a exceção para ser a prática.** "A maioria dos assentados só quer saber da madeira. Eles são os verdadeiros reis da motosserra", analisa.

A crise que assola a economia mundial, com sinais claros de recessão, pode pôr em risco as medidas necessárias para reduzir a emissão dos gases que estão provocando o aquecimento da Terra e as mudanças de clima resultantes?

À primeira vista a resposta é sim, uma vez que a crise vai reduzir a atividade econômica e provocar desemprego, que são problemas que exigem ações imediatas. A rápida reação dos governos dos EUA, da Inglaterra e outros, “salvando” o sistema bancário, vai nessa direção e reduzirá recursos disponíveis para enfrentar problemas ambientais, cujas conseqüências só se vão fazer sentir a longo prazo, como o aquecimento global.

Além disso, a recessão, reduzindo a atividade econômica, reduzirá também a emissão de gases de efeito estufa, como ocorreu com os ex-integrantes da União Soviética, diminuindo a urgência que se deve dedicar a estes problemas.

A queda dos preços do petróleo pode também tornar investimentos em energias alternativas menos atraentes. O uso dessas formas de energia é um dos caminhos utilizados até agora para reduzir as emissões.

Por outro lado, a crise financeira abre novas oportunidades, como expressou em artigo recente o economista inglês Nicholas Stern, que assessora o governo britânico em questões referentes às mudanças de clima. A crise, ao provocar uma redução do consumo, postergará o problema, mas não o resolverá. Isso já ocorreu em 1973, com o primeiro choque do petróleo, que adiou a adoção de medidas sérias contra o aquecimento global. Passados alguns anos o problema voltou a preocupar a todos.

O argumento de Stern é o de que é investido, por ano, cerca de US\$ 1 trilhão na área de energia - com crise ou sem crise - e, portanto, o que se deve fazer é redirecionar esse investimento para atividades que permitam racionalizar o uso de eletricidade e outras forma de energia, e lançar os fundamentos de uma economia que - passada a crise - emitirá pouco carbono.

O aumento de eficiência energética tem grande espaço para crescer nos países industrializados e energias renováveis - entre as quais os biocombustíveis - têm grandes oportunidades nos países em desenvolvimento. Em outras palavras, não podemos daqui para a frente repetir a trajetória seguida no século 20 - altamente dependente de combustíveis fósseis -, mas “saltar na frente”, adotando novas estratégias.

Uma característica fundamental do uso de energias renováveis é que elas geram de dez a cem vezes mais empregos que a produção e o refino de petróleo ou a energia nuclear, para a mesma quantidade de energia produzida. Daí as grandes oportunidades de países em desenvolvimento, como o Brasil, onde o sol e a terra são abundantes.

Estas oportunidades estão vinculadas às negociações sobre a Convenção do Clima, que tomaram novo impulso com a Conferência de Bali, em dezembro de 2007. Apesar da crise financeira atual, não há indicações de que os acordos aceitos em Bali serão abandonados.

O que a Conferência de Bali decidiu - com participação e apoio do Brasil, que coordena um dos grupos de trabalho que estão implementando essas decisões - é que os países industrializados vão aprofundar seus compromissos de reduções obrigatórias de emissões acordadas no Protocolo de Kyoto. Os países em desenvolvimento, em compensação, devem adotar “ações voluntárias mensuráveis, reportáveis e verificáveis” para mitigar (isto é, reduzir) suas emissões de gases de efeito estufa.

Em cumprimento a estas decisões os países têm preparado planos nacionais sobre mudanças de clima, sendo os principais os documentos da China, da Índia e do Brasil. Todos eles se ocultam atrás de uma vaga cláusula da Convenção do Clima que afirma que as “responsabilidades dos diferentes países são comuns, mas diferenciadas” - para se isentar de assumir medidas concretas de redução de emissões, como se a atmosfera distinguisse emissões que se originam na China ou nos EUA.

O plano da China foi preparado em junho de 2007 (antes da Conferência de Bali), mas fixa metas, como reduções de emissões a serem atingidas até 2010, aumento da cobertura florestal e da participação da geração de energia hidrelétrica, entre outras. O plano da Índia é apenas um amontoado de intenções e mostra que esse país não está, de fato, interessado no problema. O plano do Brasil é melhor que o da Índia, mas pior que o da China, o que é lamentável.

O Brasil não só poderia exercer liderança neste campo, mas também se beneficiar dos esforços globais de redução das emissões, pois há ações a serem realizadas aqui, no País, que são mais baratas que ações realizadas no Japão ou na Europa. Por exemplo, reduzir o desmatamento da Amazônia de maneira séria, isto é, “quantificável, reportável e verificável”, poderia valer certificados que seriam vendidos no mercado internacional, como até o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, já percebeu, apesar da resistência do Itamaraty.

Por esta razão, o Plano de Mudanças Climáticas preparado pelo governo federal precisaria ser revisto para incluir metas e um calendário para atingi-las, como qualquer outro plano sério, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek ou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula. Sem isso, consultas públicas - como as que estão ocorrendo - são, na realidade, um exercício retórico, porque os participantes não sabem realmente de que forma estão sendo afetados. Em contraste, o prefeito de São Paulo encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal listando medidas práticas e concretas que, se adotadas, colocarão São Paulo na vanguarda da luta contra o aquecimento global, ao lado de Londres e Barcelona. ***José Goldemberg foi secretário de Meio Ambiente da Presidência da República**

Zoneamento agroecológico pode gerar desemprego à médio prazo – Sítio Eletrônico da Contag - 18/11/2008

A mecanização total dos canaviais brasileiros até 2014 deixará cerca de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras rurais desempregados. A previsão é do presidente da Contag, Manoel dos Santos. O dirigente fez um alerta sobre o problema nesta terça-feira (18), durante plenária da Conferência Internacional sobre Biocombustível. O evento ocorre em São Paulo desde ontem (17) e vai até o dia 21 de novembro.

Manoel dos Santos participou hoje (18) da plenária Biocombustíveis e Sustentabilidade: segurança alimentar, geração de renda e desafios para os ecossistemas. O presidente da Confederação reivindicou a realização de um debate amplo com todos os setores da sociedade - governo, empresários e entidades - sobre o zoneamento agroecológico no segmento canavieiro.

O dirigente sindical disse que essa discussão precisa tratar a questão sob diferentes pontos de vista, como o social, ambiental e econômico. "Não se pode fazer apenas um zoneamento agroeconômico na área da cana-de-açúcar, como é defendido pelos empresários sem discutir políticas públicas para combater o desemprego dos trabalhadores rurais", reitera.

Para efetivar esse tipo de zoneamento no País, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indicaria às usinas quais as áreas adequadas para o cultivo da cana-de-açúcar, sem trazer nenhum tipo de prejuízo econômico às empresas açucareiras. "O zoneamento agroecológico não considera alguns impactos sociais, como a retirada de famílias que estão nos assentamentos produzindo alimentos da base da economia agrícola. O governo brasileiro não tem uma política definida para esse problema", explica Manoel dos Santos.

Na avaliação do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique, que também participa do evento, é necessário que seja realizado um zoneamento não apenas na área da cana, mas em outros setores produtivos. Isso garantiria a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. "Acredito que o Estado deve definir uma porcentagem de plantação na produção de agrocombustíveis e de alimentos. Não podemos ter um modelo que leve apenas em conta o mercado. Temos que pensar na população e na agricultura familiar visando melhorias nos padrões alimentares de consumo e produção no Brasil", reitera.

Acompanhe a programação da Conferência Internacional sobre Biocombustível no <http://www.biofuels2008.com/br/index.php>.

Amadurece um bom acordo entre a agricultura e o meio ambiente. Na mesa de discussão está a modernização do Código Florestal. Dando certo, resolve a briga entre ambientalistas e ruralistas. Menos encrenca, mais verde no campo.

O Código Florestal Brasileiro vem de 1965. Naquela época se definiram dois conceitos básicos da legislação ambiental no campo: a área de preservação permanente (APP) e a reserva legal (RL). Entender isso é básico.

Nas propriedades rurais existem nascentes d'água e córregos que as recortam e valorizam. Pois bem, a lei estabelece que suas margens sejam totalmente preservadas, na distância mínima de 30 metros dos cursos d'água e 50 metros na circunferência das nascentes. Essa mata ciliar mantém um corredor ecológico que favorece a biodiversidade e protege os recursos hídricos.

Outras áreas ainda se cravaram no Código Florestal como de preservação permanente. Duas podem ser destacadas: as situadas nos topos de morro e as localizadas nos terrenos íngremes, com declividade acima de 45 graus. O desmatamento e a exploração agropecuária desses locais frágeis podem favorecer a erosão e impedir a recarga dos aquíferos subterrâneos. Idéia arrojada na época.

Mas os legisladores do Código Florestal não ficaram satisfeitos com tais restrições ambientais. Quiseram mais. Definiram também que todas as propriedades rurais deveriam manter, além da APP, um pedaço de floresta virgem “reservado”, cuja utilização somente pode ser feita se não ameaçar sua integridade ecológica. Era o prenúncio do moderno conceito sobre o uso sustentável da floresta.

Nas propriedades das Regiões Sul e Sudeste, a RL acabou fixada em 20% da área total, enquanto na Amazônia subia para 50%. Mais tarde se aprovou também que na região dos cerrados a RL seria de 35%. Bem depois, em 1999, em razão de o perigo do desmatamento ter aumentado, o governo elevou a RL na Amazônia para 80% da propriedade.

Atenção: a área da reserva legal sobrepõe-se à de preservação permanente. Quer dizer, além de manter intacta a APP, os agricultores ainda devem manter outro pedaço da sua fazenda, no mínimo, 20%, coberto de floresta nativa. Por exemplo, suponha que, em Ribeirão Preto, as matas ciliares de uma propriedade rural atinjam 12% de sua área. Como a RL monta 20%, deverão ser excluídos da produção 32% da fazenda. Exageraram os formuladores do Código Florestal?

Não. Quiseram regular, há quase meio século, o elevado desmatamento que se processava. O louvável objetivo do Código Florestal era assegurar que parte do território permanecesse com sua cobertura natural. Manter a floresta de pé.

Até aqui, tudo bem. O nó da questão, porém, reside no fato de que, especialmente nas áreas mais antigas, o processo de exploração agropecuária ocorreu antes de vir o Código Florestal. Nesse caso, cabe questionar: para uma fazenda do interior paulista, desmatada na época do ciclo cafeeiro, ou outra aberta por inteiro com algodão, lá pelos anos 1940, vale aplicar o conceito da reserva legal?

Sim, dizem os ambientalistas. Segundo sua interpretação, a lei estabelece que toda e qualquer propriedade rural precisa manter, no mínimo, 20% da sua área coberta com floresta nativa. Se a terra já foi desmatada no passado, que se exija, no presente, a recuperação ambiental da parcela pelada.

Não, afirmam os ruralistas. A regra do Código Florestal, avaliam, deve valer apenas para as áreas mantidas com florestas originais. Onde houve, anteriormente, a ocupação do território, há direito adquirido de exploração. Obstruir, nesse caso, 20% da área para recompor a reserva legal significa reduzir a produção no campo.

Assim pode ser resumida a polêmica sobre o Código Florestal, assunto que hoje em dia deixa qualquer agricultor de cabelo arrepiado. Entre as divergências, um consenso já formado: a necessidade de recuperar as matas ciliares, inadvertidamente desmatadas. Os produtores rurais já se convenceram - e a erosão atesta - de que a beirada do rio não pode continuar a ser cultivada, nem pastoreada. Assunto pacífico.

No caso da APP de topo de morro, o tema continua aberto. Afinal, grande parte da viticultura gaúcha se estabeleceu nas altas escarpas. Idem para a maçã de Santa Catarina. Não parece razoável imaginar que sejam eliminadas para retornar a floresta original. O meio-termo sugere permitir que permaneçam as atividades agrícolas já consolidadas, impedindo que novas se estabeleçam.

Neste e, principalmente, no caso da reserva legal, as discussões que aproximam ambientalistas e ruralistas implicam concessões no fundamentalismo existente em ambos os lados. Lideranças mais radicais dos agricultores querem acabar com a RL. Argumentam que, se o governo quiser manter tais áreas impedidas para o uso agropecuário, que indenize os produtores rurais. Ecologistas extremados, por sua vez, exigem a qualquer custo que os agricultores cerquem e abandonem a área da RL, mesmo que ela esteja explorada há décadas.

“Não avances lento demais, para que a Terra não pegue fogo, nem vás alto demais, para não queimares o céu.” Esse foi o conselho de Apolo ao filho Faetonte, quando este quis guiar sua carruagem alada do Sol. Na mitologia, o abrigo da prudência.

Ruralistas e ambientalistas procuram sabedoria para encontrar uma saída de bom senso, unindo a preservação florestal à produção rural. Uma condição, porém, deveria nortear qualquer solução do conflito: firmar um pacto contra a devastação, uma moratória a favor da floresta. Até que prevaleça a nova legislação e se assente uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável no campo.

Enquanto isso, desmatamento zero.

***Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xico@xicograziano.com.br Site: www.xicograziano.com.br**

Pará é prioridade na regulação do clima – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 18/11/2008

A frente de batalha mais importante para deter o avanço do desmatamento na Amazônia é o Pará. Se o porcentual de área desmatada na parte leste (oriental) do bioma passar de 40%, isso poderá interromper o fluxo de vapor d'água atmosférico que entra do oceano em direção aos Andes, comprometendo a sobrevivência da floresta também na porção oeste (ocidental), que é a mais preservada e rica em biodiversidade da Amazônia.

O alerta foi dado ontem pelo físico Paulo Artaxo, na palestra de abertura da conferência Amazônia em Perspectiva, que reúne especialistas dos três maiores programas de pesquisa da região: Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) e Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). “O Estado do Pará é absolutamente crucial”, disse Artaxo, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), que estuda interações entre a floresta e o clima. “Se for para focar ações em algum lugar, esse lugar é o Pará.”

Vários estudos demonstram que o vapor d'água que serve de matéria-prima para a formação de chuvas na Amazônia flui no sentido leste-oeste, sendo reciclado várias vezes ao longo do caminho pela floresta entre o oceano e os Andes. Ao mesmo tempo que consome água da chuva, a floresta devolve água para a atmosfera na forma de vapor, por meio de um processo chamado evapotranspiração. Quando a floresta é removida, esse ciclo se quebra e a água que cai sobre a Amazônia Oriental não retorna para a atmosfera, causando um desabastecimento de vapor d'água para formação de chuvas na Amazônia Ocidental. “A floresta controla os ingredientes básicos que produzem chuva sobre ela mesma”, afirma Artaxo. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) calculam que 40% de desmatamento é o limite máximo que a Amazônia Oriental pode suportar. Mais do que isso e o bioma inteiro poderá entrar num processo incontrolável de ressecamento e savanização. Hoje, 17% da Amazônia já foi desmatada, e o Pará é o Estado com a maior área derrubada (218 mil quilômetros quadrados).

EUA vão liderar pós-Kyoto, diz analista – André Lobato – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2008

Não está claro quão difícil será para o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, cumprir sua promessa de tornar o país o líder mundial no debate ambiental. Um sinal de vontade política, pelo menos, já foi emitido: os EUA estão de volta à mesa de discussões sobre a crise climática mundial. Daniel Esty, membro da equipe de transição de Obama para energia e ambiente, afirmou que o grupo acompanhará a conferência do clima deste ano em Poznan, Polônia, que debate um novo acordo global para limitar a emissão dos gases do efeito estufa. Os EUA, diz, pressionarão para que países emergentes, como o Brasil, assumam metas obrigatórias de redução de emissões. Esty -professor de direito na Universidade Yale e criador de um índice que ordena países de acordo com suas políticas verdes- falou à **Folha** na semana passada, logo antes de ser chamado para o grupo de transição de Obama. Leia a entrevista.

FOLHA - Obama disse muitas vezes que o desafio energético dos EUA é como mandar o homem à Lua. E o sr. que o povo americano está pronto para mudar sua base energética.

DANIEL ESTY - Eu acho que o povo americano está pronto para a mudança para um futuro de energia limpa, por múltiplas razões. Há um aumento de preocupação sobre mudanças climáticas. Mais de 75% da população diz que a hora de agir chegou. Mas há mais do que isso. O público americano não tinha uma idéia clara do quadro das mudanças climáticas até recentemente. Era algo longe, talvez não tão urgente. Mas o furacão Katrina começou a dar um rosto ao problema da mudança climática e mostrou que não fazer nada não era boa opção. Na segurança, também, há uma grande frustração com a situação no Iraque e no Oriente Médio. E o público americano concluiu que uma economia de combustíveis fósseis significará mais do mesmo. E há um terceiro elemento nesta lógica: o povo americano anseia por uma nova economia, que vá criar novos empregos.

FOLHA - O plano de energia de Obama quer ajudar consumidores na bomba de gasolina, construir um novo oleoduto e criar um sistema federal de comércio de emissões. Essas não são direções contrárias?

ESTY - Não. A chave para o progresso de uma energia limpa é ter incentivos para a comunidade dos negócios criar novas soluções, para desenvolver novas tecnologias e testar novos bens, novos serviços. Um sistema de comércio de emissões ("cap and trade") ajuda a criar uma sinalização do preço que diz: se você continuar com o modelo de queimar combustíveis fósseis, criando gases do efeito estufa, você vai pagar pelo mal que está causando. O comércio de emissões cria incentivo para mudança, para que as pessoas sejam mais focadas em eficiência, e cria oportunidade para energia alternativa.

FOLHA - Haverá participação do novo governo nas conferências do clima de Poznan, no mês que vem, e de Copenhague, em 2009?

ESTY - Sim. A equipe de transição de Obama estará representada em Poznam.

FOLHA - Não há perspectiva de ratificação do Protocolo de Kyoto.

ESTY - Não. A nova administração quer olhar para o pós-Kyoto, que será antecipado na reunião de Copenhague em dezembro de 2009.

FOLHA - O novo governo é mais flexível sobre a adoção de metas pelos países emergentes?

ESTY - Eu acredito que o próximo tratado terá de ter várias coisas bem diferentes de Kyoto. Começando por uma revitalização do princípio central, o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Comuns porque cada país deve assinar compromissos obrigatórios. Então, eu acredito que espera-se que não só China, Índia e Brasil, como outros principais países em desenvolvimento, adotem compromissos obrigatórios de controle das emissões. Agora, as responsabilidades diferenciadas significam que o nível de redução varia de país a país. Nos EUA e na União Européia eu esperaria uma redução substancial de emissões em relação aos dias atuais. No que diz respeito aos países em desenvolvimento, eu espero que a trajetória de crescimento seja reduzida. Então, em vez de China, talvez, crescendo 60% em emissões na próxima década eu esperaria 20% ou 30%. Os países ricos foram historicamente responsáveis por grande parte do dano. Hoje a China é quem mais emite gases do efeito estufa. Países em desenvolvimento têm de entender que eles são fundamentais ao problema e vitais para a solução e eles terão de partir para a ação real no próximo período.

FOLHA - *Esse será um ponto do novo recomeço?*
ESTY - Esse é um ponto fundamental do recomeço que eu acho que você vai ver nas negociações. É bem claro que a convenção de Kyoto foi profundamente falha porque não exigiu que o mundo em desenvolvimento fosse parte da solução.

FOLHA - *Os EUA terão liderança em Copenhague?*
ESTY - Uma das coisas com que a nova administração tem se comprometido claramente é voltar a um papel de liderança. E, realmente, não há história de uma cooperação ambiental bem sucedida em que os EUA estivessem de fora.

FOLHA - *Mas muita conversa já foi feita sem os Estados Unidos, as bases do acordo foram firmadas e os EUA disseram que não iriam fazer parte. Agora vocês vão chegar e tomar a liderança do processo?*
ESTY - Sim. A conversa começa nova.

FOLHA - *Então o que vão propor?*
ESTY - Não sei dizer. Ainda está em construção. Se a pergunta é se conseguiremos ter o trabalho pronto até Copenhague, a resposta é que provavelmente não estará definido até lá.

FOLHA - *Então haverá resquícios de Bush em Copenhague?*
ESTY - Não. Você terá, bastante, uma nova perspectiva. Mas o ponto é que o sucesso, do ponto de vista dos Estados Unidos, requer movimento em paralelo do processo político doméstico com o das negociações internacionais. Para o Congresso americano aprovar um plano de mudanças climáticas é preciso um sinal claro da negociação internacional de que as fraquezas críticas do Protocolo de Kyoto serão tratadas. Principalmente o comprometimento de ações de países em desenvolvimento. E é claro que a não ser que se veja os EUA comprometidos com a ação, países em desenvolvimento ficarão preocupados em se comprometerem também.

FOLHA - *O plano energético de Obama é uma "estatização" na qual o governo diz que as empresas devem inovar rumo à ecoeficiência?*
ESTY - Acho que o que você verá é um novo estilo de regulação que vai requerer, em algum grau, uma abordagem econômica em que se paga pelo dano causado. Nos EUA você verá não só incentivo econômico, mas também o que pode se chamar de uma regulação de estilo mais tradicional, algo vital para a construção de padrões.

FOLHA - *O sr. apóia a redução da tarifa para o álcool de cana nos EUA?*
ESTY - Eu pessoalmente acho que deveria ser reduzida a zero. Há um cálculo político complicado nos EUA em saber se isso acontecerá. Mas acredito que deveríamos encorajar as positivas finalidades do espectro de biocombustíveis, incluindo o etanol da cana. Já disse publicamente que o etanol do milho não é uma boa solução para nossos problemas ambientais.

Embora os volumes de gases do efeito estufa emitidos para a atmosfera em desflorestamentos e queimadas na Amazônia sejam significativos, as quantidades desse gás que a floresta estaria absorvendo através da fotossíntese podem ser igualmente altas e até superiores. Se for assim, a floresta estaria, ainda que momentaneamente, compensando em grande parte a ação humana nociva. Mas, se for o oposto, e a mata estiver seqüestrando quase nada de CO₂, a floresta contribuiria significativamente para o problema. Vilã ou salvadora? Para responder a esta pergunta o pesquisador Paulo Artaxo, do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA, na sigla em inglês) e da Universidade de São Paulo (USP), começou esta semana uma nova e inédita experiência na floresta. — Nosso experimento consiste, essencialmente, em medir os fluxos de carbono na Amazônia — conta Artaxo. — Estamos voando com um avião totalmente equipado para tentar responder a questão sobre se a floresta é uma fonte ou um sorvedouro de carbono. Até o dia 10 dezembro o grupo de Artaxo fará vôos por toda a floresta fazendo medições precisas das concentrações de dióxido de carbono, monóxido de carbono, ozônio e outras partículas. Aplicando os resultados a modelos, os cientistas esperam ter as primeiras respostas dentro de três meses. O início do estudo foi anunciado oficialmente ontem, na abertura da conferência internacional Amazônia em Perspectiva — Ciência Integrada para um Futuro Sustentável, que reúne cerca de mil pesquisadores em Manaus. O cálculo do carbono é um pouco mais complicado do que pode parecer. Nas queimadas e no desmatamento, a floresta lança CO₂ — o principal gás do efeito estufa — na atmosfera. Relatórios indicam que são justamente essas ações que colocam o Brasil hoje na posição de um dos maiores emissores mundiais. Entretanto, a floresta absorve CO₂ e libera oxigênio quando faz fotossíntese. E alguns estudos mostram que em tempos de abundância de CO₂, essa absorção poderia ser maior do que normal. — Como as concentrações de gases do efeito estufa estão aumentando, é possível que floresta esteja seqüestrando carbono para a fotossíntese de forma mais eficiente, em razão do excesso — afirma Artaxo. — Como tem mais CO₂ disponível, em teoria, isso intensificaria a fotossíntese fazendo com que as plantas fixem mais carbono. Mas não é só. “O balanço de carbono varia conforme a fertilidade de cada área, as taxas de precipitação (chuvas), a radiação solar e diversos outros fatores. Em outras palavras: modelos fiéis do balanço de carbono na Amazônia ainda estão para ser elaborados e aprimorados”, como apontam os pesquisadores no site do LBA. E ainda há o complexo papel exercido sobre o clima pelas partículas de aerossóis emitidos naturalmente pela floresta. Elas podem estar diretamente relacionadas à formação de nuvens e chuvas, por exemplo.

Minc defende consenso para revisão das leis ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 18/11/2008

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, afirmou nesta terça-feira (18), em reunião do Grupo de Trabalho Interministerial que estuda a revisão de alguns pontos do Código Florestal Brasileiro, que espera avanços nos entendimentos em torno das quatro propostas de alteração da legislação que estão sendo negociadas. "A esperança é que ocorra a síntese e o acordo seja na próxima reunião", afirmou. Nova rodada de entendimentos foi marcada para a próxima terça-feira (25), no Ministério da Agricultura.

Os membros do GTI vão estudar os documentos apresentados e identificar os pontos onde é possível propor uma posição de consenso. O prazo para o grupo apresentar propostas de alteração das leis ambientais é de cinco meses. Desta vez coube aos representantes de ONGs da Amazônia apresentarem suas contribuições.

Na avaliação do ministro do Meio Ambiente, a primeira reunião, realizada no início do mês, enfatizou os interesses da produção em detrimento da proteção do meio ambiente, enquanto no segundo encontro a discussão foi mais voltada para a proteção ambiental. Os membros do grupo aprovaram proposta de adiamento do debate depois que os parlamentares receberam o documento elaborado pelas organizações não-governamentais com atuação na Amazônia.

O impasse levou ao pedido de prazos para que seja possível uma análise mais detalhada dos documentos. Os membros do GTI ganharam uma semana para estudar as propostas e apresentar sugestões de pontos onde a legislação possa ser modificada.

Para o ministro Carlos Minc, já há maturidade entre a área ambientalista e a produtiva para dar prosseguimento ao debate em torno das alterações no Código Florestal. "Não podemos jogar fora os pontos de entendimento. Temos que modernizar e viabilizar a lei com o tema mais produção com mais proteção", disse.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu que não é preciso desmatar mais áreas para produção e ressaltou que há o consenso do desmatamento zero na Amazônia. Stephanes espera uma melhor condição para o debate na próxima semana. "É preciso racionalidade para avaliar o processo", salientou o ministro.

Minc quer autarquia para combater desmate – Estado de São Paulo – Vida & - 19/11/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, entregou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva três propostas: a criação de uma nova autarquia para certificar madeiras, um decreto que regulamenta a legislação de preservação da mata atlântica e a realização de concurso público para ocupação de 3 mil novos cargos no Ibama, no Instituto Chico Mendes e na Polícia Federal para o combate ao desmatamento. Segundo o ministro, se criada, a autarquia vai tornar mais rigoroso o combate ao desmatamento.

'Chance para produção e consumo sustentáveis' – O Globo – Defesa do Consumidor – 19/11/2008

Um momento único para que empresários e consumidores trabalhem juntos para pôr a economia de volta nos trilhos. Mas, desta vez, num caminho sustentável. É assim que o novo diretor geral da Consumer International (CI), Joots Martens, vê a crise financeira global. Com larga experiência em organizações não-governamentais — Martens, vem de oito anos na Oxfam Great Britain, entidade voltada ao combate à pobreza —, o executivo assumiu o cargo em 23 de outubro, com a missão de gerenciar a rede mundial de organizações ligadas à CI (220 entidades, em 115 países) e expandir a visibilidade

delas através de campanhas globais. Em tempo de recessão, aos consumidores, recomenda cautela e engajamento. Luciana Casemiro O GLOBO: Em sua mensagem de chegada à Consumers International (CI), o senhor disse que nunca houve momento mais importante do que o atual para que se brigasse pelos direitos universais dos consumidores. O que mudou? JOOTS MARTENS: A desaceleração financeira afetará a todos nós: o acesso do consumidor ao crédito, fundo de pensões, gastos públicos e o preço dos produtos essenciais. Tudo enfrentará um futuro turbulento e incerto. Tanto faz que você seja um consumidor na Europa ou na África subsaariana, a situação econômica global terá impacto na poupança, nos gastos e no acesso a produtos e serviços. Sobretudo consumidores vulneráveis e em desvantagem em todo mundo sofrerão desnecessariamente devido ao comportamento das corporações transnacionais combinado a uma regulação frouxa. Nesse sentido, os direitos dos consumidores são de crucial importância e devem estar no coração dos esforços para colocar a economia de volta aos trilhos. A atual crise mundial pode acelerar uma mudança no comportamento de consumo? MARTENS: A desaceleração oferece novas oportunidades para modelar a trajetória da economia mundial. Isto pode ser visto como uma oportunidade única para promover a produção e o consumo sustentáveis com um meio eficiente de reformar nosso sistema financeiro e colocá-lo de volta aos trilhos, enquanto também tratamos urgentemente da vital questão da mudança do clima. Nesse sentido, indiscutivelmente, nunca houve melhor oportunidade para que empresários e consumidores atuem em um caminho sustentável. A crise financeira mundial levou os governos a adotarem ações coordenadas. Essa nova postura aumenta a necessidade das entidades de consumidores terem estratégias globais? MARTENS: Os negócios são multinacionais, os governos agem com multilateralidade, por isso também é vital que o movimento de consumo também trabalhe globalmente. A CI existe justamente para possibilitar que organizações de consumo nacionais façam isso. Muito do nosso trabalho envolve a promoção de causas comuns, como o fim das propagandas de junk food para crianças ou para que a indústria farmacêutica faça um marketing responsável. Como o trabalho dessas indústrias atravessa as fronteiras, isto somente pode se feito efetivamente numa escala global. Há risco de que essa recessão torne ainda mais complicado o já precário financiamento das entidades que defendem o consumidor? MARTENS: A CI e suas organizações membros nunca tomaram dinheiro das empresas, então o O Globo <http://www1.oglobodigital.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php...> 2 de 2 24/11/2008 11:44 patrocínio corporativo não irá nos afetar. É nossa esperança que surjam outras fontes de recursos como órgãos multilaterais, governamentais e recursos de fundações que vejam a importância de uma defesa do consumidor fortalecida e bem pesquisada nesses tempos de volatilidade da economia global. O abalo global do sistema financeiro mostrou a insustentabilidade desse e de outros mercados. É possível que os consumidores participem da reconstrução desses sistemas de forma a torná-los mais justos e sustentáveis? MARTENS: Certamente. A voz do consumidor precisa estar no coração das decisões políticas. A CI e suas organizações membros têm consistentemente cobrado mais responsabilidade das corporações, regulações próprias, transparência e responsabilidade. Temos chamado a atenção para que sejam feitos esforços nas políticas governamentais para a proteção do consumidor, da sustentabilidade e do acesso justo. Se esses princípios tivessem sido aplicados no nosso sistema financeiro não estaríamos nessa confusão agora. Há quem diga que a crise mal começou. Que recomendações o senhor daria aos consumidores para que atravessem essa tempestade? MARTENS: Os consumidores precisam agir responsabilmente e não ultrapassar os limites dos seus orçamentos. Procurem pelas organizações nacionais de consumidores de seu país para obter orientações imparciais sobre produtos e serviços e

entender seus direitos como consumidor. Como o senhor vê o movimento consumerista brasileiro? Quais, na sua visão, são os maiores desafios que os consumidores brasileiros? MARTENS: O movimento de consumidores no Brasil tem desempenhado um papel de liderança no desenvolvimento regional e internacional há muitos anos. A líder do Idec, Marilena Lazzarini, foi presidente da CI de 2003 a 2007. As organizações brasileiras têm se envolvido em várias campanhas e programas da CI, do lixo eletrônico à produção sustentável de café, até o nosso último estudo sobre o marketing de cereais para o café da manhã perniciosos para crianças. No Brasil, assim como em muitos países do Sul do planeta, a questão para a maioria dos consumidores ainda é o acesso aos serviços essenciais como água, eletricidade e assistência à saúde. Há também problemas reais como déficit de consumo, especialmente entre os pobres. A Consumers International está trabalhando com todos os seus membros para tratar esses tipos de questões, onde quer que aconteçam. “ Nesse sentido, os direitos dos consumidores são de crucial importância e devem estar no coração dos esforços para colocar a economia de volta aos trilhos. A desaceleração oferece novas oportunidades para modelar a trajetória da economia mundial. A voz do consumidor precisa estar no coração das decisões políticas JOOTS MARTENS, diretor geral da Consumers International

'Ponto sem retorno' para a Amazônia é 50% de corte – Herton Escobar – Estado de São Paulo- Vida & - 21/11/2008

O limite máximo de desmatamento que a Amazônia pode suportar antes de se transformar numa savana é 50%, segundo estudo divulgado ontem em Manaus pelo pesquisador Gilvan Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Esse é o chamado “ponto sem retorno”, ou tipping point, em inglês, a partir do qual a floresta perde a capacidade de se regenerar. Hoje, cerca de 20% do bioma já foi desmatado em toda a América do Sul.

A região mais impactada seria a Amazônia Oriental, formada principalmente pelo Pará. “Todo o leste da Amazônia viraria uma savana”, disse Sampaio, que apresentou os resultados de sua tese de doutorado na conferência Amazônia em Perspectiva, que reúne os três maiores programas de pesquisa sobre a floresta (conhecidos pelas siglas LBA, Geoma e PPBio). “A floresta se auto-sustenta”, explicou o cientista. “A vegetação depende do clima, mas o clima também depende da vegetação. Quando você remove a cobertura vegetal, você muda também o clima até um ponto crítico em que a floresta não consegue mais voltar ao que era antes.”

A porção oeste do bioma permaneceria relativamente imune à alteração, blindada pelos índices pluviométricos mais elevados nas regiões próximas aos Andes. A transformação “sem volta” ocorreria só nas áreas já desmatadas, segundo Sampaio - apesar de outros cientistas acreditarem que o desmate no leste pode cortar o fluxo de vapor de água para o interior da floresta, no oeste.

O resultado, além dos impactos climáticos regionais (redução de pluviosidade e aumento de temperatura), seria uma extinção em massa de espécies da floresta tropical. “A savana é um ecossistema muito pobre em espécies, diferente do cerrado, que é riquíssimo”, ressalta Sampaio. Além das emissões de carbono provenientes do desmatamento, que seriam catastróficas para o aquecimento global.

O risco de savanização da floresta é debatido há anos pelos pesquisadores, mas não havia, até agora, uma estimativa mais concreta de qual seria esse “ponto sem volta”.

Segundo Sampaio, o efeito geral é o mesmo seja onde for a área desmatada - no Brasil, no Peru, na Colômbia, na Venezuela ou em qualquer outro país amazônico. “O importante é quanto você perde de floresta, não onde o desmatamento ocorreu”, disse. Se os atuais 20% de área desmatada chegarem a 50%, a situação se tornará irreversível.

Amazônia some com 50% de desmate – Folha de São Paulo – Eduardo Geraque - Ciência – 18/11/2008

A floresta amazônica deixará de existir se mais 30% dela forem destruídos. A afirmação foi feita ontem em Manaus, durante a conferência científica Amazônia em Perspectiva. "O número agora está consolidado. Se 50% de toda a Amazônia for desmatada, um novo estado de equilíbrio vai existir no bioma", afirma Gilvan Sampaio, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Hoje aproximadamente 20% de toda a floresta amazônica, que tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, já sumiram "No Brasil, esse número está ao redor de 17%."

E pode chegar aos 50% até o meio do século. Um estudo de 2006 da Universidade Federal de Minas Gerais prevê que, se o ritmo do corte raso continuar, quase metade da floresta que sobra hoje tombará até 2050. O novo modelo desenvolvido pelo pesquisador não considera mais a vegetação como algo estático, como ocorria nos estudos apresentados anteriormente. "Desta vez, existe uma espécie de conversa entre o clima e a vegetação", afirma Sampaio, que havia publicado uma versão anterior de seus modelos no ano passado.

De acordo com o estudo, que analisa a situação da floresta num intervalo de 24 anos, a região leste da Amazônia ainda é a mais sensível. Como o clima depende da vegetação, e vice-versa, a ausência de árvores na parte oriental da Amazônia fará com que as chuvas diminuam até 40% naquela região. "As pessoas têm a idéia de que a floresta cortada sempre se regenera, mas nesse novo estado de equilíbrio isso não deve mais ocorrer, pelo menos no leste da floresta. "O estudo também mostra que a geografia do desmatamento pouco importa para que o ponto de não-retorno da floresta seja atingido. "A questão é quanto você tira e não de onde". Se países como o Peru e a Venezuela, onde a situação da floresta é melhor hoje, começarem a desmatar muito, todo o bioma estará em perigo.

A consequência desse novo equilíbrio ecológico será bem mais impactante no lado leste. Sem chuva, a tendência é que toda a região vire uma savana pobre. "Não é possível falar em cerrado, porque ele é muito mais rico do que a capoeira que surgiria na Amazônia."

O oeste amazônico, entretanto, onde estão o Amazonas e Roraima, continuariam a ter florestas, mesmo nessa nova realidade climática. "A umidade continuaria a ser trazida do Atlântico pelo vento", diz. O desafio brasileiro para impedir que a floresta entre em um novo estágio evolutivo parece até fácil de ser resolvido -no papel. Dos 5

milhões de hectares da Amazônia que estão dentro do país, 46% são protegidos por lei. Mas, na prática, a preservação dessas regiões não é integral.

Uma prova clara disso foi dada ontem também na conferência de Manaus. Dados apresentados por Alberto Setzer, também do Inpe, mostram que entre 2000 e 2007 os satélites registraram focos de incêndio em 92% das unidades de conservação da Amazônia. "Isso me deixa consternado", diz Setzer.

Em Roraima e Tocantins, 100% das áreas de proteção ambiental tiveram incêndios. "Muitas dessas unidades de conservação não têm nem meios para combater o fogo", afirma o pesquisador. O sumiço de parte da floresta amazônica terá conseqüências imediatas para o Nordeste. "A tendência de desertificação vai aumentar bastante", diz Sampaio. O grupo do Inpe ainda estuda as conseqüências da possível nova Amazônia para as demais regiões do Brasil.

Governadores pedem ajuda de países ricos para salvar Amazônia – Warner Bento Filho – Estado de São Paulo – Vida & - 22/11/2008

Os governos de estados da Amazônia esperam receber de países ricos investimentos da ordem de bilhões de reais para frear o desmatamento ao mesmo tempo que promovem a inclusão social da população da região. Eles reconhecem, na prática, que não conseguem cuidar sozinhos da floresta e precisam da ajuda de governos e empresas do mundo desenvolvido.

Este foi o discurso que os governadores Blairo Maggi (Mato Grosso), Ana Júlia Carepa (Pará) e Eduardo Braga (Amazonas) levaram para uma conferência encerrada quarta-feira em Los Angeles para discutir as mudanças climáticas. A Conferência de Governadores sobre Clima Global, promovida pelo governo da Califórnia, reuniu representantes dos Estados Unidos e de países que têm florestas tropicais, além de empresários e representantes da União Européia, Nações Unidas e Banco Mundial, entre outras organizações. Pelas estimativas dos governadores brasileiros, a conta da preservação da floresta em seus Estados é de cerca de R\$ 7,5 bilhões ao ano.

A grande esperança dos governadores é que as determinações de corte nas emissões de gases-estufa - como a anunciada durante a campanha eleitoral pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Barak Obama, de 80% até 2050, em relação aos níveis de 1990 - resultem em investimentos na Amazônia, por meio de operações de crédito de carbono. Para isso, pretendem incluir o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento (RED) no mercado de carbono. A negociação começa no próximo mês, em reunião da Convenção do Clima das Nações Unidas em Poznan, Polônia.

O anfitrião do encontro, o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, que também tem metas de cortes de emissões, mostrou receptividade às demandas: "Não podemos agir diretamente no Brasil para preservar as florestas, apenas os governos locais podem fazer isso. Mas podemos apoiá-los com recursos para compensações de emissões, que eles podem usar para plantar árvores."

Além da Califórnia, pelo menos outros quatro Estados americanos aprovaram leis determinando corte nas emissões e são potenciais investidores da preservação da floresta: Flórida, Illinois, Kansas e Wisconsin.

A gerente sênior do Departamento Ambiental do Banco Mundial, Michele de Nevers, anunciou no mesmo encontro que a instituição também pode colaborar para compensar o desmatamento evitado por meio do RED. “Temos US\$ 200 milhões para ajudar os países a implementar o RED”, disse.

Em Mato Grosso, seriam necessários R\$ 5,4 bilhões para remunerar o desmatamento evitado nos 20% da propriedade que a lei permite que sejam cortados, de acordo com Maggi. A remuneração seria de R\$ 300 por hectare preservado. O governo do Pará tem como parâmetro para a necessidade de aportes o volume de riqueza movimentado pela atividade florestal ilegal no Estado - como desmatamentos, queimadas e extração de madeira - que chegaria a R\$ 2 bilhões ao ano. “Precisamos de captações dessa ordem para fazer frente ao problema”, prevê o secretário de Meio Ambiente do Estado, Valmir Ortega.

O governador Eduardo Braga apresentou uma conta de cerca de R\$ 120 milhões anuais para a manutenção das unidades de conservação sob responsabilidade do Estado.

O economista britânico Nicholas Stern, autor de um relatório de 2006 sobre a economia das mudanças climáticas, afirmou em visita a São Paulo no início deste mês que os prejuízos do aquecimento global poderão representar de 5% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), dependendo do país.

MAIS RENDA - “O povo do meu Estado espera respostas do mundo sobre a floresta”, disse, em discurso, o governador Eduardo Braga. “Quando me perguntaram lá no meu Estado no que esta minha viagem poderia ajudar, eu disse que as pessoas poderiam ganhar mais renda. É a nossa esperança e é por isso que estamos aqui.”

Na avaliação da governadora Ana Júlia Carepa, os países ricos são os que mais pressionam a floresta e devem assumir essa responsabilidade. “Não adianta eles apoiarem um projetinho para 50 pessoas. É preciso que se comprometem com o combate à pobreza na região. Essa é uma responsabilidade de todos”, afirmou.

“Se o mundo quiser nos ajudar, com certeza estará ajudando a floresta”, disse o governador Blairo Maggi. “Quem vive na floresta tem estoque de carbono (por evitar o desmatamento, que emite gases-estufa) e deve receber por isso, porque estamos abrindo mão do desenvolvimento econômico em nome da preservação e isso significa perda de receitas. Com o desmatamento evitado, uma pessoa que mora na floresta beneficia outra que vive em Los Angeles ou em qualquer outro lugar do mundo.”

Lula regulamenta lei da mata atlântica – Estado de São Paulo – Vida & - 22/11/2008

Quase dois anos após ser aprovada na Câmara dos Deputados, a Lei da Mata Atlântica foi regulamentada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei, que já tinha passado mais de 15 anos tramitando no Congresso, define os critérios de uso e proteção do bioma - atualmente reduzido a apenas 7,3% de sua vegetação original. A lei estabelece incentivos econômicos à produção sustentável e estimula projetos de recuperação da mata. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o objetivo é conseguir com a lei chegar ao desmatamento ilegal zero.

Grupo vê ambientes escondidos na terra firme da Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2008

Qualquer um que tenha caminhado no mato na Amazônia já desconfiava que o ambiente chamado de terra firme (aquele que nunca é inundado) é muito heterogêneo. Mas a revelação feita por um modelo matemático desenvolvido no Brasil e apresentado em uma conferência internacional sobre a Amazônia nesta semana faz emergir o tamanho dessa diferença.

"Nós descobrimos a existência de quatro ambientes dentro da chamada terra firme", afirma Antônio Nobre, do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). A ferramenta, baseada "em muita física básica", segundo o ecólogo, permitiu calcular que 58,5% da chamada terra firme é um baixio que tem acesso fácil à água em todas as épocas do ano. "São áreas de chavascals e de transição", diz Nobre. "Não que essas áreas tenham lâminas d'água, mas elas são úmidas. Quando você anda pelo chavascal ele faz "choc", "choc"..." Na área de transição, também chamada de campinarana, há predomínio de areia e "o lençol freático é bastante raso", afirma o pesquisador.

O novo modelo, que partiu do conceito físico dos vasos comunicantes, analisou até agora uma área de 18 mil quilômetros quadrados ao redor do rio Negro, no Estado do Amazonas. "A ferramenta está pronta para ser usada em toda a Amazônia. Esse será o próximo passo do estudo", diz Nobre.

Hoje, estima-se que 17% da Amazônia seja preenchida por áreas inundáveis e 83% por áreas de terra firme. Com os novos dados, esse último grupo ganha quatro subdivisões.

Dentro dos baixios, a modelagem feita no âmbito do LBA (Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia) e do Geoma (Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia), que usou imagens feitas pelo ônibus espacial Endeavour, identificou duas classes.

Os chavascals, que ocupam uma área de 25,6% da terra firme, e uma área de transição (ecótono), que representa 32,9% do total das áreas estudadas que não são inundáveis. Na região onde o lençol freático é mais profundo e a água nunca chega, há 11,1% de encostas e 30,4% de platôs.

Florestas diferentes - A aplicação disso é muito importante. Na verdade, estamos falando de lugares diferentes, assim como Nova York difere de Bancoc", diz Nobre. De acordo com o pesquisador, o ciclo de carbono e dos demais nutrientes serão bem distintos em cada novo ambiente. "Os tipos de árvore e a fauna associada a eles também vão mudar."

Com esse novo mapa de drenagem e topografia nas mãos, os biólogos e ecólogos poderão direcionar melhor suas expedições e até ajudar a conservar muito mais a biodiversidade amazônica, segundo Nobre. "A vida é a grande responsável pela regulação do planeta Terra. Por que os nossos vizinhos [no Sistema Solar] são muito quentes ou frios?"

Mirando a lei - A ferramenta desenvolvida por Nobre e outros pesquisadores pode também até fazer mudar a legislação ambiental. "As áreas com água são áreas de proteção permanente. Agora, nós mostramos que elas podem estar muito mais longe de um corpo de água do que se pensava antes. Talvez seja preciso ajustar a lei", disse Nobre, que espera usar a ferramenta em outras áreas do país.

Hoje, a legislação diz que a mata ciliar -aquela que existe nas margens dos cursos d'água- deve ser preservada por algumas dezenas de metros da margem. "Mas será que isso é suficiente para preservar todo o ecossistema aquático?" -pergunta Nobre. Afinal, nem sempre a lei é muito considerada. Um outro estudo apresentado em Manaus, por exemplo, mostrou que uma área de mil hectares em Roraima perdeu 80% de sua mata ciliar.

Lei da mata atlântica ganha regulamentação – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem o decreto que regulamenta a lei de proteção da mata atlântica, que passou 14 anos tramitando no Congresso Nacional. "No Brasil as coisas são assim mesmo, demoram mas saem", disse o presidente. A lei foi proposta pelo ex-deputado federal Fábio Feldmann. Ele estava no ato de assinatura, bem como ambientalistas que militam na defesa desse bioma.

A mata atlântica é o mais devastado bioma brasileiro. Sua área foi reduzida a 7% da original, e o objetivo do governo com a aplicação da lei é elevar as reservas a 27%. A meta do governo é criar corredores para interligar as pequenas reservas. Segundo Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aguardava apenas a assinatura do decreto presidencial para anunciar o tamanho da área que será preservada a partir da aplicação da lei.

Com a definição das áreas, os três níveis de governo terão instrumentos para combater a ocupação irregular do bioma. "Quem ocupa de forma legal continuará lá, sem problema. Mas quem está ilegal ficará ainda mais ilegal com o decreto", afirmou.

Segundo o Minc, a preservação da mata atlântica não significa apenas a proteção da atual área do bioma. Minc alertou para as ocupações com desmatamento dessas áreas, ação que põe em risco milhares de pessoas que sobrevivem em encostas.

Lula quer prefeituras no combate a desmatamento – O Globo – O País – 22/11/2008

SÃO PAULO. O presidente Lula disse ontem que pretende dar uma “outra dinâmica” à questão ambiental no Brasil. Entre as medidas previstas estão a criação de uma espécie de polícia ambiental e a inclusão das prefeituras no combate ao desmatamento ilegal. A motivação da nova política, porém, não é ecológica, é econômica, afirma: — Por que precisamos agir com mais rapidez e, eu diria, com mais força? É porque a questão ambiental passa a se tornar uma vantagem comparativa para o mercado. O Brasil quer aumentar as exportações.

O anúncio foi feito durante a cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a lei sobre a conservação da Mata Atlântica — aprovada há 14 anos. O decreto visa a “assegurar o desenvolvimento sustentável, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social da Mata Atlântica”. O bioma é a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas do mundo.

Segundo Lula, a primeira medida dessa nova postura será a criação de uma espécie de polícia ambiental federal, para desafogar o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente. Outra iniciativa é incorporar os prefeitos no combate às motosserras: — Ou envolvemos os prefeitos e os co-responsabilizamos a entenderem que (é preciso) respeitar a legislação vigente e fazer da preservação ambiental uma atividade do prefeito e do poder local, ou a gente vai ficar correndo atrás da fumaça.

ONGs criticam ação do governo na Amazônia – Estado de São Paulo – Nacional – 23/11/2008

Nove ONGs e movimentos sociais com atuação na região amazônica, como WWF Brasil e Instituto Socioambiental, enviaram carta à Presidência e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário questionando aspectos da regularização fundiária promovida pelo governo na região. Segundo o documento, a aceleração do processo, “sem maiores critérios, pode estimular novas ocupações de terras públicas, na medida em que cria a esperança de que novas exceções poderão ser criadas”. Entre as sugestões estão “incorporar ao patrimônio da União e dar destinação às terras públicas devolutas, com prazo definido”. ,

Legislação não reflete a realidade na Amazônia, dizem pesquisadores – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 23/11/2008

As leis ambientais brasileiras são incompatíveis com a realidade da Amazônia e não bastam para controlar a destruição da floresta. A constatação é de pesquisadores que participaram do encontro Amazônia em Perspectiva, que reuniu centenas de especialistas na semana passada em Manaus. “É impossível ser legal hoje na Amazônia”, sentenciou o cientista americano Daniel Nepstad, da Gordon and Betty Moore Foundation, que trabalha há décadas na região.

Na prática, segundo ele, não adianta só punir aqueles que descumprem a lei. Além disso, é preciso compensar e premiar aqueles que conservam a floresta e se esforçam para trabalhar na legalidade. “É certo pagar as pessoas para fazer a coisa

certa? Muita gente acha que não”, disse. “Mas o custo de cumprir a lei é enorme, e a maioria das políticas está focada apenas em comando e controle. Precisamos gerenciar o comportamento humano por meio de incentivos positivos.”

O carbono aparece no debate como peça-chave da nova economia ambiental e climática. Muitos cientistas defendem a criação de um sistema compensatório por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), que está sendo proposto como ferramenta de apoio ao novo acordo climático que vai substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2013.

No sistema REDD, proprietários de terras - inclusive agricultores, pecuaristas e madeireiros - receberiam incentivos financeiros para não desmatar, como pagamento pela manutenção do carbono que está estocado na vegetação e que seria emitido para a atmosfera caso a floresta fosse derrubada. Nesse ponto, a proposta esbarra num dilema ético, que seria dar dinheiro aos desmatadores para cumprir a lei - conceito que é criticado por outros pesquisadores.

Sem esse tipo de incentivo, porém, muitos defendem que a lei jamais será cumprida. “O Brasil tem leis excelentes, mas que extrapolam a nossa realidade. Quem se legaliza é penalizado, porque está sempre em desvantagem com relação aos ilegais”, disse ao Estado o pesquisador Britaldo Soares Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Código Florestal exige que 80% de uma propriedade na Amazônia seja preservada intacta - a chamada reserva legal. Mas essa cota quase nunca é respeitada. A bancada ruralista tenta há anos reduzir a exigência no Congresso. “Em vez de reduzir, seria melhor compensar quem mantém a reserva legal”, disse Nepstad.

O diretor da Fundação Amazônia Sustentável, Virgílio Viana, foi além. Disse que é preciso “ter coragem” para fazer uma revisão profunda da legislação - sem reduzir a reserva legal, mas criando alternativas de sustentabilidade econômica e social que valorizem a manutenção da floresta em pé. “Temos o costume de dizer que o Brasil tem as melhores leis do mundo, só falta cumpri-las. Eu discordo”, disse Viana. “A partir do momento que a lei não serve para ordenar o comportamento humano, ela deixa de ser inteligente, torna-se irreal. Precisamos de um choque de bom senso.”

Clima de campanha – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/11/2008

NO DIA 1º de dezembro começa em Poznan (Polônia) a última grande conferência da ONU sobre mudança climática antes de Copenhague. Na Dinamarca, um ano depois, precisará ficar pronto um acordo internacional para suceder o fracassado Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Poucos acreditam que haja tempo e condições políticas para concluir nesse prazo um tratado à altura do desafio.

Foram necessários cinco anos, após a adoção da Convenção sobre Mudança Climática, em 1992 no Rio, para chegar a Kyoto. Outros 11 transcorreram, desde então, em negociações estéreis, com a questão do aquecimento global servindo de molde para reeditar a disputa Norte-Sul.

Nesse meio tempo, avançaram tanto as emissões de gases do efeito estufa quanto o grau de certeza científica sobre o rumo da mudança do clima. Tal conjunção permite estimar que, hoje, sem um esforço conjunto de países desenvolvidos e em desenvolvimento, não seja mais possível conter o aquecimento abaixo dos 2C considerados perigosos, em termos de impacto sobre a economia e as populações do planeta.

O pessimismo que cerca o encontro na Polônia, devido à crise econômica mundial, foi atenuado pelos sinais de guinada na política obstrucionista dos EUA. Barack Obama já havia anunciado em campanha que adotaria compromissos impensáveis sob George W. Bush, e agora os reafirma com veemência.

Em fala gravada para um encontro de governadores americanos, Obama criticou Bush e disse que os EUA assumirão a liderança desse processo de negociação global. Prometeu dar o exemplo adotando metas para reduzir emissões aos níveis de 1990 em seu país até 2020, cortando 80% adicionais até 2050.

São compromissos tão ambiciosos quanto os assumidos pelo Reino Unido, que acaba de aprovar sua Lei de Mudança Climática consagrando tais objetivos. O presidente eleito dos EUA não enviará, contudo, representante próprio a Poznan. A delegação americana estará, mais uma vez, de mãos atadas pela orientação refratária da gestão republicana.

Embora reafirmada de modo enfático, a política para o clima de Obama não estará isenta de percalços e contradições. Na mesma semana, o sucessor de Bush fez pressão por um pacote de socorro à indústria automobilística dos EUA, resistente às alterações profundas em tecnologia necessárias para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, vilões principais do agravamento do efeito estufa.

Fala-se muito num "New Deal verde". Vale dizer, contra-arrestar a crise econômica com a criação de empregos em setores saudáveis do ponto de vista ambiental, como o de energias alternativas e renováveis.

No mundo real, Obama prioriza uma das indústrias mais tradicionais e indutoras de poluição. Se não souber usar a crise do setor automotivo para arrancar dele uma reviravolta na direção de carros mais avançados e econômicos, como os híbridos, emitirá para os EUA e para o mundo sinais contrários aos de seu discurso da semana passada.

Elaborado por técnicos de 15 ministérios, o Plano Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) foi recebido com forte dose de preocupação por importantes setores da sociedade brasileira. Instituições empresarias, acadêmicas e ambientalistas, que participaram dos diálogos setoriais promovidos pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas para prestar contribuições e dar representatividade e consistência à iniciativa do governo federal, sentiram-se frustradas com a primeira versão do documento.

O texto do plano perdeu o foco e deixou de responder à pergunta central sobre o tema: o que o Brasil pode fazer, agindo localmente, para contribuir de forma concreta para vencer o mais dramático dos desafios ambientais do século? Sabemos que, no plano internacional, se não começarmos a reduzir a carga de gases do efeito estufa até 2013, não conseguiremos atingir a meta de chegar em 2050 com um volume de emissão 50% inferior aos níveis atuais, o que induzirá efeitos climáticos imprevisíveis.

Sabemos também que, no caso brasileiro, 70% de nossas emissões são provocadas por desmatamentos e queimadas.

Contrariamente à expectativa de todos os setores envolvidos na discussão, a primeira versão do PNMC não traça as linhas centrais de políticas públicas e privadas em relação ao clima.

Não contempla, sequer, metas sobre a redução de desmatamento zero, o nosso calcanhardeaquiles. Caso o texto permaneça difuso, nosso país corre sério risco de deixar escapar a posição de pioneirismo e liderança conquistada no processo de construção do Protocolo de Kyoto, hoje transformado em tratado global. E ficará subordinado a decisões de países emergentes cada vez mais poluentes, como China e Índia, e pouco ou nada engajados no combate às mudanças climáticas.

O setor empresarial, em parceria com ONGs ambientalistas e instituições de ensino, tem amadurecido progressivamente essa discussão e já vem adotando medidas práticas. Em 2007, foi lançado o Pacto de Ação em Defesa do Clima, documento inédito proposto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). No pacto, grandes empresas e ONGs ambientalistas de reputação, como Greenpeace, WWF e a TNC, assumiram o compromisso de mobilizar a sociedade brasileira para reduzir os níveis de emissões no país e contribuir para o cumprimento das metas da Convenção Mundial do Clima, segundo a qual a elevação da temperatura média do planeta não poderá ultrapassar 2oC até 2100.

Em 2008, o CEBDS e a Fundação Getúlio Vargas lançaram o Protocolo de Gases de Efeito Estufa (GHG Protocol), permitindo que empresas e governos possam utilizar a ferramenta mais moderna e confiável para medição de emissões de gases indutores do aquecimento global.

Essas iniciativas são referências consagradas internacionalmente.

Surgiram para atender a uma crescente demanda, que transformou o tema específico mudança do clima no principal vetor de conscientização da sociedade e para a questão geral da sustentabilidade.

Contudo, torna-se imprescindível um balizamento político, técnico e jurídico para que os resultados ganhem escala e produzam as mudanças dentro do senso de urgência que a realidade nos impõe.

Portanto, os responsáveis pela elaboração do documento não devem perder a oportunidade de ouvir e ponderar os pontos de vista dos múltiplos interlocutores nessa fase de consulta final. Mais do que convergir para o consenso democrático, dando direito a voz e voto a diferentes setores, o PNMC deve contemplar uma política

energética para o país, combatendo nossas vulnerabilidades e valorizando os principais ativos — matriz limpa, biodiversidade, biocombustíveis.

Esse é o caminho mais seguro para nos conduzir a uma reversão da curva do aquecimento global e consolidar nossa liderança no contexto internacional. Ainda há tempo.

Sociedade quer mudanças no modelo de desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico da Contag - 25/11/2008

Especialistas de vários países da América Latina presentes no Seminário Internacional: Agricultura Familiar e Soberania Alimentar no Mercosul foram unânimes nas formas de garantir desenvolvimento do campo com justiça. Eles listaram os entraves para o cumprimento do papel social da terra. Entre os problemas apontados, estão a falta de políticas de crédito, atraso na reforma agrária e ausência de projetos de agroecologia.

O secretário nacional substituto de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Crispim Moreira, afirma que "as agriculturas familiar, camponesa e indígena são alternativas para os países se afastarem do neoliberalismo e se autogerirem". Segundo o especialista, esses tipos de agricultura estabelecem outra relação com a terra e com a natureza, se opondo à lógica capitalista do agronegócio.

A coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Contag, Carmen Foro, denuncia o sistema de desenvolvimento rural falido e diz que este é o momento para mudança. "Como desenvolver quando temos um modelo de produção agrícola defasado, focado no agronegócio e que dá às transnacionais maior poder?", questiona a dirigente sindical. "Agora, devemos pensar novas estratégias, principalmente, porque estamos em um momento de crise econômica e alimentar e também porque quem paga a conta do prejuízo são sempre os trabalhadores, afetados com a recessão, desemprego e pouco orçamento para as políticas públicas", ressalta Carmen Foro.

Hoje (25) à noite, participam da mesa de debates do seminário representantes dos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Plano Amazônia prevê doar lotes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2008

O plano do governo para regularização fundiária da Amazônia prevê a doação dos lotes de até 400 hectares aos atuais ocupantes, disse ontem o ministro Mangabeira Unger, coordenador do Plano Amazônia. De 401 a 1.500 ha, as áreas terão a regularização acelerada; de 1.501 a 2.500 ha, o governo tentará agilizar as regras de licitação; e, de 2.501 hectares para cima, abrirá caminho para a retomada de terras griladas.

Crise climática vai reduzir área cultivável na Região Nordeste – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 26/11/2008

As mudanças climáticas previstas para atingir o Brasil nas próximas décadas devem deixar áreas hoje já vulneráveis no Nordeste ainda mais pobres, com mais fome e com menos gente. Em linhas gerais, essa é a conclusão de um estudo, lançado hoje por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fiocruz, que buscou avaliar os impactos que o aquecimento global terá sobre as migrações e a saúde na região.

Os pesquisadores trabalharam com a premissa, apontada em agosto por estudo da Embrapa e da Unicamp, de que o aumento das temperaturas vai reduzir as áreas de baixo risco para a agricultura em todo o País, principalmente no Nordeste. A nova pesquisa detalhou essa perda agrícola e calculou os prejuízos econômicos e sociais que ela vai causar. Pelas contas, o aquecimento deve promover uma redução de 11,4% no PIB da região até 2050. Isso deve ser resultado da redução expressiva da área agricultável. Os Estados mais afetados, segundo o trabalho, deverão ser Ceará (-79,6% de terra apta), Piauí (-70,1%), Paraíba (-66,6%) e Pernambuco (-64,9%). Esses números valem para o pior cenário, que prevê aumento de 4°C na temperatura do Nordeste até 2070.

“Desde o início, tínhamos noção de que o impacto climático seria grande, mas os números foram maiores do que esperávamos”, afirmou o economista Ricardo Ruiz, da UFMG. “E, na minha opinião, esse impacto nos PIBs está subestimado porque só avaliamos os danos à agricultura, sem considerar geração de energia e oferta de água.”

A expectativa é que a dificuldade de cultivo, e o conseqüente prejuízo à segurança alimentar, acabem piorando as condições socioeconômicas daquelas populações e aumentem as migrações do sertão para o litoral e para outros Estados, em especial do Centro-Oeste e do centro-norte, mas também do Sudeste. Esta região - que nos últimos anos vem presenciando uma volta dos nordestinos que vieram nos anos 70 - deve receber novas ondas migratórias.

“Pela tendência da região, continuariam ocorrendo migrações nos próximos anos mesmo sem o choque climático. Mas o que vimos é que, com o aquecimento, elas serão mais significativas”, comenta Alisson Barbieri, da UFMG, um dos coordenadores do estudo. Ele trabalhou com a chamada taxa líquida de migração, que é a relação entre a quantidade de pessoas que migram e a população do município. Sem a elevação da temperatura, ela seria em média de - 0,29%, contra -0,39% com o aquecimento. Até 2040, o Nordeste deve perder 247 mil habitantes. Os principais pontos de partida devem ser as regiões metropolitanas do Recife (PE) e de João Pessoa (PB) e a capital Teresina (PI).

A locomoção de pessoas e o aumento das temperaturas e da aridez devem elevar também o Índice Geral de Vulnerabilidade, que mostra quão sensível é uma população a epidemias e à seca. No pior cenário de aquecimento, novamente Ceará e Pernambuco estarão entre os mais vulneráveis, além da Bahia.

ONGs propõem política climática – Estado de São Paulo – Vida & - 26/11/2008

Representantes da sociedade civil entregam hoje para deputados federais e para os ministros do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia um documento com sugestões para a formulação da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Organizado pelo Observatório do Clima, uma rede de articulação sobre o tema, o documento, escrito em formato de projeto de lei, pede que o governo demonstre mais maturidade no combate ao problema e assuma uma posição de liderança nas negociações internacionais, com compromissos de redução das emissões de gases-estufa.

A proposta tem como objetivo trazer melhorias para a política que está em discussão na Câmara. “O que está lá no momento não dá conta da multiplicidade de problemas e questões relacionadas às mudanças climáticas”, afirma Rachel Biderman, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, órgão que atuou como facilitador do Observatório do Clima.

A política foi atropelada pela apresentação, pelo governo, do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, sem metas e muito criticado pelas organizações. Fora esses problemas, ele por princípio não poderia ter sido anunciado antes que se construísse uma política nacional para a questão, explica Rachel. “É preciso dar um passinho para trás, criar uma política, aprovar a lei e depois lançar o plano.” O motivo da pressa é que o governo tem a intenção de mostrar na conferência do clima da ONU em dezembro que já tem alguma coisa em mãos. “O governo diz que o plano é passível de revisão, mas isso é levar lição de casa incompleta”, afirma.

ONU aponta emissão recorde de gases-estufa – Jamil Chade – Estado de São PAULO – Vida & - 26/11/008

A Organização Mundial de Meteorologia (OMM), órgão das Nações Unidas, alertou ontem que as emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de óxido nitroso (N₂O), gases causadores do efeito estufa, atingiram níveis jamais registrados pelos cientistas em 2007. Praticamente às vésperas de mais uma rodada de negociações para a elaboração de um acordo sobre mudanças climáticas, a agência da ONU alerta que todo o esforço internacional para reduzir as emissões de CO₂ e de N₂O até agora não surtiram efeitos.

Segundo a OMM, a concentração dos dois gases atingiu em 2007 níveis jamais registrados pelos cientistas. O gás metano registrou também o maior incremento em uma década. “O CO₂ e o N₂O estão crescendo continuamente e não há sinais de que essa tendência esteja perdendo ritmo”, afirmou Geir Braathen, principal responsável da entidade pela questão de emissões. Para ele, já há comprovações suficientes de que são os gases emitidos que estão colaborando para acelerar as mudanças climáticas em todo o mundo, gerando maiores secas em algumas regiões e inundações em outras.

Os alertas da ONU indicam ainda uma elevação dos níveis dos mares que ameaça pelo menos 200 milhões de pessoas que vivem em zonas costeiras.

Segundo os dados revelados ontem em Genebra, a concentração de CO₂ na atmosfera aumentou em 0,5% entre 2006 e 2007, atingindo o recorde de 383,1 partes por milhão. Desde o século 18, a concentração de CO₂ na atmosfera aumentou em 37%. O que assusta os cientistas é que, desde 1990, esse aumento foi de 24%.

A concentração de N₂O aumentou em 0,25%. Sobre o gás metano, a ONU alerta que seria cedo demais para concluir que o aumento recorde de 2007 seja uma tendência que será observada no futuro. O gás é gerado por atividades humanas como combustão de energia fóssil e na agricultura.

O tema será alvo das negociações que começam na próxima semana na Polônia. Esperava-se que o Protocolo de Kyoto impedisse o crescimento das emissões. Mas, como o Estado informou há um mês, os níveis de crescimento de emissões estavam batendo todos os recordes nos últimos anos, mesmo com as medidas de controle.

Nas negociações diplomáticas, a insistência dos governos será a de que países emergentes - como China, Índia e Brasil - aceitem cortes profundos em suas emissões nas próximas duas décadas. Os países emergentes alegam que não seria justo a imposição de amplas limitações, já que afetariam sua capacidade de crescer. Além disso, estariam pagando por uma poluição que foram os países ricos que geraram nas últimas décadas.

Mas para a chanceler alemã, Angela Merkel, sem a limitação das emissões dos países emergentes, os níveis de concentração de CO₂ na atmosfera continuarão aumentando e nenhuma ação dos países ricos será suficiente para conter essa elevação.

Outra esperança é de que o governo americano, com o presidente eleito Barak Obama, apresente uma posição mais favorável a lutar contra as mudanças climáticas e as emissões de CO₂. O governo de George W. Bush simplesmente não referendou o Protocolo de Kyoto.

Dilma declara que é urgente regularizar terras – Folha de São Paulo – Brasil – 26/11/2008

Em evento ontem organizado pelo ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) e pelo Banco Mundial, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) disse que o Brasil não pode falar em metas de desmatamento e em desenvolvimento sustentável na Amazônia enquanto não fizer a regularização fundiária na região.

Aos presentes, Dilma afirmou que essa questão é urgente e não pode ser tratada em um "horizonte de várias décadas". A ministra se mostrou preocupada com o início do processo de regularização: "Não podemos permitir que a regularização fundiária inicie uma corrida para a ocupação de terras na região".

ONGs querem que desmatamento termine em 2015 – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2008

O Observatório do Clima -grupo que reúne várias organizações da sociedade civil- quer que o governo acabe com o desmatamento dos remanescentes de todos os biomas do país até 2015."As metas resolvem uma série de problemas. Inclusive para o próprio governo [que terá o seu esforço devidamente reconhecido], afirmou à **Folha** o pesquisador Paulo Moutinho, coordenador do Observatório.

O grupo de ONGs entrega hoje à Câmara dos Deputados um documento para subsidiar as discussões da política brasileira de mudança climática. Ainda na questão do uso da terra, o texto feito pelo Observatório do Clima defende o cadastramento rural dos 36 municípios críticos da Amazônia e o rastreamento por satélite do cerrado e da caatinga, por exemplo. Essa duas ações, afirma o texto, deveriam ser concluídas até 2010. "No setor energético também existem metas factíveis", diz Moutinho. O documento afirma que o Brasil deveria aumentar para 30% a participação das fontes renováveis em sua matriz até 2030 e, no mesmo período, atingir a meta de 20% em eficiência energética.

Petrobras é excluída de índice "verde" da Bolsa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008

A Petrobras foi retirada da carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), divulgada pela BM&F Bovespa. A exclusão ocorreu após questionamento de organizações ambientalistas e dos governos de São Paulo e Minas Gerais pelo fato de a gigante estatal ter se recusado a cumprir uma norma federal que a obrigava a vender óleo diesel mais limpo. Além da Petrobras, também deixaram de fazer parte do novo ISE as empresas Aracruz, CCR Rodovias, Copel, Iochpe-Maxion e WEG.

O ISE é um índice composto por ações de companhias que têm alto grau de comprometimento com sustentabilidade e responsabilidade social. Para a criação da nova carteira do índice, houve uma seleção entre as 51 empresas que responderam a um questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas.

No lugar das companhias que saíram, entraram os papéis de TIM, Telemar, Unibanco, Celesc, Duratex e Odontoprev.

O ISE é composto por 38 papéis de 30 companhias, que representam um valor de mercado de R\$ 372 bilhões. O montante corresponde a 30,7% da capitalização total das empresas listadas na Bovespa.

A Petrobras é a maior companhia da Bolsa. Seu valor de mercado era de R\$ 186,38 bilhões no último dia 24.

Uma coalizão de ONGs e governos questionou a permanência da estatal na lista do ISE. Fizeram parte do grupo Fábio Feldmann, do Fórum Paulista de Mudanças

Climáticas, e Oded Grajew, do Movimento Nossa São Paulo. O principal argumento do grupo foi o descumprimento da resolução 315 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que determinava que, a partir de janeiro de 2009, o diesel distribuído no país deveria ser mais limpo.

Hoje, o diesel no interior possui 2.000 ppm (partes por milhão) de enxofre, e o das regiões metropolitanas, 500 ppm. Se a resolução fosse respeitada, deveria ser abaixado para 50 ppm. "Essa decisão mostra que não basta que as empresas sejam viáveis economicamente, elas precisam de uma licença na sociedade para operar com responsabilidade socioambiental. Uma empresa como a Petrobras, que não cumpre nem a legislação, não pode ser considerada um modelo", diz Marcelo Furtado, diretor do Greenpeace.

Em abril deste ano, o Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária) decidiu suspender a veiculação de dois comerciais em que a Petrobras destacava suas ações de preservação do ambiente. O conselho acatou o argumento de que se tratava de propaganda enganosa da empresa.

Governo pode ter meta contra desmate – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 27/11/2008

Membros da sociedade civil entregaram ontem na Câmara um documento pedindo desmatamento zero até 2015 e ouviram do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que o Plano Nacional de Mudanças Climáticas vai trazer algumas metas para desmatamento e para energias renováveis, mas que ainda não vai atender às expectativas das organizações.

De acordo com Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace e uma das pessoas a ouvir a promessa, se isso for mesmo cumprido, a proposta apresentada há cerca de dois meses para consulta pública pode passar de “lamentável” para algo um pouco mais “vitaminado”, apesar de ainda longe de ter a “amplitude necessária para resolver o problema das mudanças climáticas”, disse.

O plano final será anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima segunda. Trata-se de uma espécie de braço operacional da Política Nacional de Mudanças Climáticas - um projeto ainda em discussão no Congresso que trará as diretrizes sobre como o País lidará com a questão. Uma comissão mista já elaborou um relatório com mais de 250 páginas.

O documento entregue ontem pelo Observatório do Clima, rede articulada sobre o tema, acrescenta várias outras sugestões, em especial metas para redução das emissões de gases de efeito estufa, como o fim do desmatamento e o investimento em energias renováveis. Estão contempladas também medidas de mitigação e adaptação e mais estudos sobre as vulnerabilidades do País. Os ambientalistas ouviram dos deputados que a política, reforçada pela proposta deles, deve ser votada ainda neste ano.

DESMATE - Cerca de 102 quilômetros quadrados foram desmatados na Amazônia Legal no mês passado, o que representa uma queda de 81% em relação ao mesmo período de 2007. Os dados são do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), divulgados ontem pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

A maior parte das derrubadas ocorreram no Pará (52%), seguido por Mato Grosso (36%), Rondônia (6%) e Amazonas (6%). O SAD registrou também 122 quilômetros quadrados de florestas degradadas na Amazônia Legal.

Governo admite falha em plano antidesmatamento – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2008

Um relatório preparado pelo governo federal aponta que o plano do próprio governo para o controle de desmatamento na Amazônia foi mal implementado. Mais grave, a maioria das ações que foram implementadas teve uma eficácia "indefinida" na queda acumulada de 59% na devastação até 2006.

O documento é uma avaliação dos primeiros quatro anos (2004-2007) do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o PPCDAM. Deveria ter sido divulgado no ano início do ano.

Ambientalistas dizem que a avaliação está sendo engavetada, pelo seu teor crítico. O Ministério do Meio Ambiente diz que o documento não saiu porque não está pronto. "Engavetado é quando algo está pronto. Este plano não está", disse Mauro Pires, diretor de Políticas para o Controle do Desmatamento. Ele atribui o atraso ao fato de a curva da destruição ter mudado no final de 2007. "O governo não quer lançar o relatório", diz Marcelo Marquesini, do Greenpeace, porque ele "mostra o quanto [o plano] não funcionou".

Segundo o documento, das 32 ações propostas para 13 ministérios, somente três, de monitoramento (a encargo do Inpe) e de repressão de atividades ilegais (tocadas pelo Ibama, pela Polícia Federal e pelo Exército) tiveram implantação eficiente e foram eficazes na redução do desmatamento. As ações de fomento a atividades sustentáveis e de ordenamento territorial tiveram implementação "baixa" ou "nula", e seu impacto foi considerado baixo ou não pôde ser medido.

Uma das ações que tiveram eficiência "nula", segundo a avaliação, foi a de regularização fundiária. O caos fundiário é considerado o principal gargalo ao desenvolvimento sustentável na Amazônia, e o PPCDAM nos últimos quatro anos não conseguiu avançar na regularização de posses nem no cadastro de propriedades rurais.

Entre as dificuldades citadas pelo documento de avaliação para a execução da ação estão "problemas sérios nas superintendências, com denúncias de "corrupção fundiária".

O MDA (Ministério do desenvolvimento Agrário), ao qual o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é subordinado, é qualificado como um

órgão cuja "cultura ambiental" não avança. "O MDA/Inra parece viver numa "crise de identidade" quando o assunto é a sustentabilidade ambiental dos assentamentos na Amazônia", diz a avaliação, apontando que queimadas, desmatamento e extração ilegal de madeira são uma constante nos assentamentos.

Em 2006, 45% dos assentamentos criados entre 2000 e 2002 que mantinham 50% ou mais de sua floresta intacta tiveram sua cobertura florestal reduzida a menos de 20%. Ainda segundo a avaliação, o novo modelo de assentamento na Amazônia, o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), não tem diferenças em relação ao modelo tradicional.

A avaliação é mais dura ainda com o Ministério das Minas e Energia, apontado como antagonista do PPCDAM (cultura ambiental "zero"). Segundo o documento, o MME vê o ambiente como "entreve" e tentou alterar critérios de criação de áreas protegidas na região.

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse ontem que "as ONGs têm razão para reclamar" do plano -mas até certo ponto. Para ele, as ações que tiveram implementação eficiente têm um peso maior na dinâmica do desmatamento.

Ele afirmou que os números consolidados de 2007/2008, que serão divulgados amanhã, mostram que a taxa de derrubada ficou "milímetros" acima da do ano anterior. "Não digo que não possa melhorar, mas se são 20 medidas e 15 são sofríveis, qual foi a mágica de fazer o desmatamento ter um viés de baixa?"

Inra denuncia retirada ilegal de madeira em Pernambuco – Sítio Eletrônico do MDA – 27/11/2008

Técnicos da Superintendência Regional do Inra no Médio São Francisco (Inra/MSF), constataram, nesta semana, a prática de crime ambiental em floresta de área de caatinga. A irregularidade foi descoberta na área do Projeto de Assentamento (PA) Riacho do Navio II, no município de Betânia, em Pernambuco, onde os técnicos encontraram cerca de três toneladas de casca de angico prontas para o transporte. Ação foi finalizada na última terça-feira (25).

A Delegacia da Polícia Federal localizada no município de Salgueiro havia aberto inquérito para apurar as denúncias realizadas pelo Inra/MSF referentes à retirada ilegal de madeira, ao furto de materiais, além de ameaças relatadas pelo trabalhadores rurais moradores do Assentamento Riacho do Navio II.

Com o objetivo de verificar a continuidade da prática do crime, a visita realizada pelos técnicos do Inra ao PA, nesta semana, resultou na constatação de grande quantidade de casca de angico escondida no meio da mata. A descoberta foi comunicada às autoridades policiais para que o material fosse apreendido. O Inra solicitou um caminhão à Prefeitura de Betânia e as três toneladas de casca de angico foram armazenadas no matadouro municipal.

O Inkra aguarda providências, por parte do Ibama e da Delegacia da Polícia Federal, que deverão definir o destino do material e, do mesmo modo, investigar quem são os responsáveis pela retirada ilegal de madeira da área do assentamento. O angico é uma espécie de fácil adaptação a diversos tipos de solo e clima e é utilizada para reflorestamento de áreas degradadas. A casca é rica em tanino, utilizado para curtir couro.

A visão da sociedade e o futuro amazônico – Washington Novaes – Estado de São Paulo – 28/11/2008

Por onde se caminhará na Amazônia para evitar que o bioma chegue ao desmatamento em 50% de sua área e perca a capacidade de se regenerar, como advertiu o cientista Gilvan Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e Herton Escobar relatou neste jornal (21/11)? Vários fóruns em Manaus discutiram esse tema nas últimas semanas. E um sumário das discussões permitiria enfatizar muitos pontos:

O Brasil não tem estratégia para a Amazônia. Não há recursos para implantar o cadastro fundiário (só 4% das terras são registradas), monitorar o território, fiscalizá-lo e impedir o desmatamento ilegal: o Ministério do Meio Ambiente só tem cerca de 0,5% do Orçamento federal.

Não há “transversalidade” na política federal, cada Ministério cuida de seus interesses específicos - enquanto isso, já há ali mais de 70 milhões de cabeças de gado e cerca de 20% do bioma foi desmatado para a expansão agropecuária e extração ilegal de madeira (mais de 150 mil km² só de 2000 para cá). “Reserva legal” em cada propriedade é apenas ficção. Os gastos federais no bioma não passam de 4,05% do total, enquanto a população amazônica supera 12% da população brasileira.

A região continua a ser receptora de mão-de-obra desempregada em outras partes. Continuam sem resposta as objeções de cientistas à lei que permite concessão de terras públicas para “manejo” por empresas (países que entraram por esse caminho perderam suas florestas).

Seria possível destacar muito mais pontos, mas não é necessário, o tema tem sido muito tratado. Talvez seja interessante salientar algumas discussões por outros ângulos, que ocorreram durante o recente Simpósio de Cultura e Natureza na Amazônia, parte do Festival Literário Internacional da Floresta, na parte que tratou especificamente de “desenvolvimento e natureza na Amazônia”.

Era inevitável que se falasse ali do tema da “ameaça de internacionalização da Amazônia”. Vários conferencistas lembraram, entretanto, que de certa forma essa “internacionalização” já ocorre, uma vez que grande parte das mais importantes atividades econômicas no Estado está voltada para interesses externos - a exportação de madeira, soja e carne para países que não querem arcar com os custos socioambientais dessas atividades (que são pesados); a exportação de ferro-gusa e alumínio, que têm altíssimo custo ambiental e energético (em grande parte subsidiado e transferido para a conta de toda a sociedade brasileira); a Zona Franca para empresas de outros países; o

comércio de minérios - para só citar alguns. Pode ser interessante, entretanto, colocar o foco sobre a questão da falta de uma “identidade amazônica” (decisiva durante séculos para a conservação da floresta), que dificulta a formulação de uma estratégia competente e necessária. Vale a pena começar, aí, por uma intervenção do sociólogo e poeta João de Jesus Paes Loureiro, autor de vários livros sobre a realidade cultural amazônica, para quem “o imaginário popular é uma visão de progresso social”, com sua “crença em vidas possíveis”. “O caboclo”, diz ele, “é um viajante imóvel: busca conhecimento, significado, na profundidade, não na distância” - mas só é visto como pitoresco, folclorizante. E essa “lacuna de interpretação leva ao risco de perda desse tesouro da cultura amazônica”. De fato, como chegar a uma estratégia amazônica que não passe pela visão popular, social? O professor Narciso Lobo trafegou pela mesma senda: “Precisamos nos inventar mais uma vez.” Com a dificuldade trazida pelas visões tecnológicas, que “encobrem a realidade”.

Já o escritor Márcio Souza (Mad Maria e Galvez, Imperador do Acre, entre outros livros) enfatizou que “não construímos o relato do passado” - um passado muito rico, já que a Amazônia, antes dos muitos massacres pelos colonizadores que sofreu, era povoada por milhões de indivíduos, a começar pelos índios. “Se jogarmos uma agulha para o alto” - o escritor citou o historiador João Daniel, do século 17 - “ela cairá na cabeça de um índio.” Mas onde está o relato desse tempo, dessa vivência, de sua resistência à ocupação, dos caminhos pelos quais influenciou a possível identidade amazônica e a preservação da floresta? Como “aprender com essa cultura a não destruir o meio ambiente?” Sem essa cultura não haverá Amazônia, afirma o escritor. Só restará folclore, que é “o que resta da cultura popular depois que a polícia passa”.

Certamente por causa da ausência dessa cultura, continua-se a falar em “desbravar a floresta”, observou o ex-secretário de Meio Ambiente da Amazônia Virgílio Viana. E a conceder crédito público a quem desmata uma floresta que existe há pelo menos 1.500 anos, como lembrou o professor Niro Higuchi, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), ao tratar dos riscos que o desmatamento da Amazônia traz para a área do clima, se liberar o imenso volume de carbono seqüestrado pelas árvores.

Pode-se concluir com o raciocínio do professor Charles R. Clement, também do Inpa, em texto inédito: “Manter a floresta em pé e garantir crescimento sustentável é uma equação que nós, Homo sapiens agrícola, não sabemos decifrar. Isso nunca foi necessário ao longo da expansão de nossa subespécie. Não evoluímos para isto. (...) Chegamos ao século XXI convencidos de que podemos tudo.” Mas, “se continuarmos a ser apenas modernos, não temos futuro. A solução não é ser pós-moderno. (...) O futuro da Amazônia e da nossa espécie depende de uma evolução sociocultural nova: a transformação de Homo sapiens agrícola em Homo sapiens sustentabilis, em menos de uma década” (o tempo que a ciência nos dá para enfrentar as mudanças climáticas e o consumo insustentável).

É um desafio imenso, que não se resolverá na Amazônia sem incorporar a visão da sociedade, e não apenas a visão econômica e tecnológica.

***Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br**

Até debaixo d'água – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008

BRASÍLIA - A humanidade não está brincando com fogo, está brincando com água. Já houve as tragédias da Índia, da China, da Tailândia, dos EUA, e chegou a vez do Brasil, o paraíso tropical onde faz sol de janeiro a janeiro, não há terremotos, maremotos, nem furacões. Pelo menos até agora.

A tragédia que afunda Santa Catarina em água, lama e uma centena de mortes não é uma questão política, nem de gerência, é um alerta da "Mãe Natureza". Está na hora de parar de achar que esse tal de aquecimento global e essa tal de mudança climática são devaneios de lunáticos que não têm o que fazer.

A natureza está mandando sinais de alerta, que o homem agrava ao desenvolver cidades e povoados perigosamente margeando os rios e desrespeitando o limite de 20% de inclinação das encostas para construir suas casas, pobres ou ricas, como surgem nas fotos de Santa Catarina agora.

Em todas as calamidades assim, possivelmente o maior número de mortos e desabrigados é justamente entre os que habitam as encostas.

A chuva excede a média, o rio transborda, a terra se afofa. As casas vêm abaixo junto com a água, a lama e os seus moradores. Até a próxima tempestade, os próximos desabamentos, as próximas mortes.

O caos em Santa Catarina é como se um dos mais bonitos cartões-postais brasileiros estivesse sendo rasgado, despedaçado, justamente às vésperas do seu período anual de glória: o verão. Aliás, é uma trágica ironia que a mais nova edição da revista da Gol enalteça até na capa as belezas catarinenses, conclamando os viajantes a se deliciarem com suas praias e comidas.

É difícil escrever num momento assim, mas é impossível ficar indiferente e não escrever nada. Até porque as chuvas passam e vêm o desabastecimento, a desordem, a falta de estradas, de água tratada e de luz e o imenso risco de doenças, até epidemias. Sem falar na dor de milhares, que fica -para sempre.

A revolta da natureza – José Sarney – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008

O **HOMEM**, para lembrar uma velha expressão de Lévi-Strauss, é o maior vilão da natureza. Ele a modifica, degrada, abusa e chega a criar a perspectiva de destruir a própria vida com as armas nucleares e o aquecimento global, em nome do progresso que parece caminhar para o suicídio.

Mas, às vezes, a natureza reage, sem aviso nem previsão, numa revolta que atinge ela própria, quebrando a harmonia e as leis que ela parecia ter construído. São terremotos, maremotos, furacões, tsunamis, enchentes, vulcões, desertificação e vários outros maus humores que se manifestam em grande e em pequena escala. A nossa

sensação é que a Terra ainda não se acomodou e, como um ser vivo -na formulação de Lovelock-, se retorce, serpente que não renuncia à liberdade e não se deixa amarrar.

Agora mesmo nós estamos vivendo em Santa Catarina uma tragédia dessas, que deixa nossos corações partidos não somente com as conseqüências materiais mas principalmente com os dramas humanos. São famílias inteiras que desaparecem nas águas, que são sepultadas pelos deslizamentos.

Os agricultores, gente que passou seus anos de vida misturados com o trabalho da terra, o amor às plantas, como um raio, vêem essa própria terra e árvores enfurecidas se voltarem contra eles, sepultá-los. O relato das duas crianças de Blumenau, que nem o nome os bombeiros conseguiram guardar, de dois e oito anos: perdem pai, mãe e todos os irmãos e não entendem nem sabem o que aconteceu com os outros. E nem chorar podem, porque os olhos, ainda ignorantes de tudo, ainda brilham na espera dos que jamais chegarão. São os relatos das casas, construídas pelo trabalho duro dos anos, tragadas pelas avalanches e pelos deslizamentos. Todos choram, os olhos são feitos para ver e para chorar, como dizia o Padre Vieira, porque os cegos choram e não vêem, e os que vêem choram para ver.

A solidariedade, a misericórdia -essa virtude que foi ensinada como a visão de um caminho para o céu-, tocam a todos, mas são incapazes de sarar as feridas da alma que acompanham essas tragédias. Os habitantes do vale do Itajaí abandonaram as terras baixas por causa das enchentes, subiram os morros para maior segurança, e as águas que destruíam em baixo, agora, vêm de cima e desmancham os morros, levando-os de volta ao vale de onde saíram, já sem vida.

Antigamente, nessas horas, os padres advertiam o povo, mostrando nessas desgraças o castigo de Deus. Hoje nós sabemos que muitas vezes são respostas à destruição da natureza, que reage e revolta-se com a violência que lhe infligiram.
**JOSÉ SARNEY escreve às sextas-feiras nesta coluna.*

O futuro das chuvas – Fernando Gabeira – Folha de São Paulo – Opinião – 28/11/2008

RIO DE JANEIRO - Quando passou um furacão em Santa Catarina, por acaso, estava lá. Constatei que havia infra-estrutura razoável e que a defesa civil era boa. Numa cidade como o Rio, 40 minutos de temporal bastam para inundar alguns dos seus principais bairros.

Isso significa que chuvas como as que caíram em Santa Catarina podem ser mais devastadoras ainda em algumas regiões do país. Lá mesmo, houve grandes chuvas em 1980 e 83. Não se falava ainda no processo de mudanças climáticas.

Metrópoles como Londres acreditam na possibilidade dessas mudanças. Têm estrutura e autoridade designada para realizar o que os debates internacionais recomendam diante do futuro: adaptação.

Não sei se o caminho no Brasil se resume em alertar para mudanças climáticas, nas quais muitos, apesar de 20 anos de alerta, não acreditam. Há coisas mais

elementares que poderiam nos unir: limpar galerias, desentupir bueiros, recolocar pessoas que vivem em perigosas encostas ou, ilegalmente, próximas aos espelhos-d'água.

Durante algum tempo, fixei-me na idéia de adaptação e cheguei e prever no Orçamento uma verba para Petrópolis desenvolver um plano. A idéia era simples: se fizéssemos um plano numa cidade castigada por temporais, poderíamos oferecê-lo a outras cidades do mundo, respeitadas as singularidades.

Mas é preciso baixar a bola. Criar um mecanismo para avaliar se as cidades estão mesmo fazendo o trabalho subterrâneo. Nem sempre as empresas cumprem os contratos: algumas vezes, perto de eleições, o dinheiro poupado é dividido com os políticos.

Bastaria um robô para inspecionar as galerias. Com tanta ONG no Brasil, por que não criar uma para fazer o que os governos desprezam? Não importa se as mudanças climáticas virão. Estamos indefesos diante das chuvas de verão.

Desmatamento muda muito, mas aumenta pouco – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 29/11/2008

Contrariando todas as expectativas, o desmatamento permaneceu estável este ano na Amazônia. Segundo estimativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgada ontem, 11.968 km² de floresta desapareceram na temporada 2007-2008, comparado a 11.532 km² no período 2006-2007. O aumento de 3,8% está dentro da margem de erro de 5% para a estimativa deste ano, o que levou o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, a classificar o desmatamento como estabilizado. “Os números (dos dois períodos) são iguais”, disse.

A área total desmatada (11.968 km²), calculada via satélite pelo sistema Prodes, equivale a duas vezes o território do Distrito Federal ou oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Foi o primeiro aumento - em números absolutos - nos últimos quatro anos. Mas a expectativa, com base nos boletins mensais do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgados ao longo do ano, era de que o número subisse muito mais. “Havia uma tendência forte de aumento que foi freada”, destacou Câmara.

Na soma de 12 meses do Deter, a área total desmatada foi 64% maior do que em 2006-07. Mas há uma diferença crucial: o Deter mede todos os estágios de degradação da floresta, enquanto o Prodes mede apenas as áreas de corte raso, em que a floresta foi totalmente derrubada.

Dessa forma, é possível que muitas das áreas de floresta degradada observadas pelos Deter, mas não contabilizadas no Prodes, apareçam como desmatadas nos próximos anos, à medida que o processo gradual de transformação da floresta em lavouras ou pastagens se completar - como uma bomba-relógio estatística. “Isso pode acontecer ou não, dependendo de como for feita a fiscalização nessas áreas”, disse Câmara.

As queimadas aumentaram 48% em 2008 - outro indicador da degradação em curso.

MIGRAÇÃO - Apesar das áreas semelhantes, a distribuição geográfica do desmate foi diferente em 2008. Os mapas mostram um deslocamento dos principais focos de devastação para o leste, na direção de áreas já fortemente ocupadas. A devastação perdeu força em Rondônia e se intensificou no nordeste de Mato Grosso, leste do Pará e nas bordas amazônicas do Tocantins e Maranhão - dois Estados com pouquíssimos remanescentes florestais.

“Pode ser um indício de que, com o endurecimento da fiscalização nas áreas mais visadas, os desmatadores resolveram atacar o que resta de floresta nas fronteiras mais antigas, onde a pressão é menor”, avaliou o biólogo José Maria Cardoso, diretor para a Amazônia da ONG Conservação Internacional, em Belém. “Tudo que sobrou de floresta nessas regiões é terra indígena ou unidade de conservação.”

A força motora mais provável para o desmatamento no Maranhão é a produção ilegal de carvão para a indústria siderúrgica, segundo o coordenador de pesquisas do Greenpeace na Amazônia, Marcelo Marquesini. “Todo mundo tem um forninho nessa região”, disse. Já no leste do Pará e de Mato Grosso, a suspeita recai sobre a pecuária, que aumentou seus rebanhos na região nos últimos anos.

Para Câmara, os dados mostram que “é preciso estar vigilante em toda a Amazônia”. Ele considerou o resultado positivo e atribuiu a estabilização a uma combinação de fatores econômicos e políticas públicas. “Acho que o Brasil pode levar uma mensagem positiva para a Polônia”, completou, referindo-se ao local da próxima conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, que começa na semana que vem. O relatório do Inpe foi concluído antes da conferência a pedido do governo federal.

Mato Grosso, que questionou os dados do Deter durante o ano, teve um aumento de 22% em área desmatada. “Vamos verificar o que foi legal ou ilegal e o que estiver ilegal vamos multar”, disse o secretário de Meio Ambiente, Luiz Henrique Daldegan.

Entenda o sistema – Estado de São Paulo – Vida & - 29/11/2008

Prodes - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal; é o sistema de alta resolução que calcula as taxas oficiais anuais de desmatamento; utiliza imagens do satélite Landsat, com resolução de 30 metros e periodicidade de 16 dias

Deter - Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real; usado para produzir boletins quinzenais de alerta sobre áreas de floresta em processo de ocupação; utiliza imagens do sensor Modis do satélite Terra, com resolução baixa (250 metros), mas periodicidade alta (2 dias)

Calendário - Nos dois sistemas, as taxas anuais de desmatamento são calculadas sempre de agosto de um ano a julho do outro

**Proposta a ser apresentada em conferência do clima na Polônia prevê limite
ao desmate em 11.700 km² no período 2006-2010**

**País condiciona redução de derrubada na Amazônia, principal fonte de
emissão nacional, a aporte de verba por parte das nações ricas**

*O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que anunciará a meta brasileira na
conferência do clima de Poznan, no mês que vem*

O Brasil vai, afinal, adotar uma meta interna de redução da taxa de desmatamento -mensurável, reportável e verificável. Será a grande contribuição do país à mitigação do aquecimento global, mas ela não virá de graça: será condicionada ao aporte de dinheiro das nações ricas para reorientar a economia da Amazônia.

A proposta consta da versão final do Plano Nacional de Mudança Climática, que será apresentada na segunda-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O documento, ao qual a Folha teve acesso, prevê uma redução da taxa de desmatamento entre 2006 e 2010 de 40% em relação à média do período 1996-2005.

Essa foi a linha de base adotada pelo governo para poder ter acesso ao Fundo Amazônia, que reúne doações de países interessados em contribuir com o clima por meio da redução do desmatamento no Brasil. Como a média 1996-2005 é de 19.500 km², a proposta até 2010 é manter a devastação em no máximo 11.700 km². Em cada um dos quadriênios seguintes, até 2017, a média seria reduzida em mais 30%.

A inclusão de metas numéricas de desmatamento no plano nacional do clima vinha sendo objeto de discussões no governo. Ela foi feita de última hora, às vésperas da conferência do clima de Poznan, na Polônia, que começa na segunda-feira.

A primeira versão do plano, que não continha nenhum compromisso concreto, foi fortemente criticada por ambientalistas, cientistas e até por setores do governo. O secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, considerava o plano "tímido" por não propor uma meta contra o desmatamento, que responde por mais de 70% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e torna o país o quinto maior poluidor do mundo.

A nova versão do plano, com metas numéricas, será anunciada apenas três dias depois de o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) ter anunciado, ontem, que a taxa de desmatamento em 2007/ 2008 cresceu muito pouco em relação ao ano anterior. "Isso foi positivo e pode ter influenciado [a adoção da meta]", disse Pinguelli à Folha. "Mas houve também muita pressão da sociedade civil, que se manifestou por meio da imprensa, e o fórum também mandou um monte de sugestões para o governo", afirmou o físico, que é diretor da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ.

A adoção da meta numérica deve colocar o país numa posição favorável na reunião de Poznan, que dará o início oficial às negociações do regime de proteção ao clima que sucederá e ampliará o Protocolo de Kyoto após o ano de 2012.

O Brasil e outros países em desenvolvimento são desobrigados de reduções compulsórias de suas emissões pelo acordo de Kyoto, mas têm sido pressionados a adotá-las pelas nações desenvolvidas. No ano passado, na conferência do clima de Bali, os países pobres se comprometeram a medidas de corte que são voluntárias, mas que podem ser aferidas pela comunidade internacional. A China já havia adotado um pacote de medidas nessa direção.

Agora que tem uma proposta para pôr na mesa, o Brasil também ganha autoridade para cobrar das nações ricas, nas negociações internacionais, o financiamento à sua política de clima. "A consecução dessas reduções dependerá necessariamente de recursos nacionais e internacionais, novos e adicionais", diz o documento.

Taxa anual de desmatamento na Amazônia cresce 3,8% - AfraBalazina e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2008

A taxa anual de desmatamento da Amazônia cresceu 3,8% em 2008 em relação ao ano anterior e é equivalente a duas vezes o território do Distrito Federal. Segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), neste ano houve 11.968 km² de desmatamento, contra 11.532 km² do ano anterior -o "ano fiscal" do desmatamento vai de agosto de um ano a julho do outro.

O crescimento, porém, está dentro da margem de erro, que é de de 5% para mais ou para menos. O número leva em conta somente corte raso, ou seja, áreas totalmente desmatadas.

Na opinião de Gilberto Câmara, diretor do Inpe, "tudo estava levando a crer que haveria um desmatamento mais alto" e há razões para ficar "aliviado". O próprio ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) previra que a cifra final ficasse em cerca de 14.000 km². Ele não comemorou. "O desmatamento ainda está alto e precisa ser diminuído (...). A gente quer desmatamento zero."

Minc atribuiu a derrubada ao aumento dos preços da carne e da soja. Ele disse que, apesar de não estar totalmente convencido, essa é a melhor explicação.

Para o ministro, algumas medidas foram importantes para evitar que a taxa anual "explodisse" entre 30% e 40% a mais que a do ano anterior. Uma delas foi a resolução do Banco Central que vetou o crédito a desmatadores e o trabalho de fiscalização nos 36 municípios que lideravam o ranking da motosserra.

Segundo Minc, dos 20 munida lista onde a situação era mais crítica, apenas dois -Novo Repartimento (PA) e Juara (MT)- tiveram avanço no desmatamento neste período.

No ranking dos Estados, o Pará foi o campeão em área desmatada, com 5.180 km². No entanto, mantém tendência de queda na taxa desde 2004, quando foram desmatados 8.521 km². Já o segundo colocado neste ano, Mato Grosso, teve aumento da destruição da floresta -foram 3.259 km² registrados agora contra 2.678 km² do período anterior. O Maranhão foi outro destaque negativo. O desmatamento passou de 613 km² para 1.085 km², um aumento de 77%.

A taxa anual é calculada pelo Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia). Mas, mensalmente, o Inpe divulga um alerta de desmatamento -que inclui a observação de áreas que ainda não tiveram corte raso, mas estão sendo degradadas-, por meio do sistema Deter.

"Havia uma tendência forte de recrudescimento do desmatamento, e isto não aconteceu por uma série de fatores, em parte devido às ações de fiscalização e às medidas coercitivas tomadas pelo governo", afirmou Câmara. "Mas isso não quer dizer que o paciente tenha saído da UTI", disse.

Um dos fatores preocupantes é o aumento das queimadas. No período 2007/2008, foram detectados 101 mil focos, contra 68 mil do período 2006/ 2007. As queimadas deixam as áreas mais suscetíveis e são um dos passos para o corte raso.

ONGs criticaram o aumento da taxa. "O que faltou foi o engajamento consistente de todo o governo e não apenas do Ministério do Meio Ambiente na tarefa de combater o desmatamento na Amazônia", disse Paulo Adário, do Greenpeace.

Ministro diz ver "viés de baixa" para 2009 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2008

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, diz que as informações do Prodes não permitem afirmar com segurança qual é a tendência para o desmatamento da Amazônia nos próximos anos.

Mas, na opinião de Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a tendência será de queda na destruição da floresta. O Imazon possui um sistema independente de monitoramento de desmate, o SAD.

De acordo com Veríssimo, a crise financeira favorece a queda do desmatamento.

Segundo ele, porém, é preciso manter medidas como a restrição ao crédito de quem desmata ilegalmente, porque a destruição da floresta não ocorre somente impulsionada pela produção agrícola, mas também pela especulação. Um grileiro pode desmatar para conseguir um título da área, por exemplo. "O objetivo é se apropriar de uma área pública para revender lá na frente", explica Veríssimo.

Já o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) valorizou a queda do ritmo de desmatamento entre junho e outubro deste ano.

Segundo ele, o sistema de detecção do desmatamento em tempo real do Inpe, o Deter, mostra que outubro apresentou uma queda de 10% em relação a setembro. "O acumulado de cinco meses [do Deter, entre junho e outubro] caiu 23% em relação aos mesmos meses do ano anterior", disse Minc. "O que isso significa? Não só o Prodes (...) basicamente estabilizou, como o Deter de outubro continua mostrando que houve uma retomada do viés de baixa." (AB)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

